



Luciana Moreira de Araujo

**Relações de gênero e violência:
estratégias de resistência por parte de um grupo de mulheres da
Favela da Mangueirinha na Baixada Fluminense**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Rio de Janeiro
Junho de 2015



Luciana Moreira de Araujo

**Relações de gênero e violência:
estratégias de resistência por parte de um grupo de mulheres da
Favela da Mangueirinha na Baixada Fluminense**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Andréia Clapp Salvador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Rita de Cássia Santos Freitas

Escola de Serviço Social – UFF

Profa. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Luciana Moreira de Araujo

Graduou-se em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense no ano de 1996. Especializou-se em Gênero e Sexualidade no Centro de Estudos Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos/Instituto de Medicina Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CLAM/IMS/UERJ) em 2010. Atuou e atua como Assistente Social em programas e projetos da Sociedade Civil nas áreas da assistência, principalmente no trabalho social com famílias.

Ficha Catalográfica

Araujo, Luciana Moreira

Relações de gênero e violência: estratégias de resistência por parte de um grupo de mulheres da Favela da Mangueirinha na Baixada Fluminense / Luciana Moreira de Araujo ; orientador: Antonio Carlos de Oliveira. – 2015.

131 f. : il. (color.) ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2015 .

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Violência de gênero. 3. Estratégias de resistência. 4. Mulheres. 5. Favela. I. Oliveira, Antonio Carlos de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

À Moema Coutinho Fernandes Moreira e
Francisca Mourão Emiliano de Souza,
Duas mulheres, duas trajetórias,
duas forças, duas formas de resistir.

Agradecimentos

À Inteligência Criativa do Universo, aos mentores e amigos espirituais, à vida em sua sabedoria única, agradeço por chegar até aqui. Precisamos nos deixar surpreender!

Ao Professor Antonio Carlos, um incentivador, um observador primoroso, que orienta valorizando a nossa autonomia. Todo o seu compromisso acadêmico é acompanhado de palavras de carinho e apoio nas horas certas.

À CAPES e a PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

À Professora Rita Freitas, lá se vão 20 anos! Uma alegria e um privilégio reencontrá-la e contar com a sua valorosa participação neste novo marco pessoal e profissional. Ainda lembro muito das aulas e conversas que decantaram e hoje fazem mais sentido ainda.

À Professora Andréia Clapp Salvador, aulas preciosas, coerência, afinidade, admiração, uma honra!

À Professora Denise Pini, pelas aulas instigantes repletas de discussões inéditas!

À minha querida mãe e amiga Angela e meu saudoso pai Antonio, que com toda simplicidade, livres de entendimento ou concordância, me fortaleceram, confiaram e permitiram que eu fizesse meus caminhos e escolhas.

À minha pequena grande família, meu irmão Leonardo e minha tia Ana.

Ao Marco Antonio, companheiro, amigo, comemorou cada etapa, acreditou quando eu tinha dúvida, acalentou quando eu estava aflita. Paciência e bom humor à flor da pele.

Aos demais professores e professoras do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio pelas trocas e aprendizados.

Aos funcionários e funcionárias do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio pela impressionante presteza de sempre.

Às mulheres da Mangueirinha, não tenho palavras para expressar minha gratidão pela confiança que depositaram desde o início. O que me permitiram acessar das suas histórias e intimidades... Ensinarão-me mais do que possam imaginar! Que a vida retribua e seja generosa com vocês!

À Marcy Gomes, Luciano França, toda a Equipe do Programa Raízes Locais e da Associação Terra dos Homens, agradeço pela disponibilidade, pela prontidão, por facilitarem o acesso e principalmente, pelas amizades para toda a vida.

À Maria Silvia, Tathiane Höfke, Márcia Franco e toda a equipe da Con-Tato, agradeço pela compreensão, pelas flexibilidades salutares para que eu pudesse trabalhar e estudar!

À Renata Monteiro amiga e incentivadora antes mesmo que eu soubesse.

Andre Rangel e Janaína Porto, como vocês torceram!

Aos colegas da turma de Mestrado 2013, pelas conversas animadas, pela partilha das alegrias e das angústias, pelos debates pós-aula enriquecidos com café.

Regina Leão e Vera Correia, de pessoas conhecidas da rede socioassistencial à amigas queridas, dessas que a gente leva pela vida afora.

À Kelly Campos pelo acolhimento e pelas problematizações que geraram descobertas – e mais questões – na pesquisa e na vida.

Sabe quando seu computador tem um problema e surge o desespero? Marcelo Aguiar, Obrigada!

À Casa de Convivência e Alquimia Espiritual, onde estão meus amigos queridos e especiais, o grupo da Umbanda – todos/todas e cada um/uma – companheiros de jornada, família que eu escolhi, agradeço profundamente por ter vocês por perto. A vida fica melhor assim.

Resumo

Araujo, Luciana Moreira de; Oliveira, Antonio Carlos de. **Relações de gênero e violência: estratégias de resistência por parte de um grupo de mulheres da Favela da Mangueirinha na Baixada Fluminense**, Rio de Janeiro, 2015. 131p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo busca analisar as estratégias de resistência de mulheres moradoras de uma favela da Baixada Fluminense, frente às situações de violência de gênero presentes em seus relacionamentos afetivo-sexuais com seus companheiros/parceiros íntimos. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, cujos instrumentos utilizados para produção de dados foram o diário de campo e a entrevista narrativa, realizadas no primeiro semestre de 2015, de modo a conhecer como mulheres pobres, alijadas do mercado de trabalho formal, com grau de escolaridade situado no nível fundamental ou abaixo, e moradoras de um território vulnerabilizado e atravessado pela violência estrutural, percebem suas experiências e histórias. Os recursos teórico-metodológicos para a análise de dados fundamentam-se no sistema teórico desenvolvido por Pierre Bourdieu, formado pelos conceitos de habitus – capital cultural – campo, em composição com estudos da antropologia, da sociologia, de gênero, violência e família. Os resultados apontam para a existência de formas de enfrentamento à violência de gênero por parte das mulheres, a partir de estratégias por elas construídas no contexto sociocultural do qual fazem parte, possibilitando o questionamento de explicações essencialistas, binárias e judicializantes.

Palavras-chave

Violência de gênero; estratégias de resistência; mulheres; favela.

Abstract

Araujo, Luciana Moreira de; Oliveira, Antonio Carlos de (Advisor). **Gender relations and violence: resistance strategies by a group of women in Favela da Mangueirinha, located at Baixada Fluminense region.** Rio de Janeiro, 2015. 131p. MSc. Dissertation for master's degree – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present study aims to analyze the resistance strategies of inhabitant women in a Baixada Fluminense's slum before gender violence situations in their affective-sexual relations with their companions/intimate partners. It is a research with qualitative approach, whose instruments for data production were field journal and narrative interviews, conducted during the first semester of 2015, in such a way to acknowledge how poor women, placed out of the formal labor market, with elementary educational level or lower, and inhabitants of a territory that is vulnerable and jeopardized by structural violence, realize their experiences and stories. The theoretical-methodological resources for data analysis are based upon the theoretical system developed by Pierre Bourdieu, comprised of habitus, cultural capital and field concepts, in composition with studies of anthropology, sociology, gender, violence and family. The results point to the existence of violence confronting means by women, from strategies built by them in the sociocultural context of which they are part, enabling the rise of questions about essentialist, binary and judicial control explanations.

Keywords

Gender violence; resistance strategies; women; slum.

Sumário

Introdução	14
1. Violência e Gênero: dois conceitos em perspectiva	23
1.1. Conceituando violência	23
1.2. As contribuições do conceito de gênero ao debate sobre a violência contra a mulher	28
1.2.1. O conceito de gênero	28
1.2.2. Os estudos de gênero no bojo do movimento feminista	35
1.3. Novas nuances da violência contra a mulher com a entrada do conceito de gênero	45
1.4. Violência de gênero: enfrentamentos	52
2. Estratégias de Resistência por parte de mulheres inseridas em relações atravessadas pela violência de gênero no espaço social	61
2.1. O contexto social de pobreza e suas formas de sociabilidade	61
2.2. Mulheres, homens e violência: para além de oposições binárias	68
2.3. Estratégias de resistência	76
3. Relações de gênero e violência	83
3.1. A pesquisa da Favela da Mangueirinha: o acesso ao campo e os sujeitos entrevistados	83
3.1.1. O campo	83
3.1.2. Os sujeitos e a escolha pela entrevista narrativa	87
3.2. Caracterização dos sujeitos entrevistados	89
3.3. Do início do relacionamento à instauração da violência	91
3.4. “Mulher gosta de apanhar”. Será?	95
3.5. A presença masculina em casa	97
3.6. Relacionamentos: dinâmica, enfrentamentos e resistências	99
3.7. Sobre o ato de denunciar	111

3.8. Por que permanecer?	113
4. Considerações finais	115
5. Referências Bibliográficas	120
6. Apêndice	129
7. Anexos	131

Lista de siglas

ABTH	Associação Brasileira Terra dos Homens
ANPUH	Associação Nacional de História
AGENDE	Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento
ADVOCACI	Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos
CEDIM/RJ	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro
CLAM	Centro Latino-Americano em sexualidade e Direitos Humanos
CEPIA	Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação
CLADEM	Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CODIM/NIT	Coordenação dos Direitos da Mulher de Niterói
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMS	Instituto de Medicina Social
JECRIM	Juizado Especial Criminal
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAISM	Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PRL	Programa Raízes Locais
PBF	Programa Bolsa Família
SPM	Secretaria Especial de Política para as Mulheres
SUS	Sistema Único de Saúde
THEMIS	Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

Maria, Maria

Milton Nascimento

Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver e amar
Como outra qualquer
Do planeta

Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
Quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida.

Introdução

O presente trabalho concretiza o interesse, gestado e amadurecido no campo empírico, cujo objetivo é analisar as estratégias de resistência¹ por parte de um grupo de mulheres moradoras de uma favela da Baixada Fluminense, que vivenciam relações conjugais permeadas pela violência de gênero². O processo de análise inclui identificar como as mulheres, sujeitos da pesquisa, percebem, a partir das suas experiências e histórias, as práticas e concepções de gênero, violência e os recursos que desenvolvem na dinâmica da relação com seus respectivos parceiros.

Quando contratada para integrar a equipe profissional do Programa Raízes Locais - PRL³, na favela da Mangueirinha⁴, no mês de abril do ano de 2008, para o cargo de assistente social, ainda não concebia a possibilidade de ter um objeto de pesquisa a ser desvelado. Atuando em dupla com um profissional de psicologia desde a implantação do programa, assumimos a responsabilidade do eixo denominado acompanhamento psicossocial. De modo articulado com os demais eixos do programa, o objetivo específico deste , consistia em atendimento direto às famílias, com orientação e encaminhamento para as suas diferentes demandas. Como recurso metodológico, o trabalho acontecia com entrevistas individuais ou com o grupo familiar, visitas domiciliares e uma reunião semanal em grupo.

Inicialmente, as reuniões semanais, tinham um viés informativo sobre direitos sociais e serviços públicos existentes naquele município. Com o

¹ O conceito estará apresentado e explorado no capítulo 2, mas vale antecipar que trata-se das formas de resistência e enfrentamentos encontrados pelas mulheres que vivenciam a violência de gênero, como por exemplo, a supressão das emoções, o silêncio, o revide das agressões, entre outros.

² Assim como o conceito anterior, oportunamente a designação violência de gênero será aprofundada e discutida visto que é um dos alicerces teóricos desta pesquisa, mas destaca-se pela violência ocorrida dentro das relações socialmente produzidas, ou seja, de caráter relacional, baseada nas desigualdades de gênero engendrada com as demais desigualdades sociais.

³ Programa de base comunitária, onde atuei por um período aproximado de 3 anos e alguns meses, executado pela organização não governamental Associação Brasileira Terra dos Homens – ABTH, cuja perspectiva de trabalho analisa e intervém na interação entre as famílias com a localidade e no fortalecimento da relação entre seus membros. As 80 famílias cadastradas no programa participavam de diferentes ações distribuídas em eixos temáticos, a saber: protagonismo infantojuvenil; geração de renda; mobilização comunitária e acompanhamento psicossocial.

⁴ Localizada no município de Duque de Caxias, Baixada Fluminense do estado do Rio de Janeiro.

desenvolvimento do trabalho e o estreitamento dos vínculos entre a equipe profissional e as mulheres das famílias participantes⁵, o mote principal das reuniões ganhou um caráter mais reflexivo, problematizando a temática da violência nas suas variadas formas de manifestação. Desde a violência na comunidade, exemplificada nas ações dos integrantes do tráfico de drogas e nas incursões da polícia militar; a falta de serviços públicos que atendam aos direitos sociais como educação, saúde, transporte, trabalho e lazer, configurando uma expressão da violência estrutural; e ainda, a violência contra crianças e adolescentes como recurso educacional e as dimensões que envolvem a situação de violência de gênero vivenciada por várias daquelas mulheres. A facilitação do grupo incluía técnicas diversificadas: roda de conversa, terapia comunitária, exibição de filmes e vídeos, a presença de palestrantes externos e atividades vivenciais como a biodança e esquetes teatrais, que propiciaram a abordagem do tema com a redução do constrangimento que muitas vezes o assunto carrega.

Da questão sobre a violência perpetrada contra crianças e adolescentes como forma de correção na educação dos filhos, as mulheres chamaram a atenção também para a violência presente nos seus relacionamentos conjugais. Não raro, os encontros passaram a ser lembrados pelos depoimentos e relatos trazidos pelas participantes sobre situações de tensão e conflito vividas no espaço doméstico ou público, com seus parceiros ou companheiros. Não deixamos de abordar a violência com crianças e adolescentes, ou de problematizar a violência urbana e estrutural, mas as mulheres traziam com maior emotividade, os episódios de violência no âmbito das suas respectivas conjugalidades, incluindo suas dores e suas estratégias de resistência.

Nos relatos apresentados estavam histórias de mulheres que eram proibidas de saírem livremente de casa em qualquer horário, humilhações, xingamentos, traições para maioria delas, agressões físicas frequentes para algumas, privações materiais de toda ordem, porque o dinheiro não chegava a casa, ou situações em que conseguiam alguma renda com trabalhos informais e o companheiro subtraía o dinheiro ganho com o seu trabalho. Casos frequentes de uso e abuso de álcool e

⁵ Importante dizer que o grupo não era restrito ao público feminino, destinava-se à família. Mas eram elas que compareciam, já reforçando a ideia do senso comum, que a participação nos espaços de diálogo se associa com um papel feminino. Do total de 80 famílias cadastradas, aproximadamente 25 mulheres aceitaram o convite e participavam das reuniões semanais.

outras drogas pelos companheiros, ou ambos, sessões de castigos na frente dos filhos. Muito adiante da descrição das violências vivenciadas, estavam ali presentes, a dinâmica do funcionamento daquelas relações e as concepções dos papéis masculino e feminino nos relacionamentos conjugais. De como a violência, identificada por elas inicialmente como agressão física, poderia surgir e circular no relacionamento.

Interessante notar que desde 2006 foi promulgada a Lei 11.340, a lei Maria da Penha, que visa coibir mecanismos de violência contra a mulher, concretizando o direito à proteção para os sujeitos vistos como iguais, ou seja, uma expressão de cidadania⁶. Mas as alusões acerca da lei naquele grupo se posicionavam distantes daquela realidade, situando-se no máximo em uma frase solta no meio da reunião⁷. De modo ainda incipiente, eu transitava do olhar empírico para um objeto de pesquisa, visando observar as concepções sobre o lugar da mulher na relação – atravessada pela violência – com a família, com o parceiro e com a sociedade. Adentrávamos no território das questões de gênero⁸ e a interseccionalidade – ou transversalidade⁹ – com as dimensões de classe, geração e demais códigos daquele contexto. Assim sendo, a origem da pesquisa que ora se apresenta, está intrinsecamente maturada e construída no desenvolvimento de uma prática profissional. De aluna trabalhadora, que atualmente integra outra equipe profissional em diferente instituição, retorno à favela da Mangueirinha quatro anos após a minha saída do programa, agora com a intencionalidade da pesquisadora com o distanciamento (não a neutralidade) necessário ao processo da pesquisa. A escolha do campo, portanto, não é aleatória, e sim, configura o lócus que suscitou e provocou os questionamentos que culminaram na presente dissertação.

⁶ Definir cidadania requer uma leitura dos desdobramentos históricos nos distintos contextos sociopolíticos. Sustentada em Benevides (2004) a concepção de cidadania pauta-se na participação na vida pública, exercitando direitos e deveres, articulando/permeando as diferentes dimensões (social, econômica, política, cultural) nas quais os direitos podem ser conquistados, pleiteados, expressados e reconfigurados, permitindo que as diferenças e especificidades estejam presentes nessa construção democrática que é sócio-histórica e segue em constante transformação.

⁷ “Maria da Penha nele!” era uma frase comumente citada nas reuniões diante da narrativa sobre uma situação de violência vivida por uma integrante do grupo.

⁸ Diferencio aqui que os estudos de gênero incluem estudos sobre a mulher, mas mulher e gênero não podem ser tomados como sinônimos. Para aprofundar a reflexão acerca da temática mulher e/ou gênero ver Kofes (1993). Ver também Butler (2003) e Scott (1990).

⁹ Ver Freitas (2013) que em sua análise aproxima a noção de transversalidade e intersecção que reflete os sujeitos na pluralidade das suas relações.

Durante o processo de levantamento bibliográfico para esta pesquisa, deparei-me com um quantitativo de trabalhos dedicados a analisar a violência de gênero com recortes voltados para a análise da legislação, políticas públicas (ou ausência delas), e ainda estudos sobre a rede de atendimento à problemática da violência contra a mulher. Tais produções estarão visivelmente referenciadas ao longo da dissertação¹⁰. Estas contribuíram com grande valor para que o objeto de pesquisa aqui presente ganhasse vulto, já que indicaram uma possível e relevante lacuna¹¹ no que tange aos sujeitos que experimentam a violência de gênero, a partir das suas próprias histórias e dos recursos – denominados aqui como estratégias de resistência – que acionam para gerenciar suas vidas.

O estranhamento daquele cotidiano foi o ponto de partida para revisitar as singularidades num exercício reflexivo ampliado e analisado à luz de uma abordagem qualitativa, que privilegia os sujeitos sociais, suas relações, valores, crenças e os processos da vida humana (MINAYO, 2009).

Os sujeitos eleitos para a pesquisa convergem nas seguintes características: o sexo feminino, a exclusão do mercado formal de trabalho, a escolaridade situada no nível de ensino fundamental incompleto para a maioria delas, integrantes da classe social subalternizada, moradoras da Mangueirinha, ou seja, de um território vulnerabilizado, em que os serviços e equipamentos do Estado tiveram implantação há menos de cinco anos e ainda não são legitimados pela população. Além disso, todas as mulheres entrevistadas nunca realizaram denúncias de situações de violência aos serviços públicos formalmente/legalmente instituídos para tal finalidade. Propositamente não foi realizado um corte geracional restritivo, objetivando ouvir das mulheres de diferentes gerações, que tenham vivenciado ciclos de vida¹² com suas inerentes mudanças e suas estratégias de resistência diante da violência de gênero. Não obstante a relevância das questões étnico-raciais como variável engendrada nas questões da violência, a pesquisa

¹⁰ Suárez e Bandeira (2002), Cortizo e Goyeneche (2010), Pougy (2010), Moraes e Gomes (2009), Romeiro (2009).

¹¹ É importante frisar que existem excelentes produções acadêmicas que se dedicam à violência de gênero, direcionando o olhar também para os sujeitos nela envolvidos. Ver Côrtes (2012). Apenas ressalto que a partir de estudos com este recorte, somados às experiências empíricas, é que surgiu a dissertação aqui apresentada.

¹² O ciclo de vida descreve a sucessão de fases que permitem identificar as etapas vividas por uma família numa dimensão temporal, de acordo com critérios como o nascimento dos filhos, separação, recasamento, saída dos filhos de casa, morte, idade dos pais, idade dos filhos, tempo de uma união. Para ver mais Minuchin (1982).

focou nas singularidades tangenciadas por um corte de classe, ou seja, mulheres pobres¹³ e as percepções sobre suas trajetórias e experiências frente à violência de gênero.

Serão apresentadas e analisadas cinco entrevistas com mulheres entre 28 e 66 anos. Três participantes residem com seus cônjuges, uma é separada há quatro anos e uma ficou viúva há dois anos. Todas possuem filhos dos seus companheiros com idades situadas desde a primeira infância até a fase adulta. Duas entrevistadas ainda frequentam o Programa Raízes Locais, que passou por modificações em sua metodologia e atualmente não realiza mais as reuniões do grupo reflexivo. Mas elas e seus filhos ainda integram o rol das demais atividades que compõem o programa. As três primeiras mulheres que concordaram em participar da pesquisa apresentaram outras três mulheres, também moradoras locais e que compartilham os mesmos critérios estabelecidos para as entrevistas.

Quando iniciei o projeto desta pesquisa, um aspecto de maior preocupação orbitava em torno do procedimento metodológico que seria mais propício para alcançar a espontaneidade semelhante às afirmações ocorridas à época do grupo reflexivo. Pensar numa entrevista, mesmo que semi-estruturada, suscitava o receio de controlar as respostas ou limitar depoimentos antes tão diversificados e profusos. Não parecia ser possível pensar num roteiro de entrevista que abarcasse a imprevisibilidade do humano e respeitasse a importância do caráter científico de uma pesquisa.

Assim, no desenvolvimento do projeto de pesquisa, trabalhando esta questão na orientação, adotei como instrumento para a coleta de dados a entrevista narrativa (FLICK, 2004), por ser aquela que facilita uma livre explanação (um depoimento, um testemunho) do entrevistado a partir de uma questão gerativa. A questão gerativa ou deflagradora para esta pesquisa foi “mulher gosta de apanhar”, uma provocação para evocar ideias, sentimentos, alternativas, estratégias para lidar com a violência de gênero. A história oral foi pensada e adotada para realizar uma escuta ativa e qualitativa. Por meio de um diário de

¹³ O conceito de pobreza que orienta o recorte deste estudo baseia-se em Silva (2002). Trata-se de um fenômeno complexo, multicausal, heterogêneo, que sofre interferências de aspectos qualitativos e quantitativos representados por um acúmulo de deficiências socioeconômicas e culturais. Não se baseia somente pela renda financeira aquém das necessidades materiais, mas de um processo de exclusão também de ordem política, social e cultural que agrega problemas de saúde, moradia, desemprego, educação.

campo, foi possível registrar as visitas ao campo de pesquisa, as conversas com a gerência e outros profissionais da equipe do PRL, bem como as entrevistas que também foram gravadas. Nele também estão registrados os questionamentos, problematizações, e dúvidas experimentadas ao longo do processo de pesquisa.

Anterior aos encontros com cada sujeito entrei em contato com a gerência do Programa Raízes Locais e apresentei minha proposta. Frente à receptividade inicial, compareci pessoalmente à sede do programa que se localiza na base da favela da Mangueirinha para comunicar ao restante da equipe a pesquisa a ser realizada. Toda a atual equipe mostrou-se receptiva auxiliando na localização dos sujeitos a serem entrevistados, disponibilizando espaço e horário para a realização das entrevistas.

Retornei ao programa para apresentar o projeto de pesquisa para três mulheres que frequentavam o grupo reflexivo e que continuam participando de outras atividades. Numa tarde, munida do meu diário de campo, acompanhadas de bolo e café, lembramos das reuniões do grupo e assim, dei início à proposta de pesquisa. Com notável espontaneidade, as três não só aceitaram participar (lamentei ainda não ter autorização para gravar este encontro), como começaram a relembrar situações já narradas à época do grupo reflexivo e trazer novos episódios, ressaltando formas de resistir, desvencilhar-se ou enfrentar tensões e conflitos com o companheiro. Duas delas indicaram três outros possíveis sujeitos para a entrevista. Após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, retornei ao campo por quatro vezes e realizei seis entrevistas, gravadas em um *tablet*, transcritas posteriormente por mim, com o auxílio para a digitação em duas delas.

Interessante notar que na tarde em que a proposta de pesquisa foi apresentada, em meio à fruição da conversa, perguntei o que elas acreditavam ser uma solução para as situações de violência de gênero. Uma respondeu com a concordância da outra: “ter mais palestra”. Palestra era como nomeavam as reuniões do grupo reflexivo. Seria no amadurecimento das nossas conversas que construiríamos juntas novas percepções? Oportunidade esta para reconhecermos dores, experiências, fortalezas e estratégias? Não que elas não possam produzir rupturas por si mesmas, mas a possibilidade de acompanhar os seus processos, entender contradições, problematizar valores e crenças culturais na inter-relação

com as dimensões pessoais, interpessoais e sociopolíticas (FERRER, 2011), é um privilégio para o pesquisador e profissional que deseja enriquecer o seu saber. Trata-se da melhor apreensão do espaço social – como representação abstrata bourdieusiana – onde os agentes, inclusive o pesquisador, mantêm entre si graus de relação, considerando os pontos de vista sobre o mundo, pelas determinadas posições que ocupam (PREUSS, 1995).

Após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, dirimidas possíveis dúvidas e solicitada a permissão para gravar, ainda reforcei que poderíamos interromper e/ ou desgravar a entrevista a qualquer momento. Os encontros das entrevistas ficaram particularmente marcados para mim pelas reações individuais. A espontaneidade “falante” não se deu de imediato. Sozinhas comigo, os encontros foram permeados por comoção, choro, “Lá vai a Luciana fazer a gente lembrar dessas coisas...”, longos silêncios¹⁴, desabafos, satisfação ao narrar momentos de revide, dificuldade para encerrar com duas entrevistadas, gerando necessidade de acolhimento. Das seis entrevistas, uma delas não será utilizada, porque individualmente a entrevistada não se mostrou à vontade para desenvolver o tema. Embora o seu silêncio possa estar repleto de sentido, não tenho trechos que possam ser trazidos para discussão e análise como das demais e o conteúdo disponível não decorreu da utilização da técnica da entrevista narrativa.

De todo modo, com base nas cinco entrevistas analisadas, salvo alguns elementos originais e individuais, existem pensamentos e comportamentos convergentes entre os sujeitos deste estudo e como esclarecido por Minayo (2009) se as situações narradas começam a se repetir, já é possível partir para a análise de dados.

A fase de análise de dados teve como suporte teórico-metodológico os conceitos de Pierre Bourdieu. Sua teoria da prática teórica em pesquisa contribui significativamente trazendo a reflexão esclarecedora sobre a ideia de que um determinado número de entrevistas possa falar sobre uma determinada coletividade. Em suas palavras:

¹⁴ A questão sobre a insuficiência da palavra e do silêncio como forma de comunicação é analisada por Eni Puccinelli Orlandi na obra “**As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**”. Campinas/SP: UNICAMP, 2007.

Todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe são produtos de condições objetivas idênticas. Daí a possibilidade de se exercer na análise da prática social, o efeito de universalização e de particularização, na medida em que eles se homogeneízam, distinguindo-se dos outros (BOURDIEU, 1973, p.180 apud MINAYO, 2007, p.206).

A afinidade teórica com Pierre Bourdieu ancora-se no sistema de conceitos – campo, habitus e capital¹⁵ – que guiaram suas pesquisas, e que permite apreender, numa perspectiva praxiológica, o mecanismo atuante nos agentes e por eles reproduzidos, dialeticamente, como natural, num determinado espaço social, sem, no entanto transformá-los em axiomas, ou a panaceia que levaria à superação de todas as mazelas e desigualdades sociais. Seu sistema teórico, ao contrário de uma lógica fatalista, contribui para um profundo entendimento dos modos de engendramento – sua virtude heurística – e aí sim, em meio a rupturas e permanências, localizam-se seus potenciais de transformação.

A estes referenciais teóricos que orientam este trabalho soma-se uma composição subsidiada também pelos estudos da antropologia, da sociologia, dos estudos de gênero e da violência.

Em termos de estrutura, a dissertação está organizada em três capítulos.

O primeiro é destinado a problematizar os conceitos de gênero e violência, situados historicamente no contexto do movimento feminista e de mulheres, fomentando o amadurecimento de medidas de enfrentamento à violência de gênero, e, dialeticamente, enriquecendo o debate teórico acerca da temática.

¹⁵ Habitus - conceito formulado em 1972 por Pierre Bourdieu que será retomado pelo autor ao longo de suas obras. Como um constructum “(...) sistema de disposições duráveis, estruturas e estruturantes, isto é, como princípios de geração e de estruturação e de representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’, sem ser, de forma alguma, o produto da obediência às regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingí-los, sendo tudo isso, coletivamente orquestrado sem ser o produto da ação organizadora de um regente” (BOURDIEU, 1972, p.175, apud PREUSS, 1995, p. 63).

Campo – “conjunto de relações históricas objetivas e concretas estabelecidas entre agentes e/ou grupos de dada sociedade, o que implica numa constante administração de conflitos de interesses dos diversos segmentos e/ou indivíduos que o compõem” (OLIVEIRA, 1999, p.3).

Capital Cultural – “discurso de uma sociedade sobre si mesma ou o acervo dos meios de expressão e significações que esta mesma sociedade coloca à disposição de seus indivíduos – ou agentes. (...) torna-se tão profundamente arraigado na vida da sociedade que passa a fornecer as referências fundamentais de percepção, ação e análise aos seus agentes, sem que estes, na verdade, disso tenham plena consciência.” (Idem, p.4).

Esta tríade de conceitos, por ora sumariamente apresentados, será objeto de discussão aprofundada no decurso desta dissertação.

No segundo capítulo procura-se uma aproximação maior com o cenário da favela, buscando por meio de um viés antropológico, as formas de sociabilidade, o habitus que filtra a leitura do mundo e regula as relações sociais entre os agentes, que, pertencentes às mesmas condições objetivas, incorporam habitus de classe. No mosaico engendrado pelas relações humanas, organizam-se as concepções de gênero, vítima e as estratégias de resistência como capital cultural no processo de enfrentamento à violência presente na dinâmica dos relacionamentos.

O terceiro capítulo apresenta e problematiza as estratégias de resistência à violência de gênero postas em curso por mulheres da Favela da Mangueirinha, tendo por base o conteúdo das entrevistas realizadas. Em consonância com as reflexões propostas nos capítulos 1 e 2, observa-se nas declarações dos sujeitos, os aspectos relacionados à sustentação teórica da dissertação, em especial a tríade teórica de conceitos bourdieusianos, campo – habitus – capital, perpassando por elementos como concepções de gênero, violência, conjugalidade, família, cuidado, proteção, fidelidade, traição e outros.

Em se tratando de tema tão complexo, o presente trabalho pretende se agregar à produção coletiva na área dos estudos de gênero, como uma contribuição a mais. Assim, a ênfase acontece no sentido de questionar o caráter das medidas presentes na sociedade atual para enfrentar a violência de gênero, bem como a importância de ampliar o debate para diversificar e identificar estratégias e propostas inclusivas de diálogo, como alternativa aos meios judicializantes. Considera ainda o comprometimento profissional na busca de leituras e pesquisas que valorizem as potencialidades dos sujeitos e promovam o questionamento construtivo visando à equidade de gênero¹⁶.

¹⁶ A busca pela equidade de gênero visa reduzir diferenças que tornam desiguais homens e mulheres em termos de importância social. Visa minimizar tais diferenças contemplando-os em distintas políticas como beneficiários, onde se faz necessário legitimar enfoques de gênero em políticas de cunho universal. Ver Giffin (2002).

Violência e Gênero: dois conceitos em perspectiva

1.1 Conceituando Violência

Refletir acerca da violência implica em lidar com a complexidade e as múltiplas determinações constitutivas da temática. São filósofos, cientistas sociais, pesquisadores dos diferentes campos epistemológicos que se dedicam a pensar, descrever, definir, mapear, quantificar e analisar, na tentativa de uma maior compreensão deste fenômeno, que atinge os sujeitos, seja com a impressão de ter sido aleatoriamente, seja articulando fatores relacionados à classe social, ao gênero, à religião, à raça/etnia e à cultura.

O sistema teórico desenvolvido por Pierre Bourdieu (1972), fundamentado nos conceitos habitus – campo – capital cultural¹⁷, substancia o conceito de violência simbólica e permite apreender o mecanismo atuante nos agentes e por eles reproduzidos como natural, as representações e ideias dominantes numa determinada sociedade. Na lógica da distinção, os agentes que operam com maior acúmulo de capital cultural, enquanto reproduzem, ditam habitus como esquemas que orientam as ações, os pensamentos e os sentimentos e engendram as relações num universo social. Como adversários cúmplices, dominantes e dominados reproduzem a estrutura, e a violência simbólica, historicamente construída, age suave favorecendo a interiorização coercitiva do externo. Nas palavras do próprio autor:

Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxinomias instituídas, como os títulos. Assim, todas as estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo podem situar-se entre dois extremos: o insulto, *idios logos* pelo qual um simples particular tenta impor seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade; a *nomeação oficial*, ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do

¹⁷ Os conceitos foram apresentados na introdução, porém serão retomados em distintas seções ao longo da dissertação.

monopólio da *violência simbólica legítima* (BOURDIEU, 1989, p.146).

No trecho a seguir é possível entender a articulação da violência simbólica com o poder simbólico:

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos enérgicos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes formas de capital em capital simbólico, e em especial, o trabalho de dissimulação e transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer as violências que elas encerram objetivamente e transformando-as em poder simbólico, capaz de efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 1989, p.15).

O filósofo Michaud (2001) reflete que a dificuldade em definir a violência está relacionada com a imprevisibilidade e rompimento das regras estabelecidas:

A violência é, portanto assimilada ao imprevisível, à ausência de forma, ao desregramento absoluto. Não é de espantar se não podemos defini-la. Como as noções de caos, de desordem radical, de transgressão, a violência, com efeito, envolve a ideia de uma distância em relação às normas e às regras que governam as situações ditas naturais, normais ou legais. Como definir o que não tem regularidade nem estabilidade, um estado inconcebível no qual, a todo o momento, tudo (ou qualquer coisa) pode acontecer (p. 12).

Rifiotis (2008) na sua leitura antropológica analisa que a

‘Violência’ é uma palavra singular. Seu uso recorrente a tornou de tal modo familiar que parece desnecessário defini-la. Ela foi transformada numa espécie de significante vazio, um artefato sempre disponível para acolher novos significados e situações. O seu campo semântico tem uma regra de formação: a constante expansão. A aparente unidade deste termo resulta de uma generalização implícita dos diversos fenômenos que ela designa sempre de modo homogeneizador e negativo (RIFIOTIS, 1999, p.28 apud RIFIOTIS, 2008, p.226).

Octávio Ianni (2002) ressalta que de fato, a problemática da violência não pode ser simplificada de modo a caber num conceito ou interpretação porque envolve “manifestações coletivas e individuais, históricas e psicológicas, objetivas e subjetivas” (p.08). Mas em geral ela carrega o desejo de aniquilação do outro, do diferente, do estranho, na tentativa de exorcizar os dilemas mais difíceis imbricados nas tramas das sociabilidades. Na sua leitura sociológica, o autor situa na história do mundo moderno, o lócus dos mais prosaicos e sofisticados modos de violência “com os quais que forja e se mutila a modernidade” (IDEM, p.10). No itinerário polarizado das conquistas por democracia e cidadania, combinações

de tirania também se desenvolveram. Cada século, no seu respectivo processo histórico-social, nas suas formas de sociabilidade e no jogo das forças sociais, produziu e reproduziu progresso e retrocesso acompanhado de modos de violências. Portanto, a violência, latente e evidente, é um fenômeno histórico.

No curso de manifestações mais tangíveis da violência, Adorno (1993) afirma que um “indivíduo é considerado violento quando ele rompe o pacto social existente” (p.9). Romper com as regras legais e morais, independente da legitimidade delas, numa determinada sociedade e momento da história, caracteriza a violência.

Em outro artigo seu, ele ressalta a imprecisão do termo, que não pode meramente ser reduzido à criminalidade. As violações dos direitos humanos, calcadas na profunda desigualdade social que marca a sociedade brasileira, compõem os estudos que visam à violência como objeto de análise. A violência surge e se instaura como uma forma naturalizada de resolver conflitos tanto nas relações de classes, como nas relações subjetivas. Uma herança histórica, uma sensação de impunidade, oficializada politicamente, em territórios urbanos e rurais, no mundo público e no privado (ADORNO, 1995). A herança a qual se refere o autor teria sido gestada na assimetria entre os direitos políticos e os direitos sociais e na ausência de instituições e políticas públicas para mediar a desigualdade, arrematados por uma cultura política voltada para o que ele denomina “autoritarismo socialmente implantado” (ADORNO, 1995, p. 299). Sendo assim, o controle da violência manteve-se aquém do necessário situado em três pontos: como alvo de interesse de ação apenas dos grupos organizados da sociedade civil; numa anunciada impunidade daqueles que praticam ou praticaram a violência e na manutenção das forças repressivas comprometidas com o regime autoritário que se acomodaram no contexto social da transição política. Daí decorre o recrudescimento de manifestações da violência em diferentes instâncias, desde os sistemas sociais mais abrangentes até as relações intersubjetivas. Percebe-se a presença do aparato do Estado na relação com a violência, ao passo que encontra-se ausente da relação com a família e com os sujeitos na efetivação dos seus direitos sociais.

Minayo (1994) ressalta que a violência não faz parte da natureza humana, não está respaldada nas características biológicas. A naturalização a qual Adorno

(1995) refere-se está na institucionalização e na moralidade que pautam os costumes nos quais a própria vida foi e é banalizada, naturalizando a violência.

Para Marilena Chauí (1998), a coisificação do sujeito, o uso da força contra algo valorizado positivamente numa sociedade, que foi definido como justo, como um direito, ou contra a natureza de alguém, da sua espontaneidade, vontade, liberdade, é desnaturar, constranger e violar.

consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano e sim como coisa, fazendo-lhe violência nos cinco sentidos em que demos a esta palavra (CHAUÍ, 1998, p.2).

É possível perceber argumentos que fazem menção à questão moral que permeia a violência. Chauí (1998) reflete que toda moral é normativa, porque inculca nos indivíduos os padrões de conduta, costumes e valores que regem a sociedade (poderíamos aqui recorrer novamente ao conceito de habitus como algo que é inculcado estabelecendo estruturas normativas ou padrões de conduta). A autora pondera que a ética – embora compreendida como um sinônimo – corresponde a uma parte da filosofia que se dedica a analisar os valores propostos por uma sociedade, para então compreender, questionar o sentido, a origem, os fundamentos e finalidades dos mesmos. Deste modo, a ética pode ou não ser normativa¹⁸, mas procura definir “a figura do agente ético e de suas ações e o conjunto de noções (ou valores) que balizam o campo de uma ação que se considere ética” (CHAUÍ, 1998, p.1). O agente ético é pensado como sujeito dotado de consciência e razão sobre o que faz, que respeitará a racionalidade e liberdade dos outros agentes éticos. Portanto a subjetividade ética de cada agente gera uma intersubjetividade, definindo laços e formas de sociabilidades de acordo com os determinantes históricos.

¹⁸ Cita como exemplo a ética de Immanuel Kant como uma ética normativa dos deveres e das obrigações ao contrário da ética não-normativa de Baruch Spinoza. Para aprofundar a discussão, ver SPINOZA, **Benedictus de. Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009 e KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

A antropóloga e socióloga Maria Cecília Minayo (1994) nos apresenta a violência como um produto criado e desenvolvido na dinâmica da sociedade, por isso, perpassado por aspectos de ordem política, econômica e social, nas relações humanas e institucionais, na dimensão individual ou de ordem coletiva, tornando-se assim uma questão de saúde pública. Ela classifica a violência em violência estrutural, violência de resistência e violência de delinquência. A violência estrutural refere-se à opressão que decorre da falta de acesso às conquistas da sociedade. Atinge a família, grupos e classes, agravando a condição de vulnerabilidade destes. Dela decorre a violência de resistência e de delinquência: as diversas respostas dadas pelos segmentos oprimidos e alvo da repressão por parte do Estado, configuram a violência de resistência. A violência de delinquência aponta para o conflito entre os indivíduos, motivando delitos, esvaziando regras, invertendo valores e enaltecendo o consumismo, as satisfações imediatas e o lucro.

Considerando a importância do conceito violência estrutural, Silva (2008), alerta sobre a “fragmentação teórica e prática que se estende à categoria da violência” (p.267) como se as diferentes manifestações da violência não expressassem uma interlocução entre elas, não fossem constitutivas da violência estrutural e que por isso, precisam ser analisadas dentro da categoria da totalidade¹⁹. O autor propõe “a reconstrução da violência como categoria sócio-histórica que se objetiva como complexo social” (IDEM, p. 268). Ratifica o fenômeno da violência como situado dentro de condições sócio-históricas numa relação dialética entre as esferas objetiva e subjetiva. Em sua análise, reafirmar a categoria da totalidade na reconstrução da violência implica, justamente, em conhecer as suas particularidades. Ao contrário do que se poderia pensar, apreender as particularidades, não é um movimento focal, mas sim reconhecer sua

¹⁹ A totalidade não deve ser entendida como a soma das partes, mas como um grande complexo constituído de complexos menores. A totalidade concreta como categoria central da teoria de Marx é extraída pela razão teórica da estrutura do real e não posta como modelo abstrato. A totalidade é constituída de um todo concreto, dinâmico (processual, atravessado pela negação), diferenciado (relações, parte-todo hierarquizado), estruturado (unidade de contrários) e histórico (processo genético histórico-constitutivo). Contudo, o concreto não está dado na imediatez do real, nem no plano fenomênico, da facticidade, da positividade.

O Concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso, por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida também da intuição e da representação. (Marx, 1982, p. 14)

complexa e pulverizada particularização, para, a partir disso, propor modos de enfrentamento.

Com a proposta de detalhar para conhecer e não para fragmentar, em meio a essa intangibilidade acerca da definição da violência, que dificulta uma definição exata em palavras, mas que todos nós “sabemos” do que se trata pelo acúmulo de experiências diretas ou indiretas, simbólicas e concretas das relações humanas, tomo como princípio para os efeitos desta pesquisa, a definição de violência contida no Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde (OMS, 2002). Dentro de uma perspectiva de saúde coletiva, o relatório divide a violência em três categorias: auto-infligida (auto-abuso e suicídio), interpessoal (que se subdivide em violência da família e parceiro íntimo, e comunitária) e coletiva (que se subdivide em política, econômica e social). Quanto às tipificações a violência pode ser física, psicológica, sexual ou privação/negligência. Sendo assim,

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, p.5).

Uma vez definido o conceito de violência que alicerça este trabalho, torna-se necessário apresentar algumas reflexões sobre o conceito de gênero para que no curso da confecção deste estudo se estabeleçam as conexões entre eles. Parto da concepção que a violência interpessoal, direcionada e pautada pelas assimetrias e desigualdades culturalmente construídas entre homens e mulheres, a partir das suas diferenças biológicas, me conduzem ao termo violência de gênero. Questão esta que será explorada nas próximas seções.

1.2 As contribuições do conceito de gênero ao debate sobre a violência contra a mulher

1.2.1 O conceito de gênero

Discutir gênero visa à reflexão sobre a produção e reprodução das diferenças, desigualdades e diversidades que acontecem na vida social, a partir das distinções e hierarquias fundadas na categoria (gênero) e de como ela engendra as dimensões individuais e coletivas.

Necessário se faz compreender o conceito de gênero como uma construção social fomentada pelo intenso e histórico processo de socialização. Neste aprendizado sociocultural, as expectativas em relação aos modos específicos de ser e estar no mundo delegam lugares, posições, comportamentos, atitudes, pensamentos no nível mais simbólico e cotidiano para meninos e meninas. Carrara (2010b) ressalta que:

A busca por causas biológicas ou psíquicas para explicar diferenças entre homens/mulheres, masculino/feminino, tem sido recorrente nas ciências biológicas. Em jornais e revistas, explicações científicas baseadas em um funcionamento distinto em cada sexo, do cérebro, ou dos hormônios são frequentes (p.14).

Não se trata aqui de negar as diferenças entre homens e mulheres, mas destacar o julgamento de valor que lhes é atribuído. A partir das diferenças, vem se estabelecendo, através dos tempos históricos e dos contextos culturais, a classificação, a estratificação, a hierarquização e a desigualdade. Elementos estes capazes de incitar a violência.

É neste sentido que as ciências sociais se empenham em postular que as diferenças de gênero, naturalizadas em função dos aspectos anatômicos, são construções sociais. A família é o primeiro agente disparador dessas construções. A continuidade se desenvolve no espaço escolar, religioso, comunitário e demais ambientes sociais.

Embora Pierre Bourdieu não tenha conceituado gênero, é interessante observar como o conceito de habitus, dotado do seu valor heurístico, e a violência simbólica como um mecanismo da primeira imposição nas relações de dominação, possibilitam direcionar o olhar para as relações de gênero. Preuss (1995), à luz de Bourdieu, reflete que:

habitus constitui a configuração individual nas relações objetivas; sistema de disposições tanto orgânicas como mentais que organizam a prática dos agentes; esquema gerador de outros esquemas que governam a apreensão da realidade enquanto conhecimento (p.63).

É neste sentido que Bourdieu, com seu trabalho altamente referenciado, traz contribuições dignas da discussão sobre o conceito de gênero. Em sua obra “A dominação masculina” (2002), ainda que o conceito de gênero não surja claramente, o autor enfatiza que a condição de estar no mundo como um homem ou uma mulher, nos permitirá a apropriação da forma de pensar a dominação masculina já com a percepção inconsciente e inerente aos esquemas de apreciação

das estruturas históricas da tradição masculina. Inicia ressaltando a eternização do arbitrário cultural que é naturalizado. A lógica da dominação dentro de um princípio reconhecido e naturalizado tanto pelo dominador quanto pelo dominado. “A construção social dos corpos” para Bourdieu (2002) trata da ordem da sexualidade para dois universos diferentes. A virilidade masculina e a delicadeza feminina transcritas nas atitudes, no comportamento, no vestuário, nos acessórios, na divisão sexual do trabalho, nos esportes, conferindo ao masculino o lugar do ativo e ao feminino o lugar do passivo, são artefatos construídos e engendrados de forma complexa e simbólica que não se operam de forma diferente pela simples tomada de consciência. O autor recorre a inúmeros pares de oposição que marcam as dualidades: público/privado, dentro/fora, alto/baixo, quente/frio, ativo/passivo, sujeito/objeto, noite/dia, dominante/dominado pautando a dualidade entre o masculino e o feminino, delimitando-os de forma oposta a partir da diferença mais primária e básica, que seria a anatômica. Tal dualidade denunciada por Bourdieu (2002) reúne condições para a dominação masculina acontecer e ser exercitada de forma plena, já que todas as primazias das estruturas sociais e atividades produtivas e reprodutivas pautadas na divisão sexual do trabalho estão estabelecidas, cabendo ao homem a melhor parte. A “(...) representação androcêntrica na reprodução biológica e social objetivada no senso comum, onde as mulheres se vêem envolvidas em esquemas de pensamento que são produto da incorporação destas relações de poder.” (BOURDIEU, 2002, p.44).

Assim, não só os mecanismos sociais funcionam de modo a engendrar as relações de poder, mas o habitus, a produção simbólica, se constituem como vetor de manutenção de tais mecanismos. Os agentes sociais estão a postos para lembrar o lugar de meninos/meninas, homens/mulheres na sociedade, objetivamente e subjetivamente, numa articulação dialética entre o ator e a estrutura social. Ortiz (1983) explicita:

O habitus tende, portanto, a conformar e a orientar a ação, mas na medida em que é produto das relações sociais ele tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendraram (p.15).

Nas palavras de Pierre Bourdieu:

Cada agente, quer saiba ou não, quer queira ou não, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo porque suas ações e suas obras são produto de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual ele não possui o domínio consciente; as

ações encerram, pois, uma intenção objetiva, como diria a escolástica, que ultrapassa sempre as intenções conscientes. (1972, p.182 apud ORTIZ, 1983, p.15)

A divisão de gênero está nos símbolos, signos, linguagens e instituições que leva ao pensamento dual que recai no binômio homem/mulher. Presente nas mais variadas nuances da vida social, certamente manifesta-se também na divisão sexual do trabalho e na relação com o público/privado. O gênero feminino está associado ao privado, à natureza, ao cuidado, à reprodução, à emoção. Ao gênero masculino cabe o público, a cultura, a razão, a produção, o lugar do provedor.

Embora os estudos de gênero tenham o início datado a partir da década de 1970, a filósofa francesa Simone de Beauvoir, em sua obra “O segundo sexo” originalmente de 1949, “questionava as relações sociais estruturadas hierarquicamente e naturalizadas, que sustentaram durante séculos as desigualdades entre os sexos” (CARRARA *et al*, 2010b p.82), gerando a condição da subalternidade feminina, a partir de uma sociedade alicerçada no patriarcado. Beauvoir anunciou o “input” da separação entre sexo e gênero, abrindo espaço para futuros estudos. Em suas próprias palavras:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada (BEAUVOIR, 1967, p.9).

A análise da categoria gênero só é possível sob o aspecto relacional, ou seja, o gênero feminino só pode ser entendido em relação ao gênero masculino e inserido no contexto de uma cultura específica.

A historiadora Joan Scott, com influência das teorias pós-estruturalistas e do método de desconstrução do filósofo francês Jacques Derrida e Michael Foucault²⁰ que estuda a relação entre saber e poder, afirma:

Na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que permite distinções ou agrupamentos separados. No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no

²⁰ Na elaboração do artigo aqui trabalhado, Scott indica a leitura: DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1973. e FOUCAULT, Michel: **As Palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo, Martins Fontes, 1981 e do mesmo autor: **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1977.

sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades (SCOTT, 1990, p.3).

Em outro artigo, Joan Scott (1994) analisa as conexões entre gênero e história. A autora reflete que “gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais” (p.12). A autora refere-se ao saber de Foucault²¹, aquele que não se restringe ao campo das ideias, mas das relações de poder, de subordinação e dominação, das disputas políticas, intrinsecamente presentes nas práticas, nas instituições, nos significados produzidos culturalmente nas relações humanas, neste caso, entre homens e mulheres. Scott faz a ressalva de que não se trata de um saber absoluto, mas que está presente no mundo, inseparável da organização social.

O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais (SCOTT, 1994, p.13).

Portanto, o comportamento dos homens e das mulheres não estaria determinado pelo sexo, e sim, o gênero, como um saber, permeia o comportamento, variando historicamente nos diferentes contextos e grupos sociais. O sexo é um efeito do gênero. Completando o argumento, a autora ressalta que:

A diferença sexual não é, portanto, a causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância - mas sim uma organização social variada que deve ser, ela própria, explicada (IBIDEM).

É possível perceber o estofamento teórico oferecido pela categoria gênero aos estudos feministas. Penso que Joan Scott ao se valer do método de desconstrução, se propôs a detalhar os significados, os meandros da temática gênero, permitindo uma pluralidade de sentidos, possibilidades de análise e oportunidades de aprofundamento. O substrato de suas reflexões que ofertam consistência a esta pesquisa, situa-se principalmente em apreender gênero como um conceito construído historicamente, destituído de um lugar naturalizado, cristalizado e imutável.

Outra teórica que se debruça sobre o conceito de gênero, é Judith Butler. Filósofa norte-americana cujos trabalhos ganharam maior força nos anos 1990,

²¹ Além das obras referenciadas acima a autora recomenda FOUCAULT, Michel. *Power/knowledge: selected interviews and other writings, 1972-1977*. N.Y.,Pantheon,1980.

desenvolveu críticas sobre a leitura do gênero como construção social do sexo e a universalidade do debate feminista que homogeneiza as práticas feministas e universaliza a categoria mulher. Suas produções acadêmicas, portanto, geraram controvérsias e dividiram as opiniões entre as militantes e as estudosas.

No bojo das reflexões que levantou, Butler (2003) diluiu a dicotomia entre natureza e cultura, logo, entre sexo e gênero também. Mas não no sentido de unificá-los como sinônimos, e sim, de que ambos podem ser historicizados. Ou seja, natureza não é uma entidade passiva e inerte que não possa ser apreendida pela ação cultural, com os saberes e tecnologias de uma determinada época, dentro de um contexto histórico variável. Desta forma, o corpo e o sexo (historicizados) não ficam restritos aos estudos do campo da biologia e passam para os estudos do social. Para a autora é possível ampliar a teoria social (até então restrita ao gênero) para o sexo que antes ficava restrito ao campo da natureza. Porque se assim não fosse, continuaria a lógica binária destinando o sexo como regido pelo gênero, pela cultura. Se o sexo e o gênero são questionados e problematizados numa perspectiva histórica, o gênero é fabricado ou produzido e se materializa no corpo. Exemplifica com a compra de brinquedos, escolha de cores e nomes para bebês que ainda não nasceram; a escultura do corpo, na busca de apresentações pessoais que moldam diariamente o gênero.

Judith Butler inspirou a teoria *queer*²² ao questionar a coesão entre sexo, gênero e desejo, assim como uma identidade de gênero coerente, naturalizada e compulsória com um sexo e um desejo heterossexual. No rumo desta lógica, o conceito de gênero se encarregaria de manter a legitimação desta ordem com atos e gestos performativos – performativamente constituída – que garantiriam a existência de dois sexos fixos, coerentes e binários. Ao desnaturalizar sexo, gênero e desejo, Judith Butler (2003) nos propõe a desconstruir um sujeito uno, homogeneizado, e apresenta o conceito de gênero no entrelaçamento das relações sociais.

²² A teoria *queer*, afirma que a orientação sexual e a identidade sexual ou de gênero dos indivíduos são o resultado de um constructo social e que, portanto, não existem papéis sexuais essencial ou biologicamente inscritos na natureza humana, antes formas socialmente variáveis de desempenhar um ou vários papéis sexuais. Para saber mais: BUTLER, Judith. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgresoras**. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icaria editorial, 2002, p. 55 a 81. Ver também LOURO, Guacira Lopes. **O corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

A desconstrução da ideia de unicidade, contrapondo as visões universalizantes e essencialistas, contribui significativamente nesta pesquisa, para questionar a categoria mulher. Reduzir as mulheres num todo coerente, impossibilita considerar que as mulheres não são iguais nas suas demandas, anseios, desejos e necessidades. As entrevistas que realizei com as mulheres da Favela da Mangueirinha, permitiram problematizar que são diferentes especificidades inscritas naquele contexto sociocultural.

Assim como Joan Scott, Butler apresenta gênero como categoria política e de caráter relacional, porque há interseções entre ele, classe social, raça/etnia, geração, de modo que não é possível reduzir o conceito como sinônimo de mulher.

Freitas (2013) levanta a importância da noção de transversalidade quando se trata de pensar gênero, ou seja, relacioná-lo com outras variáveis. Fundamentada em Lauretis (1994) que argumenta sobre a importância de um sujeito “gendrado”, ratifica acerca de os códigos, as representações constitutivas de gênero em consonância com as dimensões de classe, etnia, geração, região, entre outras.

Branco (2008) ressalta que a despeito da proficiência do conceito de gênero na análise das relações de dominação e poder em nossa sociedade, quando importa aprofundar as diferenças e desigualdades entre as próprias mulheres, a perspectiva da intersecção se mostra mais abrangente. Reflete que se as mulheres forem vistas como um grupo homogêneo e a-histórico, a referência será a mulher branca, ocidental e de classe média. Por este motivo, a categoria da interseccionalidade, busca um entendimento que agregue à categoria gênero, outras variáveis presentes nas relações sociais, facilitando reconhecer as diferenças, a diversidade e a complexidade das combinações de elementos como raça, classe, geração, sexualidade, religiosidade, entre outros.

De acordo com Branco (2008):

A “interseccionalidade” é, pois, uma ferramenta de análise que nos ajuda a perceber como diferentes conjuntos de identidades têm impacto na forma como se acede aos direitos e às oportunidades. É nos pontos de intersecção que nos apercebemos das diferentes experiências de opressão e de privilégio. Todavia, não devemos olhar a combinação das diferentes identidades como uma mera soma, mas sim perceber que a combinação das mesmas é que produz experiências substantivamente diferentes. Deste modo, podemos perceber por que razão (ou razões) algumas mulheres são marginalizadas e discriminadas, enquanto outras beneficiam de posições de privilégio (p.110).

A categoria da interseccionalidade fundamenta esta pesquisa, pois enriquece a reflexão sobre situações que poderiam ficar opacas ou esmaecidas se concentradas somente sob o binômio gênero e poder.

Para Almeida (1998) relações de gênero são “um conjunto de imagens e lugares competitivos e/ou complementares que serão disputados estrategicamente, por homens e mulheres que integram diferentes frações de classe e raça/etnia, em cada contexto histórico” (p.15).

Existem condições homogêneas de existência, a estruturação do espaço social e o recorte de classe gerado pela distinta distribuição de capital cultural (PREUSS, 1995). O grupo de mulheres entrevistadas converge em indicadores que estabelecem particularidades não só na identificação do grupo como também na condução das relações que vivenciam. Tais aspectos serão oportunamente explorados nos próximos itens.

1.2.2 Os estudos de gênero no bojo do movimento feminista

Inicialmente cabe destacar que a apresentação de aspectos do movimento feminista nesta pesquisa tem como objetivo oferecer um pano de fundo para situar a inserção do conceito de gênero e da violência contra a mulher. O movimento feminista, em sua organicidade e historicidade, é um conjunto complexo de muitos matizes que enveredar por eles, não caberia na delimitação deste estudo.

Registros de questionamentos e embates, ainda que isolados e excepcionais, de mulheres que reivindicaram a oportunidade de estudar, de se expressar e votar, são encontrados desde meados do século XIX. Na virada para o século XX, às lutas pelo sufrágio, somaram-se a outras causas, motivadas por processos internacionais, principalmente vindos da França, cuja cultura influenciava fortemente a brasileira. Este movimento caracteriza a primeira onda do Movimento Feminista, que objetivava, a luta pela igualdade entre homens e mulheres, pleiteada mais enfaticamente no campo político e nas oportunidades pelo acesso à educação. A adesão foi acontecendo de forma gradual, bem como o resultado das reivindicações colocadas, experimentando o êxito do maior pleito com o direito ao voto feminino em 1932. Um período histórico marcado por uma

“movimentação feminista que se expressou de diferentes formas, com graus de radicalidade e mesmo com diferentes ideologias” (PINTO, 2003, p.38).

A segunda metade do século XX, marcadamente as décadas de 1960-1970 são lembradas no Brasil e no mundo, pelos questionamentos e contestação dos modelos políticos, econômicos e sociais, incentivados pelos movimentos de esquerda e por diferentes minorias.

Corrêa (2001) nos oferece um panorama do movimento feminista articulado com os outros movimentos sociais: movimentos populares que reivindicavam melhores condições de vida e movimentos políticos que lutavam por anistia, contra o racismo, pelo direito à terra, a favor da questão indígena e outras minorias. Tensões e conjunções perpassavam o movimento feminista nas suas diferentes articulações, por exemplo, com a igreja, com o movimento comunista ou com a universidade.

Medeiros (2012) observa que não é possível conceber o movimento feminista como algo homogêneo, se consideramos as diferentes orientações teórico-metodológicas que o inspiraram em consonância com o contexto histórico-social. Radical, liberal, socialista, marxista dogmático, conservador, entre outras denominações, cada um com suas respectivas leituras dos engendramentos de caráter biológico, psíquico e sociopolítico fundantes e mantenedores das diferenças e das desigualdades entre homens e mulheres. Uma distinção importante destacada pela autora refere-se aos termos movimento de mulheres e movimento feminista. Inicialmente o movimento de mulheres voltava-se para questões específicas (pela paz, contra a carestia, em defesa do petróleo), e o movimento feminista voltava-se para a condição feminina no desenvolvimento das relações sociais entre homens e mulheres. Com a difusão do movimento feminista, o movimento de mulheres passa a incluir todo o movimento constituído por mulheres, lutando por causas pontuais ou estruturais que gerem mudanças na vida das mulheres. Ou seja, modalidades de movimentos voltados para questões de trabalho, religiosidade, práticas políticas, afetivas, como movimentos mais abrangentes voltados para a questão dos direitos humanos²³.

²³ Para entender melhor sobre movimento de mulheres e movimento feminista ver o artigo de Paul Singer **Feminino e Feminismo** de 1975. SINGER, P.; BRANT, V.C. (orgs) **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis. Ed. Vozes, 1980.p.109-141.

O movimento feminista, no bojo da sua segunda onda, em luta, assim como as demais minorias que reivindicavam relações mais igualitárias, mobilizava-se contra as desigualdades entre homens e mulheres. As ideias de Simone de Beauvoir, já explicitadas na seção anterior, e mais tarde, Beth Friedan com a obra “Mística feminina”²⁴, ofereceram respaldo teórico e ideológico aos questionamentos apresentados.

Ainda na década de 1960, colocou-se em pauta a falta de realização para as mulheres, restritas ao mundo privado, trazendo à tona problematizações sobre a falta de autonomia e o direito à sexualidade.

Diferentes grupos se organizaram e se mobilizaram ao longo dos anos 1970, tendo como matriz originária os agrupamentos de esquerda. É possível mapear que outras demandas compunham o rol dos debates, gerando uma polarização entre a luta geral, ou seja, contra o regime militar, e as lutas específicas. Entre elas destacam-se o direito à sexualidade desarticulada da gravidez e o papel subalterno da mulher na sociedade.

Moraes e Sorj (2009) ressaltam a participação das feministas no Brasil, na luta pela redemocratização, na militância nos movimentos de esquerda e assim, mais sensíveis às questões das desigualdades sociais, extrapolando as questões “do mundo existencial e político das classes médias” (p.12). Corroborando este argumento, Ávila (2008) afirma que, no Brasil, o movimento feminista se organizou no campo da esquerda, já que estávamos sob o regime ditatorial e sua origem situa-se nas lutas pela redemocratização do país. Então, a nova onda lutou contra a ditadura, mas não só, o debate situava-se contra a supremacia masculina, pela ampliação da cidadania e direito à sexualidade, representado por mulheres escolarizadas, universitárias, professoras, como também donas de casa e mulheres de movimentos populares, expandindo-se inclusive com o apoio de segmentos da igreja católica, organizações de bairro e outros. Por fim, observa-se que o movimento feminista, em função da conjuntura política gerada pelo regime ditatorial, acabou por priorizar – numa confluência não sem conflitos, porém necessária – a luta pela abertura política.

De todo modo é importante registrar a heterogeneidade do movimento, que a partir de aspectos em comum, permitiu também o encontro de diferentes anseios

²⁴ FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971

e propostas sobre o lugar e o papel da mulher. O movimento recebe e reflete diversas experiências que ao serem colocadas em análise, possibilitam a própria reformulação dos padrões vigentes. Longe de ser um todo unificado, depara-se com um mosaico de correlação de forças ora convergentes, ora atuando em frentes paralelas de acordo com o entendimento sobre as necessidades colocadas. Então são diferentes “grupamentos autônomos de mulheres, reunindo as mais diferentes expressões políticas” (CARRARA ET AL, 2010b, p.85).

Moraes e Sorj expressam a heterogeneidade do movimento:

O movimento feminista nos países desenvolvidos surgiu e construiu suas principais formulações, práticas e instituições, em diálogo criativo com valores e princípios embutidos na tradição ocidental de democracia liberal e cidadania. (...) O movimento feminista que ressurgiu no Brasil em meados da década de 70 é um produto da modernização do país. A origem social das suas ativistas encontra-se nas classes médias de profissionais altamente escolarizadas e, portanto, mais expostas e sensíveis aos desenvolvimentos do feminismo internacional (2009, p.11).

Em 1975 foi instituído pela Organização das Nações Unidas – ONU, o Ano Internacional da Mulher, causando grande repercussão e possibilitando novas bases ao movimento. Com a consciência que temas como fome, miséria e desigualdade não podem ser omitidos das lutas específicas (PINTO, 2003), assim como a perspectiva da transformação das relações de gênero. Graças ao respaldo internacional, mesmo diante de uma conjuntura política totalitária, muitos encontros puderam acontecer para discutir questões em comum, ensaiando maior visibilidade para os diferentes grupos de mulheres. Também na segunda metade da década de 1970, o movimento de mulheres negras cunhou sua expressividade no movimento feminista, que inclusive ganhou destaque na sua atuação ao longo da década de 1980.

E, uma vez que especificidades começaram a ser reconhecidas, outros segmentos de mulheres também imbuídas por justiça e relações sociais mais equânimes, puderam expressar suas diferenças e lutar por suas semelhanças. Diante do cenário da redemocratização acontecendo, a tônica do movimento voltou-se para a luta por políticas públicas para as mulheres, com a criação de uma agenda política que incluía a questão da saúde e a luta contra a violência doméstica.

Ao final da década de 1970 e com a entrada nos anos 1980, Corrêa (2001) ressalta que a mesma euforia participativa presenciada nas ruas estava também nas universidades, com o retorno de muitos intelectuais após o período de exílio. O contexto favorecia a discussão acadêmica dos movimentos sociais. A autora destaca uma aproximação do movimento feminista com grupos do movimento dos homossexuais. Ainda que tal aproximação tenha sido marcada por ambiguidades, havia um contexto social e cultural, com jornais, música e teatro²⁵ que desenhava de modo embrionário a formação da temática sobre a relação entre sexo e gênero, que posteriormente se configuraria numa questão teórica. Pesquisas como a de Néstor Perlongher²⁶, influências teóricas como de Peter Fry²⁷, Michel Foucault²⁸, e os estudos ainda incipientes da Teoria *Queer*, contribuíram para desnaturalizar uma distinção polarizada em relação ao gênero.

A antropóloga Miriam Pillar Grossi no seu artigo “Identidade de Gênero e Sexualidade” (2012), numa linha de pensamento análogo ao de Mariza Corrêa, lembra que os questionamentos sobre a sexualidade que surgiram desde os anos 1960, lançam maior destaque para dois movimentos sociais: o movimento feminista e o movimento gay, porque ambos dedicam-se a repensar as relações afetivo-sexuais no âmbito privado. A universidade como campo de conhecimento não pôde se privar desta discussão e a ausência de respostas para as questões levantadas, instigaram o debate teórico na busca de encontrar o lugar, até então invisível, para as mulheres. Da problemática “condição feminina” surgem os estudos de gênero.

Nas palavras de Santos (2011):

Várias feministas envolvidas com a militância se iniciaram nos trabalhos de reflexão e produção acadêmica. Sem dúvida não tratava apenas de um novo rótulo, porém de opção por uma mudança de ordem epistemológica, ou seja, uma via teórica (...) gradualmente, o recorte analítico ganha espaços, e as feministas realizam análises consistentes nos campos da sociologia, da história, da literatura e da educação (p.86).

²⁵ A autora exemplifica com o pioneiro jornal gay *Lampiões de Esquina*. A atuação de artistas como o cantor Ney Mato Grosso e o grupo de teatro *Dzi Croquetes*.

²⁶ PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**: Prostituição viril em São Paulo. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, originalmente uma dissertação de mestrado da Unicamp.

²⁷ Antropólogo, nascido na Inglaterra e naturalizado brasileiro. Declaradamente homossexual, possui diversos trabalhos sobre sexualidade. FRY, Peter. **Para inglês ver**: Identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1982.

²⁸ Já referido em notas anteriores por sua forte influência no estudo sobre o conceito de gênero de Joan Scott.

Grossi (2012) afirma que inicialmente se pensava que o problema da mulher só poderia ser pensado pelas mulheres, que haviam estado caladas e invisíveis por tanto tempo. O objetivo era estudar a opressão das mulheres nas sociedades patriarcais tendo como expoente Heleieth Saffioti com sua tese defendida no final dos anos 1960: “A mulher na sociedade de classes”, que como representante de uma corrente feminista marxista, inspirou estudos que trouxeram a preocupação com a dupla opressão vivida pelas mulheres: de classe e de sexo.

Porém Grossi (2012) neste mesmo artigo ressalta que a entrada do conceito de gênero, com seu aspecto relacional, permeia tudo que é social, cultural e histórico. Portanto gênero é mutável e inspira papéis de gênero²⁹ dentro de uma determinada sociedade. Neste sentido, a autora alega que a história tem mostrado que mesmo dentro de contextos opressores e em diferentes épocas, seja variando de uma sociedade para outra, seja dentro da mesma sociedade, as mulheres experimentaram formas de poder e reconhecimento social.

Para Conceição (2009), se nos anos 1960-1970 ainda não havia uma distinção entre o movimento feminista e o espaço acadêmico, é ao final da década de 1970 que uma sofisticação das teorizações oferece a transição de um tom panfletário para um discurso mais sofisticado. Os estudos feministas trabalham com a categoria mulher no singular, buscando delinear as causas da opressão na história do patriarcado. A transição a qual o autor se refere, “de mulher para mulheres” (p.740) se torna possível a partir da elaboração e conceituação de gênero, que pensa as tendências universais do masculino e do feminino³⁰ com as especificidades históricas e culturais. Porém ele chama a atenção para:

O sentido dado ao gênero numa dimensão analítica, só é possível com a adoção de novos paradigmas teóricos. Essa observação faz-se importante porque o mero uso do termo gênero, sem uma mudança de perspectiva teórica, faz que se estudem as coisas relativas às mulheres, sem o questionamento do que as relações entre homens e mulheres estão construídas como estão, como funcionam e como se transformam. (CONCEIÇÃO, 2009, p.744).

²⁹ Para a associação do senso comum entre gênero e sexo, a autora nos leva a pensar sobre os/as sujeitos/as como as travestis e transexuais, que não correspondem aos modelos predeterminados de macho e fêmea. Os conceitos papéis de gênero e identidade de gênero aprofundam a reflexão neste sentido. Papel de gênero é tudo que está associado ao sexo biológico macho ou fêmea numa determinada cultura. Identidade de gênero, um pouco mais complexo, remete à constituição do sentimento individual de identidade. Para os efeitos de delimitação desta pesquisa, esta questão não será explorada. Para ver mais, acessar site www.intolerancia.com.br, link http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/grossi_miriam_identidade_de_genero_e_sexualidade.pdf

³⁰ Por este motivo estudos de gênero não se resumem em estudos sobre a mulher.

A mudança teórica que o autor se refere, são os chamados estudos pós-estruturalistas ou pós-modernos, que em sua opinião realçam a subjetividade dos sujeitos, contrapondo-se às leis gerais de explicação dos fenômenos e apontando para a instabilidade dos conceitos e categorias.

Conceição (2009) identifica em sua análise três visões teóricas sobre o gênero: a dos teóricos (as) do patriarcado, a elaborada pelas feministas marxistas e as teorias psicanalíticas de matriz pós-estruturalista e anglo-saxônica. Não constitui um objetivo deste trabalho explorar cada uma destas visões apresentadas, uma vez que as explicações acerca de cada uma delas estabelece um diálogo com teóricos de diversas correntes de pensamento, mas sim, assentá-las no curso das reflexões sobre o conceito de gênero.

Nas palavras do autor:

As teóricas do patriarcado analisam o sistema de gênero e apontam a sua primazia em toda a organização social. Procuram explicar a dominação da mulher pelo homem em função da reprodução e da própria sexualidade; porém não demonstram como a desigualdade de gênero estrutura as outras desigualdades sociais que afetam aqueles campos que parecem não ter ligação com o gênero. Além disso, suas reflexões se assentam nas diferenças corporais entre homens e mulheres, consideradas imutáveis e, portanto, ahistóricas (CONCEIÇÃO, 2009, p.745).

Ainda que nas sociedades historicamente conhecidas haja a predominância masculina, o autor ressalta que as mulheres detêm algum poder e sua sobrevivência – das mulheres – ocorre justamente pela luta que travam com os homens nas relações de dominação e exploração. Não se pode pensar no patriarcado como absoluto.

Sobre o feminismo marxista, Conceição (2009) afirma que:

No tocante ao feminismo marxista, as reflexões fundamentam-se na busca de uma base material para o gênero e a encontram na divisão sexual do trabalho. Nesta perspectiva teórica o gênero é considerado como “produto acessório”, nas transformações das estruturas econômicas, carecendo, portanto, de status analítico próprio e independente (p. 747).

Enriquecendo os argumentos de Conceição acerca do feminismo marxista, Santos (2001) afirma:

A princípio, as feministas aproximaram-se do marxismo utilizando o conceito de gênero, a fim de denunciar as relações sociais através da teoria da opressão da mulher, o que determinou a origem do conceito de patriarcado. Nas leituras do feminismo socialista se enfocava tais concepções com a fundamentação da teoria marxista, principalmente da exploração da mulher pelo capitalismo. Essas

discussões centravam-se, sobretudo, na questão do trabalho doméstico no capitalismo, que nunca fora tratada nem por Marx e nem por Engels. Os estudos de gênero, nessa fase, tentam buscar nas teorias marxistas uma compreensão da vida social feminina ao longo da história, prendendo-se a justificativa de que as mulheres são exploradas dentro do sistema capitalista através da domesticação do trabalho (p.86-87).

Mais adiante, quando os estudos de gênero recebem contribuições de outras áreas como a psicanálise, duas escolas se fazem presentes: a anglo-americana, que trabalha com as teorias de relação de objeto, e a escola francesa, que se fundamenta nas leituras estruturalistas e pós-estruturalistas. Ambas trabalham processos pelos quais as identidades dos sujeitos se formam nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança, buscando indicações sobre a formação da identidade de gênero. Conceição (2009) adverte que embora as teorias psicanalíticas centrem suas análises nos sujeitos, elas tendem a universalizar as categorias homem e mulher ao abordarem a construção da subjetividade de forma descontextualizada, reproduzindo uma oposição binária do gênero.

É importante ressaltar que toda esta efervescência teórica não ocorre numa perspectiva linear de responder questões, mas indica uma crise de paradigmas³¹ com a difusão de novas metodologias e novos objetos de estudo. Não se trata de novos temas de investigação, mas de novas premissas e critérios do trabalho científico.

Conceição (2009) apresenta um espectro de discursos sobre relações de poder que se ancoram em pontos nodais da interseção com as diferenças de raça, gênero, classe, geração, idade, orientação sexual e outros, dando vazão a uma variedade de feminismos: cultural, humanista, marxista, socialista, psicanalítico, radical, lésbico, negro, pós estruturalista, que não podem ser cristalizados em uma única posição. Importa ressaltar que a heterogeneidade interna não reduziu o potencial político do feminismo como movimento coletivo contra a dominação. Em sua análise, ao contrário, o feminismo não seria um movimento ressentido e

³¹ Importante considerar que a alusão ao conceito de paradigma referido por Thomas Kuhn (reconhecido o valor epistemológico da obra, no que o autor estuda o funcionamento dos mecanismos através de modelos, pressupostos, representações universalmente reconhecidas que fornecem respostas para os problemas estudados pelas ciências) reforça a sucessão de crises, rupturas e renovações. As 'verdades' buscadas pelas ciências e pelos campos dos estudos sociais têm um caráter histórico e circunstanciado socialmente. Ver KUHN, Thomas. S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 10ª ed. 2010.

sim um movimento inclusivo, onde não se luta pela supremacia de alguma das expressões do feminismo e atentando que gênero “está presente em todos os aspectos da experiência humana, constituindo-os parcialmente, porém, não os determinando” (CONCEIÇÃO, 2009, p.754).

Corrêa (2001) lembra que na relação entre o feminismo e gênero, a clivagem entre militantes e pesquisadoras precisa estar contextualizada historicamente. Se há militantes de destaque que não estão presentes nos estudos de gênero atualmente, isso não apaga a importância de suas atuações à época dentro da cultura vigente em que viveram. E afirma:

Creio que há uma clara articulação entre o feminismo dos anos setenta e a emergência dos estudos de gênero nos anos noventa, assim como acredito que houve uma estreita vinculação entre as chamadas militantes e as pesquisadoras, naquela época (...) Isso não implica em negar a existência de pesquisadores não envolvidos com a militância hoje, mas implica sim em enfatizar a impossibilidade da existência de estudos de gênero que não tenham uma dimensão política, parte de sua história (CORRÊA, 2001, p.25 e 26).

Para Kofes (1993) o termo gênero expande o campo das categorias e dos sentidos. No seu entendimento as categorias homem e mulher são mais restritas e fazem parte das categorias masculino e feminino. Se vistas desta forma, não haveria uma oposição, exclusão ou substituição para mulher/feminino e homem/masculino. Gênero seria um instrumento que mapeia um campo específico de distinções, aquele cujos referentes falam da distinção sexual.

As discussões entre estudos de gênero e sobre mulher podem também contribuir para as questões epistemológicas que a discussão contemporânea tem colocado em primeiro plano. Refiro-me à relação entre universalidade e particularidade, entre descrição e explicação, entre categorias êmicas e éticas, entre significação, normas e ação social, e a importância estrutural da diferença (KOFES, 1993, p.29).

No âmbito do Serviço Social, a análise de Lisboa (2010) salienta que as fronteiras de gênero, assim como as de classe, se entrelaçam e possibilitam análises políticas, econômicas e sociais. A autora nos propõe a flexibilidade para captar o cotidiano e a realidade dos sujeitos inseridos nas relações sociais, porque além do aspecto de classe inserido no campo do trabalho, estes sujeitos estão presentes também em relações afetivas, de poder ou de violência e têm demandas e desejos. Reconhecendo o mérito que credita ao feminismo, enfatiza que a partir do movimento feminista, conflitos e violências nas relações entre homens e

mulheres foram publicizados³². No trânsito semelhante às ideias expostas por Conceição (2009), esta autora, corrobora que as diferentes concepções do feminismo ao longo da história (liberal, socialista, radical ou pós moderna), trazem no seu âmago, uma perspectiva de mudança para as estruturas de desigualdade de poder presentes na sociedade, incluindo o que ela denomina de inimigos comuns: o sexismo, o patriarcado, a discriminação, a exploração, a homofobia, etc.

Lisboa (2010) enfatiza que o movimento feminista questionou o sujeito “homem”, unificado, racional e científico do Iluminismo contrapondo com novos paradigmas histórico-críticos e culturais. Refere-se a uma perspectiva de gênero para uma crítica à visão androcêntrica, que exige a superação de uma lógica binária para que então se estabeleça uma perspectiva relacional. Deste modo, estabelecendo um olhar político para a subjetividade e a forma como os sujeitos são generificados (apropriando-se da categoria de Joan Scott), a autora acredita ter maior insumo para problematizar e responder sobre a diferença salarial entre homens e mulheres; a desvalorização do trabalho de cuidado com idosos, crianças e doentes; os processos de formação da violência contra mulheres e meninas.

Os exemplos citados acima e os inimigos comuns nomeados por Lisboa (2010) possibilitam encerrar esta seção com base no pensamento de Pierre Bourdieu e refletir sobre a dialética da interioridade e da exterioridade, ou melhor, da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade. Os sujeitos (ou agentes) inseridos nas relações sociais apreendem o mundo a partir das estruturas constitutivas de um determinado meio, das condições materiais de existência, das características de uma condição de classe que produzem habitus, também denominados disposições duráveis – disposições “como resultado de uma ação organizadora, uma maneira de ser, um estado habitual, uma predisposição, uma tendência, uma propensão ou uma inclinação” (ORTIZ, 1983, p.61) – “como princípio gerador e estruturador das práticas e representações que podem ser objetivamente reguladas e regulares” (IBIDEM). O feminismo contribui para que

³² Lembra que o movimento feminista questionou a distinção entre o público e o privado ao introduzir o slogan “o pessoal é político”. (LISBOA, 2010, p. 69).

o habitus seja questionado como algo predefinido e busca uma sociedade com mais igualdade entre homens e mulheres reduzindo desigualdades classistas.

1.3 Novas nuances do debate acerca da violência contra a mulher, com a entrada do conceito de gênero

A partir desta seção são apresentados e discutidos os aspectos centrais que foram os principais incentivadores na realização desta pesquisa. São indagações que me desafiaram no campo profissional e acabaram se constituindo como objeto teórico. A primeira tange à nomeação da violência que surge e circula na relação afetivo-sexual entre homens e mulheres enquanto parceiros íntimos.

Freitas (2013) ressalta que a despeito de o conceito de gênero surgir provocando críticas, e de ser usado muitas vezes de forma vulgarizada e indiscriminada, como sinônimo da categoria mulher, por exemplo, não se pode negar o seu valor na desconstrução das relações de dominação e papéis cristalizados, naturalizados entre homens e mulheres. O aspecto relacional constitutivo da categoria gênero possibilita reavaliar a construção social destes lugares masculinos e femininos, como também a ideia de uma mulher essencializada, unificada e representativa das demandas de todas as mulheres. O aspecto relacional viabiliza ainda problematizar a heteronormatividade que experimenta seu ápice em violências contra homossexuais e atitudes misóginas que trazem no seu âmago a violência contra as mulheres.

Violência contra a mulher, violência doméstica ou violência de gênero? Qual destas formulações melhor se aproxima e contempla as dimensões presentes no fenômeno da violência entre parceiros íntimos?

Santos e Izumino (2005) se propõem a uma revisão crítica das referências teóricas que acompanham as discussões e elaborações do movimento feminista e o processo de redemocratização. As autoras identificam três correntes de pensamento quando se fala de violência que envolve as mulheres:

A primeira, que denominamos de dominação masculina, define violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como “vítima” quanto “cúmplice” da dominação masculina; a segunda corrente, que chamamos de dominação patriarcal, é influenciada pela perspectiva feminista e marxista, compreendendo violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino; a terceira corrente, que nomeamos de relacional, relativiza as noções de

dominação masculina e vitimização feminina, concebendo violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é “vítima” senão “cúmplice” (SANTOS e IZUMINO, 2005, p. 02).

É importante salientar que há uma questão central nas correntes analisadas: mulher/vítima versus homem/algoz. Nos anos 1980, a ideia da vitimização foi menos problematizada porque dar visibilidade às situações de violência contra as mulheres se fazia mais importante. A primeira corrente que as autoras denominam como dominação masculina, pautada na condição de subalternidade feminina, apresenta como expoente teórica Marilena Chauí³³, que refere-se à violência contra a mulher como uma ideologia produzida por homens e mulheres, instituindo desigualdades – baseadas em suas diferenças biológicas, principalmente a maternidade – que geram dominação e opressão. Mulheres são vistas como objeto, silenciado e passivo, sem qualquer oportunidade de autonomia, já que foi subtraída na sua capacidade de pensar e agir. Contudo a passividade que seria inerente à mulher não a impediria de ser violenta na relação com outras mulheres num movimento de cumplicidade e reprodução da condição de subalternidade em que vivem.

A corrente denominada dominação patriarcal, representada pela socióloga feminista e marxista Heleieth Saffioti³⁴, vincula o racismo e o capitalismo à dominação patriarcal, revelando seus aspectos políticos e ideológicos com maior benefício para o homem, rico, branco e adulto. Neste sentido, a mulher estaria submetida ao poder do macho, onde a violência naturalizada adviria deste processo de socialização dentro da cultura machista. Porém a autora discorda da ideia de cumplicidade levantada por Chauí, uma vez que as mulheres embora vítimas, são sujeitos apesar da relação de desigualdade.

Com os arcabouços teóricos oferecidos por Saffioti e Chauí, as pesquisas incorporam o conceito de violência de Chauí, sem sua noção de cumplicidade. Consideram a violência como expressão do patriarcado, mas continuam conferindo um lugar vitimizado à mulher. Pesquisas consideram ainda fatores

³³ **Participando do Debate sobre Mulher e Violência.** Chauí, Marilena. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher 4**, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

³⁴ Saffioti, Heleieth I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade.** Petrópolis, Editora Vozes, 1976. Ver também Saffioti, Heleieth I. B. **O Poder do Macho.** São Paulo, Moderna, 1987.

condicionantes, associados à contradição da sociedade capitalista e fatores precipitantes, gerados no cotidiano das relações como motivadores das situações de violência³⁵. Observa-se então, a constituição de uma variedade de leituras e interpretações que se encontram e desencontram na análise das situações de violência.

Nos anos 1990 com a entrada da categoria gênero, a ideia de uma mulher vítima de violência começa a ser problematizada. A partir de pesquisas realizadas nas delegacias de mulheres – um avanço na luta contra a violência – tendo como foco a dinâmica das queixas das situações de violência, percebe-se que a criminalização dos autores não é necessariamente almejada pelas vítimas, e por motivos distintos, tão pouco pelos agentes institucionais, que não consideram a violência um crime.

Surge o termo violência de gênero, sem que a noção do patriarcado fosse superada, ficando assim duas conceituações: ‘violência contra a mulher’ e ‘violência de gênero’ (SANTOS e IZUMINO, 2005, p.03). Nesta fase dos estudos, enfatiza-se ainda a busca pelo exercício da cidadania e pelo acesso à justiça.

A corrente de estudos sobre a violência, denominada como relacional apresenta como referência teórica Maria Filomena Gregori³⁶. A autora se contrapõe a ideia que após ser conscientizada da sua situação de dominação, a mulher seria libertada da opressão do parceiro. Na sua concepção é necessário problematizar os papéis de gênero vistos até então de maneira dualista e fixa, predeterminando que os homens seriam os algozes e as mulheres vítimas da relação. Para Gregori, a visão dual e jurídica (crime x punição) deixa escapar “alguma coisa” na relação conjugal, que converge também em parceria, portanto, propõe que a violência possa ser uma forma de comunicação entre os parceiros. Uma comunicação perversa. Um jogo relacional, mais do que uma relação de poder, onde a mulher possui autonomia e participa ativamente, revelando uma cumplicidade. Não a cumplicidade de Chauí, mas uma cooperação como não-

³⁵ Trata-se de um trabalho pioneiro sobre denúncias de violência doméstica registradas em distritos policiais na cidade de São Paulo em 1981, de Maria Amélia Azevedo para analisar o perfil sócio-econômico das vítimas e dos agressores, bem como o contexto social das ocorrências. Azevedo, Maria Amélia. **Mulheres Espancadas: A Violência Denunciada**. São Paulo, Cortez Editora, 1985.

³⁶ Gregori, Maria Filomena. **Cenas e Queixas: Um Estudo sobre Mulheres, Relações Violentas e a Prática Feminista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993

sujeito, que se coloca numa posição de vítima onde pode obter proteção e prazer. Gregori reconhece que o corpo da mulher é que sofre mais diretamente com a violência e que o medo alimenta a sua cumplicidade. Deste modo a autora não pretende culpabilizar a mulher, mas explicar como a mulher vai se aprisionando nesta condição. Daí a importância de entender o contexto onde se dá a violência e o significado que ela assume naquela relação.

Em meio à aceitação e rejeição ao estudo produzido por Gregori, o fato está na contribuição que ele ofereceu, onde a questão da cumplicidade passou a ser discutida e a expressão ‘mulher vítima de violência’ começou a ser relativizada com a ‘mulher em situação de violência’.

Santos e Izumino (2005) reconhecem a importância das reflexões trazidas por Gregori, principalmente quando se levanta a necessidade de observar o contexto e de relativizar o binômio dominação/vitimização. Quando uma mulher denuncia uma situação de violência, ela combate e ao mesmo tempo mantém sua posição de vítima pelos papéis sociais que desempenha. Se nos ativermos somente ao discurso vitimista, que alternativas restam para a mulher? Por isso a importância de estudar as estratégias de resistência das mulheres no contexto social de uma favela. Questões estas que serão exploradas nos capítulos seguintes desta pesquisa.

Por fim, as autoras apresentam algumas ressalvas – das quais compartilho – ao pensamento de Gregori. A primeira refere-se ao fato de a autora não considerara violência como uma relação de poder. Santos e Izumino (2005) entendem que a compreensão da violência implica na observação de uma relação de poder desigual. A segunda ressalva refere-se a uma descontextualização das queixas, dos respectivos cenários (nas instituições de atendimento, por exemplo). A produção da queixa tem significados contextualizados no cenário onde a violência aconteceu e de acordo com as histórias de vida das mulheres envolvidas. A análise que aprofunda os meandros das queixas estará na próxima seção quando abordarmos o enfrentamento da violência. Isto posto, Santos e Izumino (2005) ressaltam que a categoria gênero, oferece outro patamar de discussões sobre a

violência. O termo violência de gênero começa a ser utilizado inicialmente por Saffioti e Almeida³⁷.

Saffioti³⁸ define violência de gênero como uma categoria de violência mais geral, que pode abranger a violência doméstica e a violência intrafamiliar. Segundo a autora, a violência de gênero ocorre normalmente no sentido homem contra mulher, mas pode ser perpetrada, também, por um homem contra outro homem ou por uma mulher contra outra mulher (SAFFIOTI, 2004, p.69 apud SANTOS e IZUMINO, 2005, p.11).

A autora define ainda que

A violência familiar “envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consangüinidade e a afinidade. (...) Compreendida na *violência de gênero*, a *violência familiar* pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o primeiro caso. (...) A *violência doméstica* apresenta pontos de sobreposição com a *familiar*. Atinge, porém, também pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregadas(os) e empregadas(os) domésticas(os)” (idem, p.71 apud SANTOS e IZUMINO, 2005, p.11 e 12. grifos da autora).

Apesar de usar o termo violência de gênero, Saffioti continua a trabalhar com o paradigma do patriarcado e outras autoras feministas também usam o termo violência de gênero na mesma linha de raciocínio de Saffioti, ou seja, numa perspectiva de dominação e exploração. O raciocínio compreende que no curso da história, os papéis delegados aos homens e mulheres, reforçados pelo patriarcado, induzem os indivíduos às relações de violência e que a prática de violência entre parceiros não tem sua origem na natureza e sim no processo de socialização, equiparando, portanto, a violência contra a mulher à violência de gênero.

Saffioti (2002) analisa as expressões ‘violência contra a mulher’ e ‘violência doméstica’. Justifica que violência contra a mulher é o conceito mais abrangente que o termo violência doméstica (que não identifica os coparticipes), porém perde quando se trata do termo violência de gênero, porque este último inclui a violação de direitos de crianças e adolescentes, por exemplo. Na sua avaliação o termo violência de gênero não deixa margem para as mulheres que são autoras de agressão (com crianças, adolescentes, idosos e outros que estejam abaixo dela) e que, portanto não permite uma maior aproximação com a realidade. Ressalta que

³⁷ Saffioti, Heleieth I. B. e Almeida, Suely de Souza. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro, Revinter, 1995.

³⁸ Saffioti, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

os termos violência doméstica e violência contra a mulher não são excludentes. Ambos se sobrepõem, porque envolvem pessoas que independente da relação biológica, vivem relações dentro de um poder familiar. “Grupo domiciliar *quase família*” (SAFFIOTI, 2002, p.323. grifo da autora). Neste sentido, o poder do patriarca age em via de mão dupla, na interação social entre os integrantes do grupo. Ao mesmo tempo em que domina protege, dentro do caráter simbólico dos laços que os unem.

Santos e Izumino (2005) ponderam que a explicação da violência pelo paradigma do patriarcado deveria ser superada, visto que ele se mostra aquém para explicar as mudanças dos papéis sociais e do comportamento das mulheres. Refletem ainda que a violência de gênero não pode ser explicada por um paradigma que prevê o poder das partes como algo estático. As relações de violência envolvem relações de poder, mas de um poder que circula, ainda que desigualmente, entre homens e mulheres.

Almeida (2007) ao analisar as diferentes formas de nomear a violência que envolve a mulher, já destaca de início a incompletude conceitual que permeia todas elas. Ressalta o mérito das designações ‘violência doméstica’ e ‘violência intrafamiliar’ ao possibilitarem a desmistificação do caráter sacrossanto da família, chamando a atenção para o rol de conflitos que também acontecem neste mundo privado. O termo ‘violência contra a mulher’ pode passar a ideia de um vetor, de uma unilateralidade, onde a mulher é vítima. A violência de gênero aponta a ocorrência da violência dentro das relações produzidas socialmente, daí o seu caráter relacional. Porém, a autora chama a atenção para a alegação de que o uso deste termo pode deixar intocados os fundamentos da dominação patriarcal, e com isso as relações de poder naturalizadas entre os sexos, deixam de ser analisadas. Chama atenção ainda para a dimensão abrangente desta designação (violência de gênero) que pode ser aplicada a uma gama de situações de discriminação deixando escapar as especificidades das situações de dominação e exploração das relações íntimas.

Faleiros (2007) quando se refere à violência de gênero, ressalta a amplitude desta designação e inclui não somente a mulher, mas também os homens que assumem o gênero não masculino (transexuais, travestis, homossexuais) que se tornam também objeto de dominação.

Freitas (2013) reconhece a crítica ao termo violência contra a mulher. Sem desmerecer os aspectos de gênero, domésticos e intrafamiliares que a violência pode adquirir, enfatiza o aspecto contributivo do termo ao identificar o alvo a quem a violência é mais potencialmente dirigida. Neste sentido visa focar na mulher como sujeito desta relação chamando a atenção para a importância de se construir políticas públicas voltadas para a proteção social das mesmas.

Reconheço e concordo que o termo violência de gênero transborda para a multiplicidade de discriminações, mas ao introduzir a categoria gênero, ressalta o aspecto analítico e histórico:

Deve-se ressaltar o entendimento de que o gênero não constitui um campo específico de estudos, mas, antes, uma categoria que potencializa a apreensão da complexidade das relações sociais em nível mais abstrato – portanto, é uma categoria analítica (ALMEIDA, 2007, p. 26).

A designação violência de gênero sustenta-se justamente no fato de ela integrar o quadro das desigualdades de gênero no conjunto das demais desigualdades sociais impressas no modo de produção e reprodução das relações humanas. A terminologia violência de gênero associada ao conceito de interseccionalidade (apresentado na seção anterior com a definição do conceito de gênero) encontra a dimensão de um conjunto de desigualdades sociais expressas em questões de classe, de geração, de raça e etnia, de religiosidade, de orientação sexual. Esta pesquisa volta-se para a violência de gênero e as estratégias de resistência³⁹ geradas no âmbito cotidiano das relações afetivo-sexuais com as mulheres que se inserem num determinado contexto sócio-histórico, que têm suas práticas de sociabilidade, que por sua vez, reproduzem e reificam o habitus pertinente àquele campo.

E encerro esta seção com uma reflexão de Suely de Almeida com a qual expresse minha afinidade teórica com o termo violência de gênero: “O seu risco é de transbordamento, não de limitação. (...) Corramos, pois, o risco!” (ALMEIDA, 2007, p. 27).

³⁹ Este conceito será devidamente estudado com base em Ferrer (2011) no terceiro item do próximo capítulo.

1.4 Violência de gênero: enfrentamentos

Quando a violência vivida no âmbito privado culminou em mulheres assassinadas por seus companheiros, ganhando destaque nas páginas principais dos jornais, aumentando a indignação e a reação do movimento feminista, ações começaram a ser pensadas e desenvolvidas no enfrentamento deste problema⁴⁰.

Suárez e Bandeira (2002) afirmam que o pensamento feminista, ao nomear as violências dirigidas às mulheres, trabalhou no sentido de desfazer sua invisibilidade. Para estas autoras, a diversidade de explicações pode ser expressa em quatro linhas de indagação: a) hegemonia do poder masculino que permeia as relações de gênero, b) subalternidade feminina baseada na hierarquia de gênero, c) a reprodução das imagens de homem e de mulher e dos papéis a eles atribuídos por meio da construção da violência e d) a existência disseminada e ao mesmo tempo invisibilizada das violências. “Seus trabalhos exemplificam tendências explicativas importantes, que podem ser tratadas em separado ou, como é mais comum, articuladamente” (SUÁREZ e BANDEIRA, 2002, p.305-306).

Na transição da década de 1970 para os anos 1980, o movimento feminista ingressa no espaço público, possibilitando maior visibilidade para agressividades que ficavam restritas à esfera privada. Nos anos 1980 para os anos 1990, os estudos se dedicam a aprofundar o acesso à cidadania e as possibilidades de acesso à justiça, denotando uma politização da violência contra a mulher. Como exemplo, temos as ações pioneiras do SOS Corpo de Recife e do SOS-Mulher de São Paulo entre os anos de 1978 e 1980 até as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM); ações como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM); do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) que teve ativa atuação na Constituição Federal de 1988. Todos marcos constitutivos, que em seu tempo e a sua maneira, repercutiram positivamente no plano dos direitos democráticos e da cidadania e na formulação de políticas públicas com recorte de gênero.

⁴⁰ Mortes como de Ângela Diniz, Eloísa Ballesteros e Eliane de Gramont nos anos 1980, todas assassinadas por seus maridos ou companheiros. Para saber mais ver MEDEIROS, Luciene Alcinda de. **Quem Ama Não Mata**: A atuação do movimento feminista fluminense no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.

Destaque significativo sobre o SOS-Mulher é que ele representa um divisor de águas no movimento feminista, posto que instaura o atendimento à mulher em situação de violência e coloca frente a frente a feminista que está prestando um serviço, seja da esfera da saúde, seja sobre orientação jurídica, e a mulher não feminista, pobre, com baixa escolaridade, desempregada, moradora da favela, sem dinheiro para pagar a passagem de volta para casa. Medeiros (2011) explicita:

A perspectiva feminista compreende a violência doméstica contra a mulher perpetrada por seu parceiro íntimo a expressão mais cruel da desigualdade de gênero, isso explica, em grande parte, o fato de ter se tornado um dos pontos prioritários da agenda do movimento nos últimos trinta e cinco anos, assim como justifica o atendimento realizado pelo SOS-Mulher, que em síntese estava voltado para a conscientização da mulher acerca da subordinação masculina (p.11).

A autora prossegue, refletindo que a atuação do SOS-Mulher enfrentou como obstáculo a ausência de políticas públicas, a carência de estrutura e de uma rede apoio que acabaram contribuindo para que as mulheres denunciantes voltassem a viver com seus maridos.

As Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), hoje denominadas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) sendo a primeira delas inaugurada no ano de 1986, entendidas como um amadurecimento do trabalho do SOS-Mulher, representam o impacto simbólico, a prática inovadora e equitativa, um espaço público onde o discurso sobre os direitos das mulheres diante das situações de violência, pode ser praticado, acolhido e cabível.

(...) não apenas um ganho político, mas também uma possibilidade de conscientização de cidadania (...) também é importante notar que a criação das DEAMs beneficiou as mulheres mais excluídas (...) mulheres que não sendo das classes médias e altas, careciam de acesso aos atendimentos jurídicos, médicos, psicológicos, e outros serviços necessários para garantir sua integridade física e moral (SUÁREZ e BANDEIRA, 2002, p. 299).

O intuito de evidenciar a questão da violência de gênero, por meio da visibilidade do problema e do rompimento das fronteiras do mundo privado, ganhou mais concretude com as publicações sobre as DEAMs, independente dos seus avanços e entraves, assim como com as informações dos diversos grupos atuantes na esfera pública e dos próprios órgãos do governo. Serviram para mostrar a complexidade de uma violência disseminada no cotidiano e que se torna assunto na ordem do dia para as pessoas, inclusive para os agentes institucionais que não estão dissociados das práticas profissionais e das ações das relações

sociais de modo geral. Serviram também como advertência para a ineficiência dos governos para desenvolver e sustentar políticas sociais para demandas cada vez mais fragmentadas. E ainda abalaram a crença de que a cidadania (procedimentos e ações dos equipamentos públicos) absorve e regula todos os conflitos sociais e garante a equidade social.

Por fim, Suarez e Bandeira (2002) avaliam que mesmo com as dificuldades encontradas, como recursos humanos insuficientes, profissionais destreinados e/ou desinteressados no entendimento dos aspectos culturais e simbólicos da violência, falta de padronização no preenchimento de boletins de ocorrência de modo a contribuir em estudos e comparativos em diferentes regiões, ainda assim, as DEAMs cumprem um papel na dinâmica jurídico-legal e num sentido mais amplo, elas representam o resultado de lutas e pressões na esfera pública.

Em 1995 foram criados os Juizados Especiais Criminais (JECRIM) com a promulgação da lei Federal 9.099/95, cujo principal objetivo era ‘desafogar’ o Sistema Judiciário imerso em tantas causas com altos custos e demora na tramitação dos processos. Como os casos de violência conjugal dificilmente chegavam ao judiciário, e uma vez enquadrados como crime de menor poder ofensivo, ficaram sob a responsabilidade desses juizados que pautados na simplicidade, celeridade e informalidade, atuaram destinando às situações apresentadas, a conciliação, o pagamento de multas, ou seja, as chamadas penas alternativas. O Consórcio Feminista⁴¹, formado por Organizações Não Governamentais ligadas ao movimento dos direitos das mulheres em articulação com o Poder Executivo, se organizou para elaborar uma lei em consonância com as resoluções da Convenção de Belém do Pará⁴² pensando em mecanismos mais eficazes para o enfrentamento da questão da violência contra a mulher. Assim, em

⁴¹ Liderou a proposta pela criação da Lei Maria da Penha. Grupamento de entidades que trazem em comum a forte articulação com organizações internacionais: CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação); CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria); CLADEM (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher); THEMIS (Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero); ADVOCACI (Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos); AGENDE (Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento). Ver ROMEIRO, Julieta. *A Lei Maria da Penha e os desafios da “violência conjugal” no Brasil*. In: MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

⁴² Esta convenção, assim como as grandes conferências internacionais da década de 1990: Conferência de Viena (1993) e Beijing (1995) serviram de base legal para a construção do projeto de Lei, 4.559/04 que dois anos mais tarde culminou na Lei Maria da Penha.

2006 foi promulgada a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha⁴³, que deixa de caracterizar a violência conjugal como crime de menor poder ofensivo, cria varas e Juizados de Violência doméstica e Familiar Contra a Mulher e determina a retirada desses casos dos JECRIMs.

Romeiro (2009) ao analisar o processo de elaboração da Lei Maria da Penha, aborda a perspectiva diferenciada de dois atores sociais (feministas e operadores do direito). Fundamentados nos princípios dos direitos humanos, ambos têm entendimentos e formas distintas de tratar a violência, revelando assim, uma tensão. Embora os argumentos destes dois atores estejam pautados nas noções de igualdade, direitos da mulher e democracia, ambos reivindicam tratamentos diferentes para o problema. Entre mudanças trazidas pela Lei 11.340, as expansões que geraram mais controvérsias são o aumento da punição, a possibilidade do encarceramento do autor da violência, a proibição da retirada da queixa até o momento da audiência perante o juiz, o registro de uma queixa realizada por qualquer pessoa, independente da vontade da vítima. Pougy (2010) lembra que a Lei Maria da Penha criminaliza a violência doméstica e familiar contra a mulher, mas a violência de gênero, como um fenômeno que se dá nos costumes, na relação, na densidade das relações sociais inseridas na contradição da sociedade contemporânea, se perde nas conduções judiciarizantes previstas na lei.

Suárez e Bandeira (2002) trabalham com a categoria conflitualidade interpessoal – uma natureza inevitável do conflito entre homens e mulheres, e indivíduos em geral – pautada em formas de sociabilidade ancoradas na desvalorização do feminino e de outras categorias consideradas frágeis (idosos e crianças), conferindo certa previsibilidade para a violência cotidiana. O conflito que deriva em divergência e discórdia pode também gerar solidariedade e

⁴³ Depois de muitas idas e vindas ao longo de dois anos de debates e audiências em assembleias de vários estados, a Lei Maria da Penha foi aprovada. Seu nome está ligado à história pessoal de Maria da Penha que em 1983 sofreu uma tentativa de homicídio por parte do seu marido. Em decorrência dos dois tiros que levou, ela ficou paraplégica. A lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. 2006. Disponível em: (http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm).

mudança. Assim, a violência pode ser desdobramento do conflito, uma forma de solucionar o conflito, ou ainda o conflito pode ter outro desfecho, que não necessariamente a violência. Mediações, acordos e negociações são desvalorizados porque a violência manipula o medo e causa “efeitos substantivos e simbólicos” (SUÁREZ e BANDEIRA, 2002, p.307).

É na esfera dos conflitos interpessoais que mulheres (e homens) sofrem violência ritualizada e expressiva que ocorre habitualmente nas relações humanas e que é motivada por princípios de subjugação, códigos e honras. As autoras indicam ainda que tal modalidade de violência não é necessariamente motivada por carências dos mais diversos tipos (objetos, competências, saberes), mas dos significados atribuídos a tais faltas – embora as carências em termos socioestruturais, a falta de recursos que originam conflitos, também podem levar à violência. Enfim, é “necessário compreender o processo de organização da violência no cotidiano como parte da sociabilidade” (SUÁREZ e BANDEIRA, 2002, p. 303).

Conflitos interpessoais acontecem intersubjetivamente, oposição de poderes, partindo assim de uma convivência, de algum nível de intimidade e encapsulá-los na dicotomia jurídica não possibilita uma real aproximação dos elementos que possam esclarecê-lo. Dois aspectos interdependentes merecem relevância: a modalidade cultural de resolver conflitos de forma violenta e nos relacionamentos que se constituem violentos, constituindo uma violência habitual que não é assimilada como crime.

Novamente o pensamento de Pierre Bourdieu (1983) ilumina o encadeamento apresentado nos parágrafos acima. A conflitualidade interpessoal e a violência como um código da sociabilidade, expresso por habitus incorporados ou interiorizados, reproduzido por agentes que disputam posições em princípio ancoradas no campo. O enfrentamento da violência de gênero respaldado na lei Maria da Penha ou por meios e recursos específicos de uma favela, por exemplo, traduzem-se no capital cultural dos agentes.

Gregori (1992) constrói sua análise na apreensão das “ambiguidades e tensões nas relações entre os papéis de gênero” (p.130). Os padrões estabelecidos para homens e mulheres são atualizados nas diversas relações interpessoais que são vividas como únicas. Nas palavras da autora:

(...) os padrões mais gerais de conduta entram em uma operação combinatória particular em cada relação de violência considerada. (...) como esse movimento de combinação é realizado, o que ajuda a compreender, sob uma ótica mais rica, as diferenças entre os vários significados que assume a violência nos diversos relacionamentos (GREGORI, 1992, p.130).

E prossegue:

(...) tomar esses relacionamentos sem criar uma dualidade redutora do tipo algoz e vítima e o que ela implica: o agressor ativo e o agredido passivo. É uma perspectiva boa para entender a relação entre padrões mais gerais que orientam a conduta e o comportamento propriamente dito como um movimento, como uma passagem que implica combinações, ambigüidades, e portanto, diversidades. (...) não há lugar para as determinações imediatas e mecânicas do plano dos padrões para o plano das condutas (IBIDEM).

As construções teóricas apresentadas até aqui clareiam alguns depoimentos da pesquisa realizada. São colocações que ora trafegavam num discurso de vítima, ora apresentavam uma mulher que transitava naquela relação de poder, que experimentava o poder na sua relação conjugal.

Soares (2009) analisa que o termo violência abriga aspectos variados de situações, desde conflitos conjugais unilaterais ou recíprocos até a “violência crônica unilateral, que resulta do desejo de controle e dominação de um parceiro sobre o outro. Este segundo tipo deriva em agressões mais graves (...) entre esses dois extremos há uma miríade de experiências.” (p.151). Neste sentido a autora observa que é preciso atentar para os aspectos pertinentes à dinâmica de cada relação.

Os aspectos históricos e idiossincráticos de cada indivíduo e da própria relação; o universo sociocultural em que ela se inscreve; as formas de poder e contrapoder que caracterizam as relações conjugais; a cultura particular de cada casal, as acoplagens neuróticas que permeiam necessariamente (embora em graus variados) as relações amorosas; as desigualdades de ordem física, os contextos societários e os instrumentos formais e informais de contenção ou de estímulo à violência (SOARES, 2009, p.145).

Brandão (1998) aborda o caráter multifacetado na busca pelas delegacias especializadas. As demandas que as mulheres levam às delegacias indicam que outros equipamentos sociais poderiam oferecer suporte no que tange ao esclarecimento das dúvidas sobre direitos, guarda dos filhos e outros desdobramentos da decisão de denunciar o parceiro e/ou se separar. A autora afirma que dentre as mulheres que buscam a DEAM, a maioria não necessariamente visa à prisão do parceiro, mas sim, “dar uma prensa”, um susto,

para diminuir a intensidade das condutas violentas e situações abusivas. O que está em jogo é a esperança de ele melhorar. A mesma autora, em outro artigo datado de 2006, discute a suspensão da queixa policial nas DEAMs, como um procedimento usual antes da Lei Maria da Penha. O esvaziamento da queixa muitas vezes partia dos próprios agentes das delegacias apontando questões sobre o contexto institucional das mesmas, mas não só: há que se considerar também o universo sociocultural das mulheres que buscam as delegacias. Brandão afirma que ao acionar a DEAM, a mulher encontra um modo peculiar de gerenciar a crise e tanto a queixa como a suspensão da mesma, estariam dentro de um conjunto de recursos para lidar com a situação de violência.

Moraes e Sorj (2009) também abordam o lugar mediador que atravessa o cotidiano das delegacias especializadas como um resultado inesperado. O movimento feminista lutou para que a violência se tornasse crime e fosse penalizada. Mas no contexto dos Juizados Especiais Criminais (JECRIMs), com a violência de gênero colocada no lugar de crime de menor gravidade, as usuárias das delegacias fizeram daquele espaço um mediador para restabelecer a relação conjugal e assim retirar o elemento violência, o Estado estaria indo na contramão do movimento feminista⁴⁴.

Rifiotis (2007) concorda que o uso da queixa pelas mulheres, pode adquirir um significado de ameaça e renegociação. Da intimidação pode resultar a criação de um espaço para o diálogo. Assinala ainda que muitas mulheres que procuram as DEAMs, embora não desejem a instauração de um inquérito policial, se veem de alguma forma acolhidas, ressignificando os serviços da polícia. A criação da DEAM como um dispositivo de luta contra a impunidade pela violência praticada vê seu papel investigativo tornar-se secundário, perante os serviços de orientação jurídica, assistência e psicologia.

Rifiotis (2007) explora a dimensão judiciarizante e afirma a importância de pensar os sujeitos de direitos no contexto do qual fazem parte, considerando a dimensão vivencial das suas experiências, de onde surgem as formas de apropriação e enfrentamento, como também a reapropriação dos discursos e

⁴⁴ Há que se pensar que subjaz ao papel dos JECRIMs, em meio à ideia de economia jurídica, a defesa da família. Debert e Gregori (2008) e Moraes e Gomes (2009) chamam a atenção para as moralidades presentes nos agentes que atuam nos processos de violência de gênero nas diferentes esferas e instâncias, mesmo em tempos de Lei Maria da Penha.

práticas judiciarizantes. Partindo da Lei Maria da Penha como exemplo, reflete acerca da centralidade no judiciário e do quanto a intervenção penal do Estado priva a vítima do seu espaço e anula o exercício do seu poder de decisão. Ao trabalhar com o termo judiciarizante, este autor enfatiza a existência de um duplo movimento: uma ampliação do acesso ao sistema judiciário e o esvaziamento de outras formas de resolução de conflito. Concordo quando o autor enfatiza que a prática jurídica e a tendência relacional (mediação, trabalho com os agressores) não precisariam ser necessariamente excludentes. Aliás, a tensionalidade entre as duas poderia gerar uma pluralidade de intervenções e serviços mais afinados com a miríade de situações de violência que se colocam no cotidiano das delegacias especializadas, dos espaços jurídicos e por meio de conexões e projetos de intervenção, daquelas que nem saem de seus contextos comunitários.

Diante da valorização do jurídico, Rifiotis (2007) acrescenta que a legitimidade da sociedade moderna tem como um pilar, a crença na legalidade, atestando por isso, a importância da dimensão jurídica. No entanto, o costume, deslindado na rotina e nos exemplos, também se constitui um modo de regulação social. A estratégia judicializante entraria como “medida de curto prazo em termos dos desdobramentos desejados na modulação das relações de gênero na nossa sociedade.” (RIFIOTIS, 2007, p. 229).

Pensando na regulação social sob a ótica dos costumes, Moraes e Gomes (2009) ratificam as “dificuldades de se absorver a regulação dos conflitos interpessoais **exclusivamente** pela normatização jurídica, uma vez que estão profundamente arraigados à distribuição dos papéis e à dimensão dos costumes” (MORAES e GOMES, 2009, p. 83 – grifo meu). Ao analisarem as políticas de combate à violência no Brasil, tendo como premissa o reconhecimento de uma situação de opressão que precisa ser mudada, as autoras indicam que atuais políticas requerem percepção e ação multidimensionais. Contudo o cenário político é composto de diferentes leituras e formas de compreender o fenômeno. São divergências de expectativas e de projetos entre os diferentes atores (governo, movimento feminista, movimentos de direitos humanos, mulheres em situação de violência). Em suas palavras: “(...)um plano permanente de tensões entre valores e direitos universais e práticas sociais locais que orientam os atores e as instituições” (MORAES e GOMES, 2009, p.76). Valores e ideias que por vezes se

enfrentam com os modelos de família existentes, dificultando a igualdade diante das posições hierárquicas nas quais as mulheres ainda são colocadas.

Considerando as análises apresentadas até aqui, busco respaldo em Bourdieu (1983) e de volta ao cenário da Favela da Mangueirinha, coloco-me defronte do campo das relações de gênero, que apresentam também a violência, com os agentes personificados nas mulheres entrevistadas, seus parceiros conjugais, as instituições locais (igrejas, projetos de intervenção, DEAM, integrantes do narcotráfico, UPP) com posições hierárquicas historicamente definidas e a contribuição (consciente ou não) de cada um na produção e reprodução do habitus constitutivo da violência de gênero. Entrevistar mulheres em situação de violência permitiu a aproximação com quantidade de recursos de que dispõem, ou em termos bourdieusianos, com o capital cultural que acionam para construir suas estratégias de resistência no rico contexto do qual participam.

Pensar a violência de gênero em termos relacionais de acordo com os argumentos de Debert e Gregori (2008), implica em aceitar a “coexistência de vários núcleos de significado” (DEBERT e GREGORI, 2008, p.178) que geram paradoxos, combinando termos e posições mesmo quando são conflitivos. Portanto, é preciso deixar o pensamento livre de pré-noções existentes sobre as assimetrias de gênero que possam reificar o meu olhar sobre as mulheres entrevistadas.

Estratégias de Resistência por parte de mulheres inseridas em relações atravessadas pela violência de gênero no espaço social

2.1 O contexto social de pobreza e suas formas de sociabilidade

A posição social e espacial de uma favela produz representações que geram para os seus moradores, arranjos, usos e práticas que se manifestam nas dinâmicas locais. Transitar pelo seu cenário incita para o visitante, estranhamentos acerca das formas de sociabilidade que se exprimem na organicidade das interações cotidianas⁴⁵.

Preuss (1995) esclarece que:

O espaço social, não tem, entretanto, um referente concreto, ele é uma representação abstrata construído como um mapa em que os agente sociais (e, entre eles, o pesquisador e o próprio leitor) ocupam determinadas posições que se caracterizam por diferentes pontos de vista sobre o mundo, mantendo entre si diferentes tipos e graus de relação. O que aproxima as pessoas no espaço social são as propriedades comuns (p. 75).

Há um conjunto de relações objetivas daquele campo, que vai além do território topográfico da favela, mas também o inclui, desenhando o processo de interiorização do habitus para os agentes ali identificados. De forma muito imbricada, existe uma relação dialética entre a situação, o agente e o habitus.

Para Bourdieu, o habitus funciona como uma matriz de percepções, avaliações e ações; ele é a incorporação da história individual – esta por sua vez inserida em um grupo ou classe social – que se opera no sentido de transformar em disposições quase naturais – e inconscientes – o que é fruto da cultura (PREUSS, 1995, p.65).

Este capítulo tem como proposta abordar como se dão as relações sociais, com especial enfoque nas relações entre os homens e as mulheres e as formas de resistência à violência de gênero, quando esta se faz presente na fluência da conjugalidade, dentro de um determinado contexto sociocultural tangenciado pela pobreza.

⁴⁵ Refiro-me ao estranhamento no sentido antropológico, que instiga o processo investigativo da pesquisa. Importante ressaltar que não se trata de um olhar isolado e discriminatório sobre moradores e não moradores de territórios favelizados. Ver VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES E. O. (org.) **A aventura sociológica**, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

As relações sociais ocorrem levando em conta a posição ocupada pelos agentes nesse espaço e que configura graus diferentes de posses dos recursos disponíveis. Esses recursos vêm a constituir o que Bourdieu identifica como capital (cultural, econômico, social, simbólico) (PREUSS, 1995, p.76).

Cabe marcar o conceito de pobreza que substancia esta análise. Afinal, priorizar as estratégias de resistência por parte de mulheres pobres reveste-se de uma intencionalidade – visa conhecer como elas percebem e lidam com a violência, de que modo e em que circunstâncias recorrem aos mecanismos institucionais formais para o enfrentamento do problema.

Silva (2002) desenvolve uma construção teórico-conceitual sobre a temática da pobreza, navegando por diferentes abordagens com enfoques culturais, estruturais e liberais-neoliberais para fundamentá-la como um conceito dinâmico e histórico que passa por evoluções que o distingue ao longo dos anos. Explorar a natureza e os desdobramentos de cada abordagem não caberia nos limites desta pesquisa. Importa ressaltar que a pobreza como fenômeno é composta de causas de ordem macroeconômica e sociais.

Tendo sempre implícito, o pressuposto da carência, da escassez dos meios de subsistência, da falta de alguma coisa ou da desvantagem em relação a um padrão ou um nível de vida dominante, a noção de pobreza, aparece na literatura, relacionada ou como sinônimo de variadas palavras ou expressões como pauperização, precarização, empobrecimento, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade, marginalidade, pobreza unidimensional, pobreza multidimensional, miséria, indigência, diferenças sociais, discriminação, segregação, desqualificação, privação, deficiência, inadaptação, pauperismo, precarização, apartheid social, estigmatização, baixa renda, classe baixa, underclass, etc. Cada um desses termos ou expressão indica um estado particular do processo de pobreza ou suas dimensões e características. (SILVA, 2002, p.69-70)

Para Vera da Silva Telles (1992) a noção de pobreza é também frequentemente relacionada com o conceito de cidadania, na medida em que a pobreza é vista como ausência de direito e, nesse sentido, embora não se dissocie do campo econômico, a pobreza é situada essencialmente no campo político.

Observa-se, portanto, a pobreza como:

fenômeno relativo, que depende do modo de vida dominante de cada país, como fenômeno dinâmico, heterogêneo, multidimensional, pela interferência de aspectos quantitativos e qualitativos representados por um acúmulo de deficiências socioeconômicas e culturais. Além do problema de deficiência de renda, ao conceito de pobreza agregam-se problemas de saúde, educação, moradia, desemprego e grande dificuldade de fazer valer direitos no meio profissional e extraprofissional (SILVA, 2002, p. 72).

Em meio a esse contexto de deficiências, ausências e escassez, os sujeitos desenvolvem a vida. Assim, para Bourdieu, indivíduos que guardam semelhanças na posição ocupada na estrutura social adotam práticas dotadas de um mesmo sentido objetivo, que transcendem intenções subjetivas e projetos conscientes. Como bem explicado por Preuss no trecho a seguir:

A transformação do arbitrário em natural, além de legitimar as diferenças socialmente produzidas e os critérios de percepção e ordenação no mundo social (...), engendra práticas que, nos diferentes setores da vida (linguagem, cosmética corporal, moda vestuário, hobbies, decoração doméstica), servem para estabelecer e conservar as distâncias, garantem a posição no espaço social, sem deixar de levar em conta as transformações que vão se operando nas instituições e no sistema social (1995, p. 95).

Ortiz (1983) introduz o conceito, formulado por Bourdieu, de habitus de classe ou fração de classe como a forma incorporada da condição de classe e dos seus condicionamentos impostos. A inscrição corporal constitutiva das características e da aparência de determinados grupos observados no jeito de andar, nos gestos, no vestuário, nos códigos linguísticos e outros trejeitos, são dimensões do habitus de classe ou fração de classe, “porque enquanto produto da história, o habitus produz práticas, individuais e coletivas, produz história, portanto, em conformidade com os esquemas engendrados pela história” (ORTIZ, 1983, p.76). As práticas de distinção, ditadas pelos dominantes, marcam quem é dominado e dominante.

Preuss (1995) explicita ainda que na teoria de Bourdieu, uma classe não é definida somente pela sua posição nas relações de produção, mas pelas relações simbólicas que expressam diferenças de situação e de posição. A concepção de classe combina duas dimensões. Nas palavras do autor:

O conjunto de agentes que se situam em condições de existência homogêneas que impõem condicionamentos homogêneos e produzem sistemas de disposições homogêneas, próprios a engendrar práticas semelhantes, e que possuem um conjunto de propriedades comuns, propriedades objetivadas, por vezes juridicamente garantidas (como a posse de bens ou poderes) ou incorporada como Habitus de classe (e em particular, os sistemas de esquemas de classificação) (BOURDIEU, 1979, p.112 apud PREUSS, 1995, p.78)

Ainda nesta tentativa de contextualização do campo empírico em que se opera esta pesquisa, vale registrar como os estudos de Sarti (2005) guardam estreita correspondência com o cenário e o desdobramento das ações cotidianas

presenciadas durante os três anos em que trabalhei na favela da Mangueirinha. Sua obra “A família como espelho” viabiliza uma jornada pelo mosaico geográfico e sociocultural de uma favela apresentando os diferentes contrastes que operam uma lógica na sociabilidade local. Os moradores das áreas periféricas, constroem fronteiras simbólicas que os categorizam, diferenciando-os ou assemelhando-os, para que então se estruturam os laços de solidariedade, reciprocidade, vínculos, confiança e obrigações morais. São interações a serem estudadas num espaço social multideterminado, permeado por relações de poder.

Preuss (1995) salienta que a noção de estratégia orienta as ações dos agentes na interação – ou no jogo – das atividades sociais. Convém destacar que o rol de estratégias está submetido às regras do seu grupo e foram incorporadas na forma de habitus. Ou seja, interiorizados pelos agentes nas suas condições de existência, de forma tão primitiva que adquire um caráter de quase-natureza.

O conceito de habitus vem preencher, na formulação de Bourdieu, o espaço privilegiado da relação indivíduo/sociedade. Sua formação não é mero resultado de obediência às regras, nem decorrência de uma vontade pré-social. O habitus define estratégias que permitem o indivíduo orientar-se em relação às suas condições de existência. Essa orientação efetua-se a partir de um “sentido do jogo” que o indivíduo desenvolve como parte do seu habitus e que não é determinado nem por causalidade mecânica nem decorrente de um processo de livre escolha independente da constelação social (PREUSS, 1995, p.65).

Sarti (2005) ilustra que para as famílias pobres moradoras de periferia trabalho e família são valores positivos. Independente da religião, Deus é a entidade moral maior que comanda o mundo. Para a autora naquela distância geográfica, naquela região periférica, estão os pobres com sua maneira de viver⁴⁶. É o habitus na sua relação intrínseca da formação de cada sujeito na sua construção da realidade desde as primeiras etapas da sua socialização.

No que tange à relação com o tráfico de drogas presente na favela, Sarti (2005) observa a combinação de temor e obediência à equivalência de proteção, liderança e organização. Os ‘meninos do tráfico’ em geral respeitam os moradores, desde que nenhuma ameaça iminente (entrada da polícia, invasão de outra facção) rompa com esse código de conduta. Ainda que a relação entre o

⁴⁶ Importante lembrar que as relações humanas não se dão somente de modo harmônico. Entre flexibilidades e tensões surgem também os preconceitos e as categorizações.

tráfico e os moradores guarde suas ambivalências, há regras de convivência entre uns e outros que fornecem referências sobre crime, justiça, desigualdade social e sua própria definição de bandido, alguns deles bem conceituados e queridos.

A relação com a moradia também guarda aspectos peculiares. Independente das características de cada construção, a casa é forte referência para seus moradores. Cuidam das suas com afincos porque elas representam o sonho da casa própria, construída a cada pedaço. E quem não possui a sua ou a mesma se encontra muito precária verbaliza em todas as oportunidades possíveis, o quanto gostariam de ter suas casas próprias ou reformar e melhorar suas moradias.

Em geral, as saídas da favela acontecem por motivo de trabalho ou visita aos parentes. Mesmo os poucos moradores que por motivos aleatórios saem para viver fora da favela, quando visitam seus antigos vizinhos, precisam dar demonstrações de generosidade e respeito às origens. Um exemplo simples é cumprimentar a todos que encontrar.

As reciprocidades, trocas e ajudas mútuas as quais Sarti (2005) se refere, podem ser observadas também no estudo de Bilac (1995) que nos introduz a categoria lógica da solidariedade. Sua análise a respeito das transformações nas estruturas familiares tem como base fundante, a relação com o trabalho, com o mercado, com o consumo e com o Estado.

As teorias de estudos sobre a família reconhecem o papel mediador (da família) com a sociedade possibilitando análises das relações internas e externas. Ou seja, é possível estudar a relação entre os membros de uma família em quesitos como poder, autoridade e divisão de papéis, tangenciados por indicadores como idade, gênero, parentesco e aliança; assim como é possível estudar a relação dos seus membros e da família em si com as outras dimensões da vida social na interrelação entre o espaço macro e micro das relações. A família comporta desta forma, o papel significativo de estruturação da visão de mundo.

Situados no tempo, os estudos sobre a família já se concentraram na configuração daquelas pertencentes às classes dominantes, como modelo de valores a serem difundidos na sociedade. Também regulados pelo viés econômico, ditaram transformações nas organizações familiares a partir das mudanças macrossociais, revelando uma relação dialética.

Ao analisar a constituição das famílias nas camadas populares, Bilac (1995) se debruça sobre a “heterogeneidade nas relações com o trabalho e das formas de produzir neste país” (p.47). Ou seja, como a presença do Estado e do trabalho não é a mesma para todas as classes sociais, o processo de reprodução das classes e nas classes, guarda suas particularidades quanto aos níveis de autonomia e estrutura de reprodução humana.

A falta de legitimidade na relação com o Estado que se origina na precariedade da regulamentação com o trabalho, leva a família à busca de uma autonomia em relação às práticas cotidianas denominadas estratégias de sobrevivência⁴⁷. As famílias desenvolvem articulações e adaptações para atenderem suas necessidades, via lógica da solidariedade, a cada experiência, com as diferentes formas de trabalho (assalariado, informal, autônomo), no acesso (ou decesso) ao consumo e na lacuna deixada pela ausência, pela imprecisão e intermitência da atuação do Estado.

Isto posto e antes de prosseguir, chamo a atenção para este modus operandi acerca das relações cotidianas aqui brevemente apresentado e refletido com base nos estudos de Sarti (2005) e Bilac (1995), na interseção com os conceitos de Pierre Bourdieu, que possibilita observar o contexto social da Manguoeirinha como campo de relações objetivas, onde cada agente ocupa uma posição determinada pelo capital cultural que detém. Existe uma estruturação local regida pelas relações objetivas e pela distribuição desigual do capital cultural. As práticas subjetivas se definem como “produto da relação dialética entre uma situação e um habitus.” (ORTIZ, 1983, p.19). A situação é objetivamente estruturada e as formas de sociabilidades ali presentes podem ser explicadas à luz do conceito de habitus.

Por fim, Bilac (1995) salienta que a ‘lógica da solidariedade’ não está isenta da existência de conflitos, não representa uma interação harmônica no processo de depender do outro. Na tensão desta interdependência, podem estar contidas as situações de violência contra crianças e adolescentes, contra mulheres, entre os jovens. Existem situações concretas fomentadas pela pobreza e falta de trabalho

⁴⁷ As estratégias de sobrevivência para Bilac, só podem ser entendidas à luz da lógica da solidariedade. A interdependência dos atores e a articulação de práticas variadas que garantem na medida do possível a preservação de cada um no que diz respeito à qualidade de vida (1995, p.49-50). Ainda que a categoria estratégia de sobrevivência não seja central na confecção desta pesquisa, ela contribui para situar a dinâmica das formas de sociabilidades desenvolvidas no contexto da favela da Manguoeirinha.

que atuam também como dispositivos disparadores da violência. São exemplos que parecem desconexos, mas observados amiúde indicam um fio condutor, que somado a ausência de políticas públicas, agravam as vulnerabilidades. Para ilustrar, cito mulheres alijadas de um mercado formal de trabalho pela baixa escolaridade, que se dedicam a catar material reciclável e deixam filhos mais novos sob a responsabilidade do filho um pouco mais velho, que por sua vez não frequenta a escola para ‘cuidar’ dos irmãos mais novos. A situação aqui descrita em si, já representa um quadro de violência estrutural, mas ainda pode ser agravada se essa criança mais velha não cumprir sua função dentro do esperado.

A ‘lógica da solidariedade’ subverte, refaz prioridades, permite que as famílias se organizem com o que dispõem no imediato, estabelecendo pontes não-institucionalizadas e não-convencionais sobre as condições de existência, engendrando modelos de estruturas idealizadas com novos arranjos dos sujeitos envolvidos. Partindo do exemplo acima, uma mãe recorre a uma vizinha que ‘tome conta’ dos seus filhos para que ela possa ‘catar latinhas’. Se as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho estão severamente limitadas, se seus filhos não têm acesso à creche, outras possibilidades de sobrevivência são diariamente reinventadas.

Sarti (2005) afirma que no âmbito social e político, os pobres esperam soluções para seus problemas trazidas pelos donos do poder, pelos políticos, mas perante a falha da esfera pública, valores como reciprocidade, solidariedade e confiança se tornam fundamentais na estruturação das relações sociais, reforçando vínculos que estão além de laços consanguíneos.

O conceito de capital estudado aqui não se restringe à esfera econômica. A posição no campo é determinada pela quantidade de capital cultural que o agente possui e o quantum também favorece acesso a mais capital. Bourdieu nomeia como capital cultural recursos como atributos intelectuais, artísticos, estéticos. O conjunto dos capitais cultural, social, simbólico, econômico, aumentam a possibilidade de influência e a mobilidade do agente no campo, visto que o capital refere-se a toda matéria ou bem que pode ser negociada num embate social.

Interessante notar que no contexto de uma favela, é baixo o número de agentes que detêm capital econômico, intelectual e mesmo o capital social. Neste

sentido o próprio corpo assume um valor de capital, um corpo dotado de saúde, resistência física e beleza permite mobilidade dentro e fora daquele espaço social.

2.2 Mulheres, homens e violência: para além de oposições binárias

Não é possível abordar as mudanças relacionadas à questão de gênero, sem considerar as mudanças ocorridas na estrutura das famílias. Neste sentido, Cortizo e Goyeneche (2010) lembram que as mudanças do mercado de trabalho impactaram em novos arranjos no mundo privado. Com as transformações estruturais no mundo do trabalho, muitos homens foram destituídos do lugar de provedor. Para as autoras existe uma crise da família gerada pelas mudanças na relação com o trabalho e na ausência de políticas do Estado que atendam às suas demandas. Em tempos de política de corte neoliberal, fica a cargo da própria família dar conta das suas necessidades. A tudo isso se soma ainda a cultura machista que, chancelada por fortes valores morais, fomenta muitos processos de violência.

Sarti (2005) também analisa o contexto sociofamiliar, os lugares e os papéis destinados aos homens e mulheres, por meio de entrevistas com famílias urbanas pobres. A autora observa a presença de um padrão de papéis estabelecidos para ambos. Partindo da existência de uma casa, muitas vezes construída tijolo a tijolo, com as próprias mãos e /ou numa rede de apoio comunitário, é o lócus da realização de viabilizar uma família e estruturar os papéis que ela classifica como idealizados: o homem provedor e a mulher dona de casa.

Ao agir em consonância com o padrão, o homem exerce uma ‘boa autoridade’ sobre a família, se tornando digno de ser obedecido. Autoridades que se complementam hierarquicamente, já que a mulher não é isenta de autoridade, mas sim reconhecida principalmente no ‘universo simbólico da maternidade’. Destaca-se também a presença do homem como uma figura que garante o lugar do respeito e proteção na mediação da família com o mundo externo. Se o seu lugar de provedor é abalado, há consequências para esse lugar de respeito e proteção também, muito embora o lugar de autoridade não sucumba de forma absoluta.

Conforme explicitado por Sarti:

O papel fundamental da mulher na casa dá-se, portanto, dentro de uma estrutura familiar em que o homem é essencial para a própria concepção do que é a família, porque a família é pensada como uma ordem moral, onde o homem representa a

autoridade. Mesmo quando ele não provê a família, sua presença “desnecessária” continua necessária. A autoridade na família, fundada na complementaridade hierárquica entre o homem e a mulher, entretanto, não se realiza obrigatoriamente nas figuras do pai e da mãe. Diante das frequentes rupturas dos vínculos conjugais e da instabilidade do trabalho que assegura o lugar do provedor, a família busca atualizar os papéis que a estruturam, através da rede familiar mais ampla (2005, p.16).

E ainda:

Estudos recentes sobre pobres urbanos mostram, ao contrário, a força simbólica desses padrões ainda hoje, reafirmando a autoridade masculina pelo papel central do homem como mediação com o mundo externo, e fragilizando socialmente a família onde não há um homem **provedor**, de teto, alimento e **respeito**. (IDEM, p.4, grifo da autora).

Ainda ancorada em Sarti (2005) cabe dizer que a máxima dos direitos iguais e afirmações sobre o aumento do poder para as mulheres carregam uma ambivalência que não pressupõe uma revisão ou reformulação dos papéis familiares, mas um fracasso do papel masculino diante das expectativas geradas sobre ele. Mesmo que seja por motivos alheios ao seu controle, como a falta de trabalho, ou por motivos que o envolvem diretamente como a ‘acomodação’.

Sendo assim, a ideia de ter uma casa, formar uma família com a fundamental presença dos filhos, e a predefinição e expectativa das funções do homem e da mulher, incluem um eixo moral sobre a noção de família, que se funda num princípio de obrigação e estrutura relações. É importante lembrar que existem distintas formatações, arranjos e configurações familiares nas classes sociais, bem como a ordem dos acontecimentos da formação de uma família não pressupõe uma lógica linear, sequencial e organizada. Porém este modelo idealizado, aqui apresentado por Sarti, funciona para muitas mulheres como um parâmetro.

Szymanski (1992) em sua pesquisa com famílias pobres da periferia de São Paulo, também agrega considerações importantes sobre o modelo idealizado de família, chegando ao conceito de família pensada e família vivida. O primeiro caso refere-se aquela desejada com papéis delegados e cumpridos, cabendo ao homem o lugar do provedor e a mulher a função da cuidadora, todos numa convivência harmônica, sem conflitos e com o esforço coletivo para alcançar e cumprir a ideia de família ideal, pautada nas tradições, reproduzida no imaginário social, nas instituições e na mídia. Já a família vivida é construída no agir do

cotidiano, que experimenta diferentes arranjos e que, ao não alcançar o modelo idealizado, experimenta a culpa atribuindo o fracasso aos indivíduos designando adjetivos como família desestruturada, desorganizada ou em disfunção.

Partindo do pressuposto que o universo feminino encontra-se delineado ao longo deste estudo, faz-se necessário dedicar alguns apontamentos sobre os aspectos masculinos.

A construção do lugar do masculino é objeto de análise para Welzer-Lang (2001). Ser homem está diametralmente oposto ao ser mulher corroborando oposições binárias em relação ao gênero. Ser homem é ser macho, heterossexual e discípulo de um roteiro hegemônico composto por diferentes rituais de passagem que delimitam as diferenças e complementaridades dos papéis masculino e feminino.

A iniciação no universo masculino acontece de forma crescente e gradual conforme a desvinculação com o mundo das mulheres e o reagrupamento com outros homens já iniciados. Pressupõe lugares específicos, concretos e simbólicos, restritos em uso ou presença masculina, que o autor nomeia como “casa dos homens”. Nela, os homens durante o seu processo de socialização, vivenciam uma fase de homosociabilidade, ou seja, na relação com outros homens “surgem fortes tendências e/ou grandes pressões para viver momentos de homossexualidade” (WELZER-LANG, 2001, p.462). O masculino se constrói nessa latência da homossexualidade, pela aceitação do legado das gerações anteriores e pela conquista de privilégios dentro dessas relações sociais tão específicas, que se estendem para as demais. As experiências acumulam dores, disputas, embates e prazeres com associações positivas e interesses coletivos. Aprendem regras, aceitam a lei dos maiores, se dissociam do mundo das mulheres e aprendem a ser homens. Desenvolvem a noção de virilidade e força nas práticas de violência para definir quem é ‘homem de verdade’. O constructo deste universo gera um capital cultural de gestos, reações, linguajares e mimetismos nas diferentes fases da vida de um homem.

A casa dos homens é mutável porque constitui-se da cultura, do contexto, da classe social numa relação bidimensional com a subjetividade, engendrando atitudes e comportamentos. No presente estudo, os companheiros das mulheres da Mangueirinha experimentam a casa dos homens nas quadras de futebol, nas

biroscas, no movimento do tráfico local, nos seus postos de trabalho (com funções prioritariamente masculinas, a construção civil e transporte, por exemplo) e até mesmo nas prisões, distinguindo os fortes dos mais fracos, estabelecendo hierarquias entre os homens (os grandes homens e os pequenos homens) e entre os homens e as mulheres⁴⁸. Constitui-se um paradigma.

O paradigma naturalista da dominação masculina divide homens e mulheres em grupos hierárquicos, dá privilégios aos homens à custa das mulheres. E em relação aos homens tentados, por diferentes razões, de não reproduzir esta divisão (ou, o que é pior, de recusá-la para si próprios), a dominação masculina produz homofobia para que, com ameaças, os homens se calquem sobre os esquemas ditos normais da virilidade (WELZER-LANG, 2001, p.465).

Em consonância com as palavras de Bourdieu (2002):

É a concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas, entre a conformação do ser e as formas do conhecer, entre o curso do mundo e as expectativas a esse respeito, que torna possível esta referência ao mundo que Husserl descrevia com o nome de “atitude moral”, ou de “experiência dóxica” – deixando, porém, de lembrar as condições sociais de sua possibilidade. Essa experiência apreende o mundo social e suas arbitrarias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação (BOURDIEU, 2002, p.8).

Os homens se tornam prisioneiros de um jogo de honra com – e contra – os outros homens e contra as mulheres, como *viris* representantes da dominação.

As formas de sociabilidade e a designação de papéis de gênero engendram circunstâncias que podem favorecer a violência como elemento que permeia relações conjugais.

Para Saffioti (1987) a lógica do galinheiro estabelece a ordem das bicadas, melhor dizendo, há uma estruturação na sociedade patriarcal que inclui a violência como uma forma de regulação das relações sociais com vistas à manutenção não só das relações de gênero, como também de classe, raça e etnia. O processo cultural de simbolização pressupõe uma lógica hierárquica que organiza a sociedade situando o homem numa posição superior e privilegiada. No conjunto de regras pautadas se define o lugar dos pobres e dos ricos, dos negros e dos brancos e o ‘ser mulher’ e ‘ser homem’. Assim, estabelecidas as clivagens uma única hierarquia integra as gramáticas, situando o homem branco e rico no topo e

⁴⁸ Cortizo e Goyeneche (2010) reforçam a qualidade perversa das nossas relações sociais, que classificam como machistas e paternalistas que além de violentarem as mulheres, também violentam os homens, que ficam aprisionados em papéis imaginários que não os permitem chorar ou sofrer.

a menina pobre e negra na base das formas mais agudas de discriminação e violência. Para a autora, refletir de forma integrada sobre a hierarquia é fundamental para se entender a lógica da violência na família. De acordo com seus argumentos, o homem como chefe da família dispõe de uma autorização para exercer o poder sobre os demais membros, inclusive utilizando a violência como um dispositivo para reafirmar a sua posição dominante. Na ausência de um homem chefe na configuração familiar, a mulher assume a posição hierárquica superior, o que muitas vezes explica a reprodução da violência doméstica na relação com os filhos. Saffioti (1997) ressalta que ainda que a mulher pratique a violência com aqueles que lhe são hierarquicamente subordinados, o faz tendo como referência uma autoridade/violência paterna, pois o homem é o maior agressor físico.

Não obstante as contribuições acerca do reconhecimento da opressão na sociedade patriarcal, há que se questionar onde fica a dimensão relacional da violência, uma vez essencializado o lugar da vítima e do agressor. Como reflete Soares (2012), após decorridos quarenta anos em que a violência no âmbito do mundo privado teve o seu silêncio rompido – questão esta já explorada no capítulo anterior – importa agora buscar linhas de análise que ultrapassem a leitura bidimensional.

Antes de prosseguir cabe ressaltar que não se trata de negar que a violência esteja direcionada a grupos considerados mais vulneráveis ou esvaziar a vulnerabilidade feminina, porém “reconhecer sofrimentos, vulnerabilidades e responsabilidades” implica no cuidado para não produzir “subjetividades unívocas (...) imunes a contradições, porosidades, tensões e ambivalências” (SOARES, 2012, p.192).

Considerar a ideia de que toda a violência de gênero entre parceiros expresse o objetivo do homem em dominar a mulher exclui a complexidade das relações e aprisiona o vetor numa via de mão única. Soares (2012) pondera que

(...) designando vítimas e algozes, diagnosticando causas (o patriarcalismo e a dominação de gênero, já que a raiz da violência é o fato de ser mulher) e circunscrevendo prioritariamente os agentes em detrimento das dinâmicas interativas em que estão imersos. O pressuposto é que a violência é essencialmente consequência e expressão da dominação patriarcal, que outros intervenientes estão subordinados a essa lógica e que se trata, dessa forma, de um problema de natureza política, a requerer soluções políticas, como por exemplo, a criminalização generalizada. A noção de que a violência é um crime, tornou-se uma premissa

inquestionável, válida para toda e qualquer situação em que uma mulher for agredida na intimidade, independente do contexto, da intensidade e da forma de agressão (p.196).

Sarti (2011) discorre sobre o papel da vítima como uma construção histórica que confere legitimação moral e reconhecimento social ao sofrimento. Existe uma lógica social que engendra a noção de vítima e está presente nas ações sociais e políticas das quais são objetos de destino. Ressalta, no entanto, que historicamente, segmentos específicos tangenciados por indicadores como idade e gênero, constituíram-se como mais vulneráveis e vítimas potenciais. Além disso, o combate à violência tem se dado na sua relação com a criminalidade e a justiça, assim como o enfrentamento destinado à esfera jurídica e à segurança pública.

É preciso assinalar que a figura de uma mulher unilateralmente vítima de violência, tiranizada por inteiro, coagida, ameaçada, destituída de qualquer possibilidade de enfrentamento acabou por se tornar um molde para avaliar todos os casos de violência de gênero. Porém a interação entre um casal abrange mais do que os papéis de gênero. E a leitura das situações de violência à luz da concepção da dominação patriarcal deve estar situada no tempo e no espaço, caso contrário incorre numa perspectiva imutável e ahistórica. Soares (2012) se questiona sobre possíveis mecanismos capazes de reconhecer vulnerabilidades mútuas de quem vive a violência, sem o prejuízo das especificidades.

Ocorre que a violência afeta singularidades muitas vezes não incluídas ou identificadas nas minorias desfavorecidas, enfocando a tensão presente na luta pelos direitos, entre a particularidade e a universalidade⁴⁹. Não se trata de negar que a violência produza vítimas, mas observar que

na lógica social que a engendra, indagando sobre os agentes envolvidos e a gramática dos conflitos que fundamentam sua construção e problematizando os usos que a noção de vítima enseja como forma de legitimação moral de demandas sociais e políticas (SARTI, 2011, p.56).

⁴⁹ Benevides (1998), no seu artigo **Democracia de iguais, mas diferentes** desenvolve argumentos consistentes a respeito de uma oposição entre a universalidade de direitos e o direito à diferença, a partir da própria tensão entre liberdade versus igualdade, ou ainda, direitos civis versus direitos sociais. Neste sentido o contrário da igualdade não seria a diferença, e sim, a desigualdade. Ver também Pinto (2004) que trabalha com o conceito de ‘cidadania(s)’ valorizando a diversidade na construção de vontades coletivas mais inclusivas. O direito de ser igual na diferença.

Na perspectiva antropológica proposta pela autora, faz-se necessário traçar uma linha estratégica que tenha como foco a totalidade, reintegrando partes e articulando analiticamente as fronteiras das relações. Primeiro porque a fragmentação teórica das disciplinas e das especializações que delimitam o fenômeno da violência com muitas demarcações empíricas, reificam “categorias com as quais a sociedade constrói o sofrimento (o corpo, a violência, etc.) em uma projeção da forma como o pensamento ocidental, científico e leigo as concebe (...) uma espécie de enclausuramento epistemológico” (SARTI, 2011, p.56). Ou seja, reduz o debate impedindo o estranhamento das nossas próprias referências de sentido. Segundo porque sem estranhar referências, não será possível problematizar as fronteiras onde os fenômenos do sofrimento e da violência são confinados. Existe uma forma, um código de manifestar e expressar sofrimento que o torna inteligível ao outro, estabelecendo uma linguagem, referenciada a um sistema simbólico, que é atravessada por uma tensão de ordem moral. Assim, a dimensão subjetiva do sofrimento para cada sujeito pode ou não encontrar possibilidades de se manifestar socialmente.

Sarti (2011) e Soares (2012) convergem no argumento de que a violência está associada ao constrangimento, aos limites da comunicação, ao que não pode ser dito e que foi calado, interrompido, ao diálogo inviabilizado.

Inquietada pela questão “Por que as mulheres permanecem com seus maridos violentos?” Grossi (1998) se propõe a estudar a violência no âmbito da conjugalidade que define como “o projeto afetivo/emocional de duas pessoas” (GROSSI, 1998, p.298). Em princípio a união afetiva entre duas pessoas estaria alicerçada em categorias como amor e paixão, consideradas universais na sociedade ocidental moderna e pré-requisito obrigatório para uma relação conjugal. Porém, mascarada pelo mito do amor, numa união conjugal estão tanto os “modelos hegemônicos de gênero com os quais homens e mulheres dialogam permanentemente, quanto problemáticas mais profundas ligadas ao vínculo estreito entre desejo e falta” (IDEM, p.299). Analisando as falas de mulheres que vivem situações de violência com seus parceiros conjugais, a autora destaca a linguagem como um componente relevante na dinâmica do casal. Reflete acerca da meta-comunicação marcado pelo duplo vínculo. Explica sobre relacionamentos contraditórios onde comportamentos de afeto e agressão estão presentes e a

dificuldade de comunicação entre os parceiros se dá pelo fato de dizerem aquilo que acreditam que o outro deseja ouvir, mas não necessariamente é dito o que corresponde ao seu real desejo. E arremata com a ideia de que diálogos sem saída podem abrir brechas para a violência. Grossi (1998) converge com Pierre Bourdieu na categoria violência simbólica, como aquela exercida na cumplicidade tácita dos que a sofrem e dos que a praticam, dentro de “um cenário pré-estabelecido, no qual marido e mulher conhecem seus papéis e repetem na maior parte do tempo, um texto socialmente conhecido, texto que oscila entre amor e dor.” (GROSSI, 1998, p.308).

A situação de violência e o sofrimento podem ser ressignificados de acordo com o contexto social, cultural e político que favorece diferentes permissões para expor ou silenciar o que foi vivido. O que pode ser trazido à luz e o que será relegado considerando quem ocupa a posição do ouvinte. Desta forma, Sarti (2011) fundamenta o porquê de muitas mulheres em situação de violência não reconhecerem a DEAM, entre outros serviços e equipamentos, como espaço de solução, ou pelo menos de escuta, para o quadro de violência que vivenciam. Principalmente para aquelas que não decidem, a priori, pela separação do companheiro. No âmbito das possibilidades inteligíveis atuais – seja por profissionais, familiares e a sociedade em geral – há uma limitação constituída por dois rótulos para as mulheres em situação de violência. Se ela não é interpretada como uma vítima corre sério risco de ser interpretada como ‘sem-vergonha’.

Concluo esta seção retomando as proposições de Soares (2012). Ao concentrarmos o olhar para a violência de gênero exclusivamente sob a ótica do patriarcado e se esta evolui linearmente para medidas judicializantes⁵⁰ – leia-se afastamento, prisão, medidas protetivas – interditamos vias de entendimento e solução (ou redução) para a violência, que sequer começamos a explorar. Deste modo, vias de diálogo, escuta, renegociação de pactos, reconhecimento de responsabilidades e reparação constituem recursos “para autorreflexão, mudança de perspectiva e atitude” (SOARES, 2012, p.205). A autora lembra que não se trata de promover processos de conciliação encharcados no moralismo de

⁵⁰ Vale lembrar que os recursos jurídicos são oportunamente dotados de importância e valor em situações cabíveis quando a integridade da pessoa estaria ameaçada.

profissionais despreparados, mas “contribuições capazes de acolher a narrativa genuína em seus significados próprios.” (IDEM, p.206).

(...) a dimensão intersubjetiva da violência: no modelo patriarcal, ou fora dele, não podemos nos esquecer de que é na esfera da relação, e apenas nela, que as agressões sofridas adquirem significados para as pessoas que as experimentam. É nessa dimensão que a singularidade das vivências e das atribuições de sentido se diferencia das teorias abstratas sobre a violência (SOARES, 2012, p. 206).

2.3 Estratégias de resistência

O conceito de campo, introduzido no primeiro capítulo como instrumento de análise sobre as práticas e dominações num determinado espaço, atuou como um filtro de observação para as relações da favela da Mangueirinha de modo mais amplo.

Torna-se importante agora, retomar o conceito, para expressar a correlação de forças presente nas situações de violência de gênero, experimentadas pelas mulheres moradoras da favela da Mangueirinha. Assim sendo, entendo o campo como constituído da relação dialética de estruturas objetivas, relações de poder, cujos agentes encontram-se em interação, mesmo que de modo hierarquizado. Uma correlação de forças historicamente construída e reificada até que se tornou naturalizada.

Os agentes representados pelas mulheres entrevistadas, seus parceiros conjugais, suas famílias, amigos e instituições presentes na comunidade (igrejas, a UPP, projetos de base comunitária) disputam, embatem no processo de conflitos e tensões a serem equacionados como possível.

Na administração dos diversos interesses, o capital cultural definirá a posição do agente no campo, determinando dominantes e dominados. Na objetividade das estruturas sociais e na subjetividade dos agentes, reside a questão de tentar encontrar a mediação entre o agente e a sociedade, que Bourdieu nomeia como habitus, que orienta e conforma a ação, “que é produto das relações sociais [...] tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendraram” (ORTIZ, 1983, p.15), que conduz o agente a interiorizar a exterioridade, que como estrutura estruturante trabalha para a manutenção da estrutura estruturada. Melhor dizendo, a estrutura ratifica a situação, é estruturada e tomada como natural porque ‘esqueceu’ que foi construída, da sua origem histórica e social. E estruturante na medida em que orienta a ação, a visão, e o

pensamento – uma matriz de percepções – de todos os agentes em todas as posições do campo. Nas palavras de Oliveira (1999), “como se não houvessem outras formas distintas, promovendo um decréscimo progressivo da capacidade de estranhamento dos indivíduos” (p. 4).

O capital cultural entendido como o conjunto formado pelo capital social, capital econômico, capital religioso, capital simbólico, capital intelectual, equivale ao cacife que permite a mobilidade dos agentes no campo, cujas posições se encontram ancoradas. Porém, sem enrijecer em perspectivas fatalistas, cabe dizer que na dimensão estruturante do habitus, apesar de referida ao estruturado, está o potencial de modificação das posições dos agentes, pois de acordo com o momento histórico, diferentes resultados podem ser obtidos. Como num jogo, os agentes apostam e quem dispõe de menos capital demanda mais estratégia para mudar as posições no campo. No processo de socialização, valores, crenças, atitudes e comportamentos, antes incorporados ou interiorizados pelos agentes, a partir das suas condições de existência, podem ser revisitados e em conjunturas favoráveis, novos habitus também podem ser inculcados⁵¹ estabelecendo a dinâmica do campo e presidindo a apreensão do mundo. Como adversários cúmplices, guiados por certo nível de convergência, consciente ou não, os agentes contribuem para a reprodução do habitus.

Fundamentada no sistema teórico desenvolvido pela sociologia de Bourdieu, retomo as situações de violência de gênero testemunhadas pelas mulheres que tive a oportunidade de entrevistar. A violência de gênero está assentada numa desigualdade construída historicamente e naturalizada como habitus, que se reproduz em discursos dos diversos agentes (familiares, profissionais das delegacias, representantes religiosos) ratificando a passividade e a subalternidade femininas. Neste campo de disputas, existem muitos sujeitos que se colocam contrários à violência de gênero e favoráveis à Lei Maria da Penha, mas que ainda conjugam valores machistas nas relações sociais, porque como explica Lisboa (2010) “a lógica de gênero também funciona como uma instituição

⁵¹ Preuss (1995) descreve a diferença no modo de interiorização do habitus. A incorporação que se dá pelas condições de existência dos agentes e a inculcação que supõe uma ação pedagógica de agentes especializados e técnicas disciplinares.

inscrita por milênios na objetividade das estruturas sociais e na subjetividade das estruturas mentais” (p.42).

Inegáveis são os avanços sobre o enfrentamento da violência, fomentado em grande parte pela atuação dos movimentos feminista e de mulheres, constituindo espaços de discussão e defesa dos direitos das mulheres como dimensão dos próprios direitos humanos. A mobilização nacional e internacional que teve seu início no século XX, com maior repercussão principalmente nas décadas de 1960 e de 1970, gerou ao longo de décadas um acervo legislativo que tem como marco a Constituição Federal de 1988, que declarou a cidadania feminina e a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Posteriormente documentos como a Declaração de Beijing e a Convenção de Belém do Pará, ambas em 1995, reconheceram a violência contra a mulher como um obstáculo à igualdade e à paz. E por fim, o mais recente registro, a Lei 11.340, a Lei Maria da Penha. Estes exemplos, na perspectiva bourdieusiana denotam a movimentação dos agentes no campo dos direitos das mulheres, cujas posições não ocupam mais os mesmos lugares. A existência de uma legislação que visa erradicar a violência contra a mulher nas suas diferentes manifestações, constitui um quantum considerável de capital cultural que pode ser acessado para nortear as negociações diante da violência de gênero.

Não obstante à legitimidade gerada pela existência de uma lei a favor das mulheres, já foi ponderado no primeiro capítulo, o contingente de formas de apropriação e uso que as mulheres em situação de violência, podem fazer com a Lei Maria da Penha: negociações de novos arranjos na organização da família, barganhas e gerenciamento de conflitos, traduzidos em recursos, ou cacife, na relação entre todos os agentes envolvidos. A existência de uma lei não garante a sua efetividade como um recurso delimitado somente pelos trâmites jurídicos.

Importa analisar que independente dos motivos⁵² que se interpõem como barreira à denúncia das situações de violência, não significa que não haja resistência por parte das mulheres.

Ferrer (2011) avalia que não se pode analisar a resistência de forma binária, como resistência/não resistência. Assinala que resistência é a contrapartida do poder. Como um elemento múltiplo, a resistência é exercida onde o poder é exercido. Por isso a autora acredita que as mulheres em situação de violência se vêem obrigadas a produzir formas de resistência e alternativas de poder na relação com seus parceiros. As estratégias de enfrentamentos e resistência comportam desde a busca de apoio em outras mulheres nas mesmas circunstâncias, pessoas da sua família, amigos, a aparente submissão ao poder do companheiro, a defesa dos filhos no momento em que eles são o alvo da violência do marido e até mesmo manter a aparência de normalidade perante as situações abusivas. Há ainda aquelas que respondem com agressões físicas e psicológicas aos parceiros com vistas à manutenção da sua integridade. Se num caso extremo de violência ocorre um assassinato, o poder foi extinto junto com o objeto do seu exercício.

Destaca-se para a autora que estratégias de resistência não incluem somente aquelas pontuais como respostas aos episódios que decorrem no cotidiano, mas o ato perene constituído de esforços constantes, como parte de um processo e não mera tendência ou característica. Assim sendo, não é possível tecer julgamentos a respeito das formas de enfrentamento construídas por cada mulher e sim reconhecer seus esforços em cada manejo. Em suas palavras:

defino el enfrentamiento como un esfuerzo cognitivo conductual, continuamente cambiante, para responder as exigencias internas o externas que la mujer valora y que exceden sus recursos (FERRER, 2011, p. 67).

Em tempo, Ferrer (2011) ressalta que o conceito de resistência é mais abrangente que o conceito de enfrentamento, porque na sua capacidade de resistir, as mulheres avaliam riscos assim como o controle e os recursos internos e

⁵² O medo, a vergonha, o desconhecimento sobre seus direitos, a falta de apoio das pessoas mais próximas, a crença na mudança de comportamento do parceiro, o amor que nutrem pelo parceiro apesar da situação de violência, a dependência financeira, o sentimento de desproteção e ameaça para si e para os filhos são alguns elencados na pesquisa junto à Coordenação dos Direitos da Mulher de Niterói – CODIM/NIT. Ver mais em Cunha (2010).

externos de que dispõem para lidar com a situação de violência desafiando o poder masculino, seja na família, nas instituições ou na sociedade. Já o enfrentamento responde pontualmente a um incidente específico de violência, “enquanto a resistência se ejerce a través de toda la relación de violencia donde quiera que se ejerza el poder.” (IBIDEM)

Com uma perspectiva teórica pautada no conceito de interseccionalidade entre gênero, classe e raça que confluem num contexto sócio-histórico e para cada mulher em sua particularidade, a obra de Diana Ferrer tem como base entrevistas com setenta e seis mulheres sobreviventes de situações de violência. A autora elege três casos para aprofundar a análise das condutas das mulheres com seus parceiros conjugais. Percebe que na complexidade das relações conjugais atravessadas pela violência existem fases comuns⁵³ que precisam ser melhor compreendidas, para que se tenha também um melhor entendimento das estratégias de resistência.

São elas: 1) o início da relação ou o engate – fatores sociais, culturais e pessoais como determinantes na decisão de se casar, como por exemplo, o desejo de ter uma casa e uma família, o apoio dos familiares na consolidação da união, sentimentos de pena, solidariedade ou ainda dívida com o futuro marido; 2) a lição – a violência se instaura, e não raro surpreende a mulher, que acreditava que não viveria tal situação; 3) a consolidação – a mulher experimenta algum nível de poder na relação. Geralmente nesta fase as estratégias de resistência e enfrentamento se consolidam. A principal delas é a regulação das emoções, exemplificada pelo silêncio, pela contenção e evitação do conflito. Contudo não estão subtraídas soluções como mentir, encobrir fatos, acalmar o parceiro, “empurrar com a barriga”, revidar agressões, partir em defesa própria ou dos filhos e 4) o desapego ou o desengate – algumas mulheres permanecem nas relações com violência afetadas por sentimentos de culpa, pena, dívida, valores socioculturais, pressão dos familiares, pressão dos parceiros que alegam arrependimento, imploram e ameaçam com suicídio. Mas outras mulheres concluem que a situação não mudará. Para a autora, está aqui a chave para o

⁵³ Não obstante a consistência teórica das elucubrações da autora substanciada pela sua pesquisa, prática e experiência, apenas observo a necessidade de tomar as fases do relacionamento como um aparato didático. Ao contrário, enrijecê-las, seria subestimar nossa capacidade humana para sermos imprevisíveis e surpreendentes.

desapego. Do sentimento de humilhação, brota a coragem que fomenta o planejamento para a saída no momento mais apropriado. As estratégias de resistência nesta fase incluem a busca por algum recurso externo, seja pessoa, seja instituição, alguém do seu círculo pessoal ou ajuda de profissionais.

Ferrer (2011) registra um fio condutor nos relatos: a submissão, o silêncio, a correlação a uma expectativa de que as mulheres devem aguentar, suportar caladas, atendendo assim ao estereótipo submisso construído em nossa sociedade. Para a autora as estratégias de resistência são equivalentes às etapas/fases do relacionamento. No entanto, todas elas estabeleceram algum limite – que não foi o mesmo para todas, nem se manteve na medida pretendida – de tolerância e enfrentamento. A situação limite geralmente está associada ao medo perante sua autopreservação, assim como dos seus filhos.

Conforme exposto, muitos são os fatores que conduzem uma mulher a manter ou romper uma relação de violência, mas é importante registrar que entrar ou sair são decisões processuais e não pontuais. Entender a dimensão processual amplia as chances de aproximação com a questão e com quem a atravessa. A decisão da saída exige enfrentamentos de ordem pessoal e social, a começar por si mesma, como também dos filhos, da família, da comunidade, da sociedade. Por este motivo não há como trivializar afirmando que uma mulher numa situação de violência de gênero é masoquista, alienada ou incapaz. Ainda que não ela não tenha total clareza, a resistência ultrapassa os limites da violência com o parceiro, repercutindo nos níveis sociais e políticos. Quando uma mulher sente, age e reage em benefício próprio, ela provoca o coletivo, o entorno, o sociopolítico.

Quando a mulher cujo nome inspirou a Lei 11.340 enfrentou um parceiro conjugal violento e publicizou sua situação, ela provocou o entorno. Havia uma coletividade organizada, um movimento social, o movimento feminista, uma conjuntura sociopolítica nacional e internacional disposta a questionar a banalização da violência até que se chegou à força de uma lei. O campo nas posições ancoradas dos seus agentes experimentou mudanças perante uma redistribuição do cacife, uma circularidade na detenção do capital cultural, porquanto havia as condições de possibilidade para tal naquele contexto histórico e social. Agredir uma mulher como reprodução de um habitus, adquirido, inculcado, reproduzido, inquestionável, foi trazido para o centro da arena e

embora ainda aconteça, não é mais um habitus inquestionável. Como estruturas estruturadas e estruturantes, novos elementos se colocam na prática enquanto outros herdados da situação e estrutura passada permanecem, mas de todo modo, não é mais do mesmo nem de um idêntico habitus que estamos tratando.

Tendo por referência tais rupturas e permanências na correlação de forças que caracteriza as relações de gênero tais como historicamente constituídas no Brasil, bem como a pluralidade de possibilidades de posicionamento de mulheres que vivenciam situações de violência em suas relações afetivo-sexuais, no próximo capítulo procederemos à análise do material produzido na pesquisa de campo com mulheres da favela da Mangueirinha, na Baixada Fluminense.

3

Relações de gênero e violência

3.1 A pesquisa na favela da Mangueirinha: o acesso ao campo e os sujeitos

3.1.1 O campo

Com o intento de conhecer e analisar possíveis estratégias de resistência por parte das mulheres de uma favela da periferia do estado frente à violência de gênero, elegi a Favela da Mangueirinha como campo de pesquisa. Relembro minha atuação profissional como assistente social no Programa Raízes Locais (PRL) na referida localidade entre os anos de 2008 e 2011. Uma vez definido o objeto de pesquisa, acionei o gerente do programa e reafirmei meu interesse e objetivo como pesquisadora. Visitei o PRL previamente para apresentar a proposta de pesquisa à equipe profissional, bem como às mulheres participantes das atividades de geração de renda e mobilização comunitária⁵⁴. A concretização da aproximação com o campo selou-se após a submissão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, com parecer favorável a realização da pesquisa por estar em consonância com os critérios éticos pertinentes.

Faz-se necessário apresentar os dados estatísticos pertinentes ao campo de pesquisa, obtidos por meio do Relatório Síntese Infância e Violência: Cotidiano de crianças pequenas em favelas do Rio de Janeiro⁵⁵.

O Complexo da Mangueirinha é um conjunto de favelas (Morro do Sapo, Corte Oito, Morro da Telefônica, Sumaré, Morro do Santuário, Favelinha e o morro ou Favela da Mangueirinha) distando cerca de cinquenta quilômetros da cidade do Rio de Janeiro. Por estar localizada para além dos limites da capital carioca, a comunidade permanece invisível para boa parte dos brasileiros, que

⁵⁴ Eixos de atuação do Programa Raízes Locais, já apresentados na introdução.

⁵⁵ Este relatório apresenta uma pesquisa sobre o cotidiano de crianças na fase da primeira infância, moradoras de seis favelas com elevados índices de violência, dentre as quais está a Favela da Mangueirinha. Elaborado numa parceria entre a Fundação Bernard van Leer, Núcleo de Estudos e Projetos da Cidade (Central/PUC-Rio) e Centro de Análises Econômicas e Sociais e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CAES-PUCRS). Ver SANTOS (2013).

costumam valorizar, sobretudo as favelas mais conhecidas, localizadas no território que compreende a zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

A Favela da Mangueirinha é conhecida por apresentar-se como um dos cenários mais violentos da Baixada Fluminense. O quadro se agravou após as últimas eleições no Estado do Rio de Janeiro, que para sediar a Copa do Mundo de 2014, ampliou o número de Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP). Em decorrência de tal fato, muitos integrantes do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro migraram para as favelas da Baixada Fluminense, como ocorreu também com a Mangueirinha. O cotidiano da localidade registra troca de tiros constantes e intenso tráfico de drogas, principalmente o crack, consumido e comercializado em grande quantidade. A rotina de violência com o aumento de integrantes – e ações – do tráfico na região e incursões da polícia militar se intensificou, já que no ano de 2013 a favela recebeu um Posto de Policiamento Ostensivo. E no mês de fevereiro do ano de 2014 foi inaugurada, na Mangueirinha, a primeira Unidade de Polícia Pacificadora da Baixada Fluminense⁵⁶.

De acordo com informações locais, a presença de todo este aparato da segurança pública contribuiu apenas para que as atividades do comércio de drogas tenham uma atuação mais discreta embora ainda se mantenham. Por outro lado, a tensão com a presença de policiais e traficantes no mesmo território aumentou. Os ‘meninos’ (como são chamados pelas mulheres entrevistadas) possuem um quantum de capital cultural que lhes garante posições privilegiadas nas relações de poder, mesmo após a implantação da UPP. Apesar da entrada deste novo agente reorganizando as posições no campo, as famílias ainda não reconhecem a mudança de posições, nem a perda do poder por parte do tráfico.

Em entrevista com o gerente do Programa Raízes Locais, a Favela da Mangueirinha conta com nove mil habitantes⁵⁷. Eles convivem com a ausência ou escassez dos serviços públicos como saúde, educação e transporte. Há um hospital infantil próximo ao centro de Duque de Caxias para atender seus moradores. A

⁵⁶<http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-selecionado/upp-mangueirinha/Mangueirinha>. Acessado em 20 de maio de 2015.

⁵⁷ Ancorado no Censo do ano de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o relatório anteriormente citado, em 2013, informava uma população local de aproximadamente 7300 habitantes.

única linha de transporte que circula na base da favela, encerra suas atividades às 21h, atribuindo a questão da violência como um impedimento para ampliar o horário. Há um ano foi reinaugurado o posto de saúde da família (PSF Centenário), que conta com a presença de um médico, duas vezes por semana. O posto enfrenta déficit de funcionários, não dispendo de profissionais de saúde em diversas especialidades para o atendimento dos moradores do bairro.

À época da minha atuação profissional no PRL e nas recentes visitas à favela, nota-se uma divisão geográfica e simbólica nesta. As casas maiores e mais conservadas ocupam a parte mais baixa do morro. Dispõem de água encanada, rede de esgoto, ruas asfaltadas, energia elétrica, serviços como coleta de lixo e serviços paralelos de internet e TV por assinatura ofertados por empresas não formalizadas e associações constituídas na própria comunidade. O pico do morro marca uma diferença na arquitetura das moradias, visivelmente menores, com famílias mais numerosas, muitos animais (cães, galinhas, porcos e outros) perambulando pelas ruas, maior concentração de lixo e esgoto a céu aberto.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Censo demográfico de 2010, apresentados na pesquisa realizada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC RS) sobre a Mangueirinha em 2013, para aglomerados subnormais⁵⁸, não há referência à Mangueirinha ou Morro da Mangueirinha ou ainda ao Complexo da Mangueirinha. Os dados mencionados aqui referem-se ao morro do Sapo, que, quando confrontado com o mapa de Duque de Caxias coincide, com pouca discrepância, ao que é reconhecido como sendo o Morro da Mangueirinha.

⁵⁸ Denominação adotada oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo Demográfico realizado no ano de 2010 para domicílios ocupados em favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros assentamentos irregulares para o conjunto do País, Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios. Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais. acessado em 22/04/2015.

Figura 1: Imagem da Favela da Mangueirinha⁵⁹



De acordo com relatos esparsos, coletados junto aos moradores mais antigos, a comunidade se originou já na década de 1920, quando o bairro Centenário começou a se expandir. Há relatos ainda de migrantes da região nordeste do Brasil. A expansão decorria da criação de um loteamento na área do Sítio Jaqueira, ampla zona rural desabitada que pouco a pouco se transformou em uma vila com traços mais urbanizados. Em seguida, três fábricas se instalaram na região, atraindo operários que gradativamente passaram a se assentar também nas margens do loteamento. Com o tempo, o crescimento da área ocupada fez com que algumas famílias recorressem a terrenos mais afastados, incluindo os morros. Aparentemente sem proprietários declarados, a região que atualmente abriga a Mangueirinha mostrou-se propícia para os trabalhadores que ocuparam irregularmente pequenas porções de terra e fundaram a favela.

Os níveis de renda das famílias são os seguintes: 36,06% das famílias possuem renda per capita de até metade de um salário mínimo e 37,73% obtêm renda per capita de até um salário mínimo. Apenas 2,46% das famílias da comunidade recebem dois ou mais salários mínimos per capita⁶⁰.

Todo o Complexo da Mangueirinha conta com quatro escolas municipais e duas estaduais. No bairro do Centenário, onde a favela da Mangueirinha está localizada, existe um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e um Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS)⁶¹.

⁵⁹ <http://wikimapia.org/15688413/pt/Favela-Mangueirinha>

⁶⁰ Idem nota 2.

⁶¹ Relatório Duque de Caxias (RJ). Prefeitura Municipal. Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Georreferenciamento dos equipamentos públicos relacionados à segurança alimentar e nutricional do Município de Duque de Caxias / Departamento Geral de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. – Duque de Caxias, RJ: DESANS, 2012.

A discrepância em relação à escassez dos serviços foi exemplificada durante a entrevista com o gerente do PRL, por meio da seguinte projeção: já estima-se que o número de moradores locais esteja em nove mil habitantes⁶² – ou mesmo calculando com o número de sete mil e trezentos habitantes registrado oficialmente pelo Censo 2010 – a pesquisa realizada em parceria Central/PUC-Rio, CAES-PUCRS e a Fundação Bernard van Leer⁶³ conclui que um terço sejam crianças. Em 2011 foi inaugurada uma creche municipal na favela da Mangueirinha com capacidade para 250 crianças. Estamos falando de três mil crianças, ou duas mil e quatrocentas – mesmo que nem todas necessitem de uma vaga na creche – para 250 vagas. Por fim, importa ressaltar que, na opinião dos moradores, os serviços listados são marcados pela intermitência que compromete a qualidade dos mesmos.

3.1.2 Os sujeitos e a escolha pela entrevista narrativa

No que se refere às mulheres, sujeitos deste estudo, observa-se uma clivagem relativa à classe social. Mulheres moradoras da Favela da Mangueirinha, com as vulnerabilidades inerentes ao território, excluídas do mercado formal de trabalho, que tenham cursado até o nível de ensino fundamental completo ou incompleto, que vivam ou viveram relacionamentos conjugais com situação de violência de gênero e que nunca tenham denunciado o companheiro. Outro critério para a escolha das participantes refere-se ao desconhecimento ou distanciamento dos serviços públicos e equipamentos do estado voltados para as demandas relacionadas à questão da violência de gênero, que neste caso, seria o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

A proposta inicial seria que as mulheres entrevistadas fossem frequentadoras do Programa Raízes Locais (PRL) à época do grupo reflexivo, cuja temática da violência originou a dissertação que agora se apresenta. Mas como já foi informado, o PRL passou por modificações na sua metodologia e as reuniões do referido grupo mudaram em relação à formatação e população-alvo. Deste

⁶² A projeção de habitantes compõe os projetos e relatórios elaborados pelo PRL.

⁶³ Idem nota 2.

modo, com a ajuda da equipe do PRL foi possível localizar três integrantes do grupo anterior que concordaram em participar da pesquisa. Deste trio, duas indicaram três outras mulheres que convergiam nos mesmos critérios. Das seis entrevistas realizadas, uma delas (inclusive de uma integrante antiga do grupo) não será trazida para a pesquisa, porque a entrevistada, embora com uma postura ativa e falante em grupo, mostrou-se retraída e não desenvolveu a questão gerativa na sua entrevista individual, o que poderia comprometer a metodologia da entrevista narrativa.

Em face da relevância das singularidades dos sujeitos entrevistados, esta pesquisa está situada numa abordagem qualitativa. Para Flick (2004) “a relevância específica da pesquisa qualitativa para o estudo das relações sociais deve-se ao fato da pluralização das esferas da vida” (p.17) estando, portanto concatenada com a leitura que trago acerca da violência vivenciada pelas mulheres daquela favela. Nas palavras de Demo (2006), “a origem etimológica de qualidade privilegia a ideia de ‘essência’, conotando no fenômeno o que lhe seria mais próprio e definidor” (p.13). Mais do que trazer respostas conclusivas, este estudo preocupa-se em suscitar questões, já que a realidade social na sua característica dinâmica e mutável, não pode ser apreendida como um constructo finalizado.

Com base em pesquisa bibliográfica e diário de campo, por conseguinte, a coleta de dados foi realizada por meio da técnica de entrevista narrativa (FLICK, 2004), pensando em acessar a trajetória de cada mulher, sua história e suas estratégias de resistência, a partir da perspectiva de quem informa.

A fala livre agrega outras análises aos processos vivenciados por estes sujeitos, os significados acerca das experiências narradas. Faz-se necessário a delimitação de uma questão deflagradora ou gerativa narrativa (FLICK, 2004) como um estímulo à narrativa principal das entrevistadas. A questão geradora para a pesquisa foi: “mulher gosta de apanhar”.

Nas palavras de Oliveira (2011):

(...) pelo fato de a entrevista narrativa não operar pelo seguimento de um roteiro de questões a serem apresentadas a cada informante, senão que se realiza em torno de uma questão geradora que visa a deflagrar um processo o mais livre possível de exposição da situação proposta, por parte de quem narra. As intervenções do entrevistador devem se reduzir ao mínimo indispensável, tão somente para assegurar a continuidade da narrativa, quer para, ao final se necessário, garantir o preenchimento de eventuais lacunas na compreensão da questão inicialmente posta ou de aspectos da narrativa da mesma (p.145).

A questão deflagradora estimula a produção de uma narrativa e mantém o foco na área e no período de interesse da pesquisa (FLICK, 2004). Ao final, se algum aspecto da narrativa ainda necessitar de maior entendimento, podemos solicitar que o mesmo seja aprofundado.

Após submeter e obter a aprovação da proposta deste estudo à análise do Comitê de Ética em Pesquisa retornei ao campo para realizar as entrevistas narrativas. Li com cada entrevistada o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), solicitei suas assinaturas, bem como a permissão para gravar. Como já informado anteriormente, esclareci que a entrevista poderia ser interrompida e/ou deletada se assim elas desejassem. Agradei a confiança, a disponibilidade e informei o uso que seria feito das entrevistas, sem prejuízo da identidade e privacidade das entrevistadas.

Passada a fase do trabalho de campo e transcritas as entrevistas, a análise dos dados tiveram como base, os referenciais teóricos explorados nos capítulos 1 e 2.

As análises serão apresentadas em seções subsequentes deste capítulo 3. Nessa etapa, serão trazidos segmentos das narrativas, com a finalidade de ilustrar e corroborar com os argumentos.

Se for preciso algum esclarecimento sobre o trecho da entrevista transcrito, o comentário será inserido entre parênteses, visando elucidar o assunto ou qualquer referência necessária. Para facilitar a compreensão das narrativas; tais como: o aumento da entonação da voz, que sinaliza a ênfase, será demarcado pelo recurso de caixa alta. Trechos que não são fundamentais para ilustrar nossas análises serão excluídos, e esse movimento será demarcado pela inserção de reticências entre parênteses; e os segmentos merecedores de destaque serão apresentados em negrito.

As mulheres serão diferenciadas pelas letras A, B, C, D e E.

3.2 Caracterização dos sujeitos entrevistados

Nesta seção será apresentada a caracterização das mulheres entrevistadas situando brevemente suas composições familiares, o tempo dos relacionamentos afetivos com seus respectivos companheiros/parceiros/cônjuges e aspectos de suas

vidas cotidianas, para uma base mínima de compreensão das suas histórias e narrativas que serão descritas e analisadas nas próximas seções. Os dados foram obtidos do cadastro no Programa Raízes Locais e para aquelas que não participam do programa, foram informados na ocasião em que foram convidadas e aceitaram participar da pesquisa.

A mulher A tem 66 anos, está casada há 39 anos. Reside com o companheiro e uma neta de 14 anos. Seu nível de escolaridade corresponde ao ensino fundamental incompleto. Seu companheiro é trabalhador aposentado na função de soldador. Ela é colaboradora do Programa Raízes Locais, recebendo para tal, uma ajuda de custo inferior a um salário mínimo. Ela e o companheiro residem na Mangueirinha desde a infância.

A mulher B tem 41 anos, está casada há 11 anos e deste relacionamento possui um filho com 6 anos. Seu nível de escolaridade corresponde ao ensino fundamental incompleto. Seu companheiro é motorista numa empresa de refrigeração. Ela manteve um relacionamento anterior com quem permaneceu também por 11 anos e desta união teve 4 filhos hoje com idades entre 17 e 24 anos. Atualmente ela é trabalhadora informal como vendedora numa barraca no entorno da Mangueirinha, onde também reside há mais de 10 anos.

A mulher C tem 35 anos. Permaneceu casada por 9 anos e teve três filhos com seu companheiro. As crianças estão com 4, 6 e 9 anos. Está separada há 4 anos. Conheceram-se e sempre moraram na Mangueirinha, onde agora reside com seus filhos. Seu nível de escolaridade corresponde ao ensino fundamental completo. Ela também é uma das colaboradoras do Programa Raízes Locais, recebendo para tal uma ajuda de custo inferior a um salário mínimo. É beneficiária do programa Bolsa Família. As crianças estão matriculadas numa das escolas públicas da localidade e participam das atividades de reforço escolar e recreação oferecidas pelo PRL.

A mulher D tem 34 anos, ficou casada por 19 anos até que se tornou viúva, há 2 anos. Possui 3 filhos com idades, 8, 16 e 18 anos. Ela e o companheiro se conheceram quando ele tinha 12 e ela 13 anos, numa favela da cidade do Rio de Janeiro. Foram residir na Mangueirinha depois que ele cumpriu pena de reclusão de 4 anos e 2 meses por furto de carro. Seu nível de escolaridade corresponde ao ensino fundamental incompleto. Ela é pensionista do falecido marido. Perdeu o

benefício do programa Bolsa Família porque sua filha adolescente evadiu da escola.

A mulher E tem 28 anos. Possui um companheiro com quem reside na Mangueirinha há 8 anos e desta união nasceram dois filhos que estão com 7 e 4 anos. Hoje ela trabalha como diarista e é beneficiária do programa Bolsa Família. Possui grau de instrução em nível fundamental incompleto. Descreve-se como uma pessoa que consegue assinar seu próprio nome. Ela teve ainda uma filha que está com 9 anos, resultado de um relacionamento com um homem mais velho, mas a criança é criada pela madrinha que a adotou legalmente com o seu consentimento. Seu filho de 11 anos fruto do seu primeiro relacionamento reside com o pai.

3.3 Do início do relacionamento à instauração da violência

Para abordar a dinâmica das relações conjugais que serão estudadas neste capítulo, é necessário conhecer as histórias de cada mulher na construção do relacionamento com seu respectivo parceiro.

História da Mulher A:

Ela e o companheiro conhecem-se aproximadamente desde que tinham 12 anos, ambos moradores do bairro do Centenário onde a favela da Mangueirinha está localizada. Ele é 2 anos mais jovem que ela. Na idade adulta, depois que ele tornou-se viúvo, ela com 27 anos e vizinha da sua família, aproximaram-se e resolveram morar juntos. Ela criou o filho do seu companheiro que estava com 7 anos. O menino sentia muita falta da mãe e rapidamente apegou-se a nova companheira do pai. Ela engravidou e abortou espontaneamente 4 vezes. Começou a frequentar o grupo reflexivo do PRL enquanto aguardava a neta nas atividades de recreação, bem como participava também das oficinas de geração de renda. Permanece no PRL compondo a organização de uma cooperativa da panificação que está em fase de formação. Seu companheiro viveu um relacionamento paralelo com uma vizinha do casal por 23 anos, motivo que a fez expulsá-lo de casa quando descobriu. Durante esses 39 anos de casamento, relata inúmeras situações de violência psicológica. Reataram o relacionamento 9 meses depois da separação, pois ela acredita que ele já foi punido, sofreu, ficou sozinho e desmoralizado, adoeceu e redimiou-se. Neste período ela catou latinhas e jornal

para reciclagem e serviu numa banca de lanches para sobreviver. Agora ela sente-se numa posição privilegiada no relacionamento por ele ter aceitado suas condições. O companheiro arca com as principais despesas domésticas. Sua renda pessoal é composta pela ajuda de custo que recebe do PRL.

História da Mulher B

Quando resolveu morar com seu primeiro companheiro, tinha 15 anos e foi mãe pela primeira vez aos 17 anos. Nesta ocasião residia com sua família no município de Belford Roxo. Conheceram-se no baile funk. Sua prima gostou dele, mas ele a escolheu. Viveu um romance com muita paixão e muitas conturbações. Foram 11 anos de relacionamento e 4 filhos. Durante esse período, ele saía muito, namorava outras meninas chegando a ficar noivo de uma delas, desaparecia por dias. Sozinha com as crianças, recebia ajudas esporádicas dos sogros e dos pais. Os episódios de agressões físicas começaram após o nascimento da segunda filha, apresentando como motivos, o fato de não ter carregado água para as atividades domésticas ou comida pronta. Ao se separarem ela manteve um namoro com um rapaz durante 1 ano e 9 meses. Neste período vivenciou diferentes episódios de violência, sendo o mais agudo deles uma tentativa de homicídio por enforcamento após uma crise de ciúmes, motivo pelo qual encerrou a relação. Anos após a separação da primeira união e término do namoro com o segundo parceiro, ela e o atual companheiro se conheceram e resolveram morar juntos. Desde então a convivência com sua família de origem e com o pai dos seus filhos é bastante reduzida, já que ele e seus filhos não demonstram vinculação: “ele falou que se não me tinha mais, também não tinha filho”. O atual relacionamento que permanece há 11 anos também é atravessado por situação de violência de gênero fortemente expressada com agressões físicas e violência psicológica. Embora seja uma trabalhadora informal no entorno da favela, ela depende financeiramente do marido, que é responsável pelas despesas centrais da casa. Ele comprou a casa onde moram e a colocou no seu nome. Com a renda obtida do seu trabalho ajuda a pagar pequenas despesas pessoais e divide o que é possível com seus filhos mais velhos e um neto portador de uma enfermidade crônica. Possui um filho de 6 anos do relacionamento atual.

História da Mulher C

Relata um ótimo início de relacionamento, que assim permaneceu por 4 anos. O fato de ele ser usuário de maconha não se configurava como um problema para o casal. Ele trabalhava como catador de material reciclável na rampa do aterro sanitário localizado no Jardim Gramacho em Duque de Caxias. O uso de cocaína e crack causando uma drástica redução no orçamento familiar que já era modesto, agravado pelo nascimento da segunda filha foram os fatores que dispararam os episódios de violência de gênero. A partir daí ele passou a integrar o movimento do tráfico local para custear o uso abusivo de drogas. O novo quadro desenhado na configuração familiar gerou a insatisfação e o afastamento da mulher e, como consequência, ciúmes e desconfianças por parte do companheiro. Foi nesse momento que ela ingressa nas reuniões do grupo reflexivo do PRL, assim como seu filho mais velho participando das atividades de recreação. Neste período nasceu a terceira filha do casal, representando a esperança da mudança de quadro. O companheiro deixou de trabalhar no tráfico e chegou a integrar o quadro de funcionários de um supermercado, mas o seu salário destinava-se ao uso das drogas. Com o acirramento dos conflitos, episódio de violência física, ela saiu de casa e contou com ajudas pontuais de pessoas e instituições, até que ele acabou sendo expulso da comunidade por conflitos com os integrantes do movimento. Então ela voltou a residir na sua casa. Estão separados há 4 anos. Seu ex-companheiro passou a residir numa favela próxima. Sua renda é composta pela ajuda de custo que recebe do PRL e o valor recebido pelo programa Bolsa Família.

História da Mulher D

Quando conheceu seu companheiro, ele já integrava o tráfico de drogas de uma favela da cidade do Rio de Janeiro, onde ambos moravam. Ela foi mãe pela primeira vez aos 15 anos. A segunda filha do casal foi concebida quando ele cumpria a sentença por furto de um automóvel. Ao sair da prisão, mudaram-se para Mangueirinha onde nasceu a terceira filha. Não sabe precisar quando se iniciaram os episódios de violência, mas relata que sempre aconteceram, mesmo antes do nascimento do seu primeiro filho. Enfatiza o quanto ele era excelente pai e marido, querido pelos filhos, pelos vizinhos e familiares dele e dela. Foi o amor da sua vida. Em sua opinião os únicos defeitos eram o vício em cocaína e os ciúmes. Ele morreu há 2 anos numa esquina da favela da Mangueirinha, envolvido

num desentendimento aparentemente torpe gerado por uma brincadeira com um integrante do tráfico, mas nesta ocasião ele já era trabalhador autônomo. O pagamento do programa Bolsa Família foi suspenso porque sua filha de 16 anos evadiu da escola. D possui escolaridade no nível de ensino fundamental incompleto e seus proventos correspondem a um salário mínimo como pensionista do falecido companheiro. Atualmente não desempenha nenhuma atividade laborativa remunerada e seus esforços concentram-se em prover todo o amparo necessário ao seu filho mais velho que está preso por motivo de assalto. Ela mantém um namorado, mas enfatiza que não deseja residir com ninguém além dos seus filhos.

História da Mulher E

Conheceu seu atual companheiro num bar que ela frequentava habitualmente e ele chegou destacado pelo aparente poder aquisitivo superior. Até que o relacionamento alcançasse um status mais constante, ela permaneceu simultaneamente com outros parceiros, pais dos seus outros filhos. Foi mãe pela primeira vez aos 16 anos, quando residia com seu primeiro companheiro e seu filho desta união está com 11 anos. Ela enfatiza que este foi e será o amor da sua vida, sentimento recíproco, mas que por adversidades não puderam continuar. Entre os 16 e 20 anos, foi garota de programa e vendedora de drogas na região da Zona Leopoldina da cidade do Rio de Janeiro, conhecida como Vila Mimosa. Relacionou-se também com um homem na faixa dos 60 anos, com quem teve uma filha que hoje está com 9 anos e foi adotada legalmente pela madrinha. Os episódios de violência com o atual companheiro tiveram como disparadores, sérios desentendimentos com a sogra a partir da sua reprovação – e por consequência do companheiro também – acerca da amizade com uma vizinha que recebe o status de irmã. Ele acredita que elas apóiam-se e incentivam-se a manter relacionamentos paralelos com outros rapazes da localidade. Os episódios de violência incluem agressões físicas de ambas as partes. Seu companheiro faz uso abusivo de álcool e atualmente é trabalhador informal realizando pequenos serviços de pintura. Ela trabalha como diarista e seus ganhos são superiores aos rendimentos do parceiro. Soma-se à renda, o valor recebido pelo programa Bolsa Família. As circunstâncias em que conheceu o companheiro representaram para a Mulher E uma oportunidade de segurança financeira, que acabou se modificando

ao longo do relacionamento, já que ele não concluiu os estudos e não prosseguiu com a carreira profissional pretendida.

3.4 “Mulher gosta de apanhar...” Será?

A frase “mulher gosta de apanhar” é alvo de muitas elucubrações e julgamentos entre representantes de diferentes segmentos da sociedade. São psicólogos, sexólogos, filósofos, escritores que acreditam ter algo a dizer sobre o tema de acordo com o ângulo do qual observam a questão, inspirando por consequência as opiniões do senso comum, a exemplo da frase “Nem toda mulher gosta de apanhar, só as normais” de Nelson Rodrigues.

Ora gostar de apanhar associa-se com alguma forma de prazer ‘ocultado’ presente no desenrolar erotizado da relação entre parceiros que pode apresentar, ou não, a ideia de um subjugo ou dor, mas estaria na dimensão do prazer (GREGORI, 2003). Transgredir a moralidade.

Eu acho que tem mulher que gosta de apanhar. A minha irmã faz coisa para o meu cunhado bater nela. E no dia seguinte, ela faz de novo e diz que gosta. Eu não. Eu gosto de bater. Eu quero me separar. Eu peço isso todo dia para o meu Deus mas eu preciso de uma casa (Mulher E, 28 anos).

Destaca-se ainda que seja um parceiro dotado de uma virilidade exacerbada, forjado na perspectiva da força e da dominação com reações e linguajares, que distingue os homens de verdade (WELZER-LANG, 2001).

Essa criatura difícil que eu acabei gostando, um **ganhão**. Entre o pai dos meus filhos e esse que eu tô agora, eu tive um namorado, por nove meses, que (também) era um **ganhão**. Todo **bonitão, machão** e eles podem tudo. Eles podem até passar a mão na bunda de uma mulher na minha frente, mas eu não posso nada. Eu não posso nem elogiar um cara bonito na televisão. Se eu falar que um ator é bonito, ele fala: “pega seus panos de bunda e vai atrás dele agora! Eu vou quebrar essa p... dessa televisão! Vou quebrar essa p... na tua cabeça!” (Mulher B).

Ora associa-se a uma impossibilidade de escolha, por dependência financeira e/ou emocional, mas ambas depositam apenas na mulher a responsabilidade por estar numa situação de violência, seja por ter buscado um parceiro violento, seja na posição da vítima produzida socialmente, que confere legitimação moral e reconhecimento (SARTI, 2011).

Mais adiante a mulher E reflete novamente:

Gosta em termos, porque tem mulher que fica naquela relação, achando que o homem vai mudar, mas a gente sabe que o homem nunca vai mudar. Você tem que se libertar disso (Mulher E).

Depende, tem mulher que apanha por falta de opção como foi o meu caso, quando você tem medo de sair daquilo ali, você vai sofrendo um certo tempo, como eu. Eu pensei que fosse ser só uma vez, mas depois... hoje em dia que eu não quero, se um homem me bater vai ser só uma vez, nem que eu seja presa, porque eu tacho uma coisa nele, uma água quente no ouvido, uma faca. Tem mulher que gosta né? Não sei, depende. Meu pai batia na minha mãe, mas eu não me lembro. Ele morreu eu tinha 6 anos (Mulher D, 34 anos).

A resposta abaixo marca a afirmação daquelas que, embora se excluam, admitem a possibilidade de outras mulheres gostarem, como uma justificativa plausível para que estas se mantenham em relações violentas.

Algumas gostam. Algumas provocam até a pessoa querer bater nelas. Eu não acho que eu faço isso. Porque dentro da minha casa se dá o seguinte: eu coloco o copo ali, aí alguém passa, esbarra e quebra o copo e eu vou apanhar por causa disso? (...) Da última vez, foi exatamente isso, ele ficou nervoso porque eu emborquei o copo e ele já tinha bebido naquele copo e quis me bater. Eu não vejo lógica nenhuma disso (Mulher B, 41 anos).

A questão geradora da entrevista narrativa gerou para a Mulher A uma reação de afirmar com ênfase para si mesma, o quanto ela não aceita a agressão física, que de fato nunca vivenciou, o que não a impediu de viver inúmeras situações de violência psicológica.

Eu não gosto não! Eu não gosto de apanhar! Não gosto mesmo, não gosto. Não gosto. Porque eu apanhei muito da minha mãe. Do meu pai só me bateu uma vez, mas eu não gosto de apanhar. A gente vai empurrando com a barriga até enquanto dá. (Risos) Quando não dá aí a gente larga, no meu ver é assim, mas eu não gosto de apanhar. Não gosto não. Sabe por quê? Eu não gosto de apanhar porque eu sou assim... ele fala: abaixa a cabeça... Eu não abaixo! Eu vou em cima, não quero nem saber. Não gosto de apanhar, não gosto não... risos (Mulher A, 66 anos).

O trecho abaixo exemplifica a ambiguidade da questão que trata da operação combinatória particular em cada relação de violência a ser considerada, conforme já abordado no capítulo 1.

Essa frase pra mim é uma faca de dois gumes, porque tem mulher que parece que gosta de apanhar mesmo, fica presa na mão de homem. Se você falar ela ainda acha ruim. Tem mulher que vive a opressão do homem, ela depende, pela casa, porque não trabalha, não gosta de trabalhar. E só ela que pode dizer. Eu acho que é alguma coisa que você traz da sua infância, ou você viveu isso, ou você viu seu pai bater na sua mãe... é alguma coisa que você traz... e pra mim isso é uma relação doentia. Porque eu não consigo fazer amor com um homem que me bate. Na minha família foi tudo isso, eu vi, era faca... meu pai quando brigava com a minha mãe tacava ela na parede. Uma vez eu apanhei porque fui chamar a vizinha. Eu não aceito isso pra mim, apanhar de um homem, homem tem que me tratar bem.

Aí tem gente que fala, “mas aquela mulher apanha, apanha e não larga aquele homem. Eu digo, gente, eu não julgo, ali por trás tem alguma coisa: ou a mulher é sozinha, não tem família, ou ela tá carente e precisa se apoiar em alguma coisa. Então ninguém pode olhar pra ela e dizer tá errado, entendeu? (Mulher C, 35 anos).

A questão a ser observada é que as respostas fornecidas pelas mulheres, não questionaram a violência praticada pelo parceiro, ou seja, a participação masculina na violência está introjetada como habitus (BOURDIEU, 1972) naturalizada de tal modo que se espera alguma variação na reação feminina. Evidencia-se um raciocínio que remete ao paradigma da dominação masculina (BOURDIEU, 2002), que divide homens e mulheres em níveis hierárquicos e confere privilégios aos homens. Está explícito aqui o questionamento sobre a reação da mulher, mas não o(s) questionamento(s) sobre atitudes violentas exercidas por um homem na relação conjugal atribuindo as mesmas à sua inerente virilidade. Este padrão dual da virilidade masculina e da delicadeza feminina, torna-se uma armadilha para ambos e reconhecê-lo é o primeiro passo para criar mecanismos no sentido de sua modificação. Conforme explorado nos capítulos anteriores, trata-se de reconhecer que, em algum nível, há o elemento da parceria, da relação que inclui dois pólos ainda que esteja marcada pela desigualdade entre as forças (GREGORI, 1992; SOARES, 2012).

3.5 A presença masculina em casa

A figura masculina em casa corresponde aos papéis idealizados da família pensada, predestinando ao homem o lugar do provedor e à mulher ao lugar da cuidadora (SZYMANSKI, 1992; CARRARA, 2010b). Uma família forjada nestes moldes transmite uma mensagem para o contexto do qual faz parte. Significa que naquela casa existe uma mulher de respeito (SARTI, 2005). Os outros homens interpretam o código que distingue o homem mais forte – ou de família, uma vez que família é um valor positivo numa favela – dos mais fracos (ou dos pequenos homens WELZER-LANG, 2001), portanto, aquela mulher tem ‘dono’ e precisa ser preservada.

Para as mulheres, embora muitas exerçam a função de prover concomitante à função de cuidar, e ainda que suportem situações de violência no âmbito privado, estaria a família correspondendo ao ideário coletivo. Conforme a análise

de Bourdieu (1989) seria o preço a pagar, o passaporte dos códigos e valores do espaço social. O cacife para jogar no campo, correspondendo ao habitus de classe.

A presença masculina coibiria, regularia até o impulso lascivo de uma mulher sozinha. As afirmações descritas abaixo correspondem a essa expectativa. Referem-se à convivência com o homem da casa, como alguém que transmite segurança (SARTI, 2005). A importância dele perante a comunidade, que por sua vez, observa e julga.

Eu aprendi isso: quando você tem um homem, você é casada, você é mais respeitada, ninguém mexe contigo. Quando você é sozinha, todo mundo quer fazer graça, quer humilhar, quer abusar, quer fazer e acontecer, principalmente vizinho. Muitas mulheres acham que você quer tomar o marido delas, entendeu? Qualquer homem que vai na sua casa, um pedreiro, você ta saindo com ele, você fica mal vista perante a comunidade. Você não tem respeito, só quando você tem um homem (Mulher C).

Essa mesma entrevistada narrou numa reunião do antigo grupo reflexivo, que após a sua separação, usuários de crack estavam armazenando drogas nas brechas do seu muro porque deduziram que não seriam descobertos e importunados. Eles sabiam que não havia um homem lá para impedi-los. A situação só foi sanada quando ela recorreu aos traficantes por sua intercessão ratificando o capital cultural destes agentes naquele campo (BOURDIEU, 1983).

Na transcrição abaixo nota-se que ainda dentro dos códigos masculinos, esse homem pleno da sua virilidade não está cerceado de viver relacionamentos paralelos, desde que ele ‘faça bem feito’, de modo que não fragilize o respeito do seu lar. Para esse homem, que provê, que protege e impõe respeito, que exerce sua boa autoridade (SARTI, 2005), ele merece ser obedecido.

(...) ele me respeita. Nunca trouxe problema, se ele fez, fez longe de casa e fez muito bem feito. Nunca recebi telefonema de mulher falando gracinha, nunca mulher nenhuma debochou da minha cara ou falou gracinha pra mim no meio da rua. **Eu ando na rua de cabeça erguida. Nunca me desrespeitaram aí na localidade e isso pesa muito. Por mais que ele tenha esse lado ignorante, ele me respeita nesse ponto.** O único problema dele é esse: mandar demais, achar que por ele ser o homem, eu tenho que fazer tudo que ele quer, vinte e quatro horas por dia (Mulher B).

Tem homem por aí que quer se aproveitar da gente quando a gente fica sozinha. Eu só descobri agora das coisas que ele fez. Se eu descobrisse na época, já tava separada há muito tempo, não queria nem saber, tava divorciada, tudo... Agora como vou ficar sozinha, porque irmã não vai ficar de companhia para gente (Mulher A).

Ele era um ótimo pai. Queria dar um padrão pros filhos dele... Tinha uma vida confortável (...) A gente tinha as coisinhas, nunca passamos... só que agora eu

fiquei sozinha. Ele sempre foi calado. Se tivesse algum estresse, algo que ele não gostasse, aí ele me batia, desde novinha, ele era ciumento, não gostava que eu usasse roupa curta, não gostava que eu falasse com outros homens. **Ele era muito ciumento, mas ele também nunca me largou para ficar com mulher nenhuma. NUNCA!** (Mulher D)

3.6 Relacionamentos: dinâmica, enfrentamentos e resistências

O início do relacionamento configura a combinação de muitos elementos. As narrativas descrevem a presença de carinho, paixão, expectativas supridas, sedução, insegurança, avidez.

É... 9 anos. No primeiro ano, tudo uma maravilha, muito bom. Apesar de ele ser usuário né? Mas ele era usuário de maconha. Depois do primeiro ano, tive a primeira gravidez, veio o (pronuncia o nome do primeiro filho). Até os dois anos dele, tava muito bom (Mulher C).

Pra mim ele era muito bom. Na época era muito bom. Até uns 5, aliás uns 10 anos era muito bom. Fazia tudo pra mim, fazia tudo (Mulher A).

No conjunto dos sentimentos abstratos, o momento do engate (FERRER, 2011) pode assentar-se também em fatores determinantes originados por valores e crenças, pela posição ocupada no campo (BOURDIEU, 1983) de pertencimento ao contexto.

Foi assim, a gente morava numa comunidade, os dois juntos. Aí eu vi ele lá parado lá naquela vida dele, aí eu descobri ele assim. Sempre quando eu descia e subia, ele me paquerava e eu paquerava ele. A gente ficou se conhecendo, se gostando, aí ficamos juntos, **aceitei a vida que ele levava...** Amava ele demais. Amei ele 19 anos. Eu tinha 13 e ele 12. Eu saí com um cara antes, mas ele foi o único que eu amei de verdade. Não desisti do amor dele por nada (Mulher D).

No começo, era muito... Ninguém faz quatro filhos sem gostar. Muito tesão. Muito ciúme. Durante uns seis anos, eu gostava muito. Eu tinha muito ciúme, eu perseguia ele. Eu ia atrás dele de madrugada. Já rodei muito de madrugada, atrás dele (Mulher B referindo-se ao seu primeiro casamento).

O trecho abaixo ilustra como o início pode configurar a oportunidade de mudanças (FERRER, 2011). A influência em torno da expectativa do matrimônio, adicionado à ideia de proteção, apoio moral e econômico.

Em três meses de namoro, eu estava grávida (...) Foi quando a gente foi comprar as alianças. Eu passei mal. Ele me levou para o hospital. Aí, eu fiz um exame de sangue. Aí, constatou que eu estava grávida. Aí, veio um grande processo. Eu não gostava dele! Não sentia nada por ele. Sempre foi o meu primeiro namorado, o pai do meu filho. Até hoje. E ele ainda gosta de mim até hoje, mesmo ele tendo um outro casamento e eu também. Aí, o que aconteceu? Aí, ficou aquela dúvida: quem é pai? (pausa reflexiva) Mas realmente foi o (pronuncia o nome do namorado). Não tinha assim, um gostar. Aí, eu fui meio morar com ele, por obrigação, porque eu já

tinha o (pronuncia o nome do primeiro filho), eu trabalhava e morava de favor na casa dos outros (Mulher E).

Destaca-se ainda o sentimento de ter sido escolhida:

O (pronuncia o nome do companheiro) era marido de uma vizinha minha. No começo não tinha interesse nele não, ele que me perturbava muito. Mas eu assim, não dava aquela confiança que ele achava que merecia. Era mais as minhas primas, minha irmã, que paqueravam muito ele, por ele ser um preto muito bonito. (...) Até que elas passaram a mexer com ele e se esconderem e ele achar que era eu. Aí quando foi um dia ele me parou eu falei: “não sou eu não! As minhas primas mexem contigo e se escondem. Agora você acredita se você quiser!” E saí andando. Só que eu tomei umas cervejas, aí tinha uma cunhada minha que era muito interessada nele na época, mas era mulher do meu irmão. Aí eu tinha tomado umas cervejas com ela, ela marcou um encontro pra mim com ele, e só depois me falou que tinha marcado o encontro (risos). Eu acabei indo. Aí tá rolando desde então. Ele separou da mulher dele, eu já era solteira, já tinha separado do pai dos meus filhos. E estamos juntos até hoje (Mulher B).

Eu tinha 15 anos de idade, foi no baile funk, uma amiga minha se interessou por ele, mas ele se interessou por mim, aí acabou eu ficando com ele e ela ficando com o irmão dele (Mulher B referindo-se ao seu primeiro casamento).

Deste modo, inúmeros são os aspectos constitutivos da atração entre os dois sujeitos da relação, inseridos no universo social ao qual pertencem, em combinação com suas formas de apropriação e reprodução da cultura que os atravessa. Partindo do amor idealizado (CARUSO, 1981)⁶⁴ que busca alguém para partilhar a vida e a felicidade, conjuga-se no dia a dia com as ambiguidades, geradas pelo que se preconiza em termo dos papéis de gênero (GROSSI, 2012; CARRARA 2010b; GREGORI, 1992). Entre afinidades e disparidades, expectativas não correspondidas e entraves na comunicação, resultam brechas que podem facilitar situações de violência.

Ele começou a se afundar no crack, se afundar... não teve mais condições de correr atrás de tratamento, aí começou a perturbar tanto a minha cabeça, que ele via gente entrando dentro de casa. Aí ele foi trabalhar num mercado, aí perdeu o emprego, e todo dinheiro que ele pegava era só droga. Uma vez ele me deu 30,00 pra fazer compra e o resto cadê? Eu fui ficando saturada daquilo... falando, falando, falando, e ele dizendo que iria se tratar, se tratar, se tratar e nada mudava. **Eu acho que o erro da mulher numa relação assim, é sempre esperar que o outro mude. Por mais que ele esteja te perturbando, fazendo da sua vida um inferno, você quer**

⁶⁴ Ver CARUSO, Igor. **Separação dos Amantes: Uma Fenomenologia da Morte**. São Paulo, Diadorim/Cortez, 1981. Embora o foco da obra não se detenha no mito do amor romântico, o autor, para abordar seu objeto de estudo, faz uma discussão sobre o amor.

sempre dar uma segunda chance achando que ele vai mudar, mas ele melhora dois, três meses e depois volta pior do que já era. Entendeu? **É só um disfarce porque você fica presa aquilo.** Hoje me faz refletir que fazem **terror psicológico**, mas você se prende ao terror psicológico, porque fica... “se você me largar eu vou te matar”, se você não é minha não vai ser de mais ninguém e **você fica naquela esperança...** (Mulher C).

Interessante observar na narrativa acima que “o terror psicológico” e “a esperança que ele mude” são reconhecidos como um binômio. Dois fatores geradores da mesma equação, que neste caso contribuem para a manutenção do relacionamento. Autores que abordam o ciclo da violência⁶⁵, exploram acerca dessas fases (tensão, ataque e lua de mel) que podem se repetir por meses ou anos, com variações de intensidade, que acabam por alimentar a esperança de melhoria da relação com o fim da violência, instituindo um mecanismo de manutenção da relação.

A transcrição abaixo indica uma plêiade de circunstâncias onde o poder, o contrapoder e a violência circularam, estabelecendo a coexistência de vários núcleos de significado para o casal (GREGORI, 1992 e 2003). Na convivência da relação conjugal que estabeleceram, suas respectivas concepções sobre sexualidade, educação, fidelidade, respeito se perpassavam. Ambos vivenciaram o sentimento de solidão e humilhação em momentos distintos, até que redefiniram o relacionamento sob novas regras. Entre suportar calada e enfrentar o marido, anunciando a violência de volta, por meio de ameaças de envenenamento e esfaqueamento situam-se as estratégias de resistência (FERRER, 2011). Desta maneira, é possível não traçar qualquer julgamento porque resolveram reatar o relacionamento, ainda que ela não tenha claro para si, os motivos.

Fui morar primeiro com meu marido, depois que eu casei (...) Depois com as consequências da vida ele... morando junto da família, no quintal da família, ele começou a colocar as mangas de fora. Arrumando mulher... e eu fui me desgastando... ele só não batia em mim, porque eu reagia...

Eu ia abrir ele com a peixeira de cima embaixo, eu ia. Eu avisei pra minha sogra: eu vou matar seu filho. A pior coisa é a palavra. Muita humilhação. Perdi 4

⁶⁵ A psicóloga americana Lenore Walker (1979) desenvolveu estudos sobre o ciclo da violência que procuram explicar como a violência ocorre e os motivos pelos quais existem dificuldades em romper com o referido ciclo. Fonte: <http://psicologiaautoestimaebeleza.blogspot.com.br/2012/02/o-ciclo-da-violencia-contra-mulher.html>, acessado em 20/05/2015. Para conferir estudos mais recentes acerca do ciclo da violência contra a mulher por parceiros íntimos ver Côrtes (2012) e Schraiber (2007).

gravidez. Criei um menino dele que a mulher dele morreu, acabei de criar ele. Ele (o marido) batia muito na mãe dele, ele virava o filho, pegava a correia e batia nela. O menino é calado, assistia tudo. Mas comigo quando ele tentou... nunca me bateu. Muita humilhação, a família dele, a mãe dele...

Fui trabalhar, fui trabalhar para ajudar ele pra gente sair dali. Ele não queria. Aos 53 anos eu voltei pro centenário. Com 12 anos vim pra aqui pro Centenário. Fui criada aqui. Eu e o meu marido fomos criados juntos. Você olha pra ele e não sabe. Ninguém diz o tipo de homem que ele é. Ele teve uma amante 23 anos. Vizinha. Eu fiz tudo. Eu ajudava ela. Tirava as coisas da minha casa pra ajudar. Frequentava minha casa. Não sabia. A família dele toda sabia. Eu só soube quando ele cantando, aí de repente ele falou o nome (dela). Aí eu me liguei. Eu falei pra ele assim: “me liguei”. Descobri, mas só depois de 12 anos que eu descobri assim, na conta de luz no nome dele.

Você!! Se você me deixar, um homem igual a mim, você não arruma. Às vezes eu não gosto nem de lembrar assim. Aí eu fui trabalhar fora. Catava latinha, catei latinha!! (chora, fica em silêncio). Eu juntava jornal, pra comprar pra mim, ter as coisas pra mim. Ele não dava nada.

Gente o que eu vou fazer? Eu já na certa idade, ele falou: “você não vai arrumar emprego”. Eu falei: “eu vou! Eu vou arrumar... sempre trabalhei.” Trabalhei numa lanchonete aqui na frente. As pessoas perguntavam: “o que a Sra. tá fazendo aí?” “Tô trabalhando!” Eu trabalhei na (cita uma empresa de limpeza urbana) em Nova Friburgo, 4 meses de carteira assinada. Trabalhei, venci. Graças a Deus. Mas também ele ficou andando, andando com a mulher! Perambulando pela rua. Aí eu fui morar nessa casa.

(Ele) tem muita culpa, muita culpa, vez em quando ele fala as coisas comigo. Eu falei: “agora eu não de preciso de você. Preciso de Deus, de você não.” Tenho aqui (refere-se ao PRL). Graças a Deus! Agora eu posso tudo e ir embora. Eu só não vou porque eu ajudei muito ele a conseguir o que ele tem, nós temos. Por isso que eu não deixo. Eu falei pra ele: “você vai dividir tudinho que é meu, tudo que eu tenho direito.”

Não sei por que que nós voltamos, porque ele... muita gente fala: “Por que você voltou?” Não sei! Eu gosto de sair, de ir paras minhas irmãs. E não é amor não! Não é amor, eu sei lá eu fiquei esquisita. O bom é que ele não me deixa faltar nada. É isso, companhia! É isso! Eu acho que eu fiquei com ele para não ficar sozinha (Mulher A).

Após descobrir a situação de traição por 23 anos, ela estabeleceu como estratégia de enfrentamento:

Pra eu não fazer nada com ele, quando eu descobri tudo, eu fiz assim: “você vai sair daqui da minha casa.” Botei ele pra correr daqui. “Se você não sair eu vou colocar veneno na sua comida.” Se ele voar em mim, o que eu tiver, eu jogo nele. Eu jogo! Jogo! Já joguei. Ele voltou pra mim porque ele quis. Ele rodou, rodou, e eu falei pra ele do meu jeito que eu queria. A gente fala certas coisas, mas eu vou em cima, eu bato de frente (Mulher A).

Em outro momento da entrevista ela volta ao assunto com tom mais reflexivo:

Dá vontade às vezes de sair, andar. Eu já fui para Quissamã, já fui para Juiz de Fora, passei 5 dias. Pra espairer a cabeça. Mas eu penso tudo, das coisas que aconteceram no passado. Fica vindo um filme na minha frente aí eu vou andar e depois eu volto aliviada, com a alma aliviada. Sinto saudade do filho, de neto, aí eu

volto. Agora, por enquanto, tá melhor. Mas quando (ele) fala certas coisas dá vontade de andar (Mulher A).

A narrativa da Mulher C abaixo ilustra, no bojo da dinâmica do relacionamento com o seu companheiro, a capacidade de resistir, discernindo entre a estratégia de enfrentamento a ser adotada. A hora de estabelecer um limite e o momento de aceitar o limite imposto pelo parceiro. O silêncio, a contenção, a supressão das emoções para se evitar o conflito (FERRER, 2011):

(...) eu não dava muita confiança. Eu tinha que sair pra rua. Quanto mais tempo eu ficasse na rua era melhor. No dia que ele tava agitado, tava drogado, geralmente era de madrugada, ele achava que tinha gente dentro de casa, falava, falava, eu deixava ele falar, depois dizia acabou? Não tô a fim de discutir, volta pra rua, ele voltava. Então, quando eu via que ele tava muito assim, eu não discutia (Mulher C).

Ela avalia no conjunto das formas possíveis e acessa a estratégia que lhe parece mais apropriada. O momento do revide, do confronto, partindo em defesa própria ou dos filhos. Sustentada nos estudos de Ferrer (2011), observa-se que nesta fase do relacionamento o casal já vivencia a consolidação, ou seja, com a violência instalada, a mulher experimenta níveis de poder:

Ele começou a trazer uns amigos para fumar no quintal. Eu acordava às 6 horas da manhã com aquela falação. Aí eu levantei, tirei a calcinha, coloquei só o short do babydoll, sem sutiã e fui tirar roupa da corda, sem calcinha e sem sutiã. Quando ele viu! ainda enfiei o short bem no... quando ele viu que eu tava pegando a roupa e começou: “vamos embora todo mundo, vamos embora que essa mulher ta maluca!” “MALUCA NÃO, EU NÃO FALEI PRA VOCÊ QUE EU NÃO QUERO NINGUÉM NO MEU QUINTAL? MINHA CASA NÃO É BOCA DE FUMO! BATE POLÍCIA AÍ VAI TODO MUNDO PRESO E EU AINDA PERCO A GUARDA DAS MINHAS CRIANÇAS!” (Mulher C).

Eu falei, pode me bater, mas bate mesmo, não me deixa levantar, porque se eu levantar vai ficar ruim pra você. Por que você tem que me peitar na frente dos outros? E eu peitava mesmo porque, muitos falavam que meu erro era peitar, mas se não, eu iria apanhar dia e noite. Então eu não dava mole para ele, não dava não. Da última briga ele me deu um soco que eu fiquei um mês com dor. A gente saiu no tapa, agarrei no peito dele arranhei, a gente só não rolou no chão porque eu tava com a bebê no colo (Mulher C).

O (pronuncia o nome do filho mais velho) brincando colocou fogo na casa, ele tinha três aninhos. Ele levantou na ira para bater no menino, ele pegou uma correia, mas bateu na minha perna. Eu segurei e não deixei. Falei que o culpado era ele porque o menino é pequenininho. Errado é ele que ficava ensinando. Ele pediu desculpas. A moça da igreja me repreendeu, falou que eu não deixava ele educar o meu filho. Mas com a força de um homem, aquela correada nas costas de uma criança iria arrebentar o pulmão do meu filho! (Mulher C).

Outro exemplo de estratégia de resistência em nome dos filhos:

As crianças dentro de casa que ele não mexia com as crianças. Nem chegava perto. Acho que se ele mexesse com as crianças eu conseguiria pegar aquela faca da mão dele e furar ele. Com meus filhos não admitia, eu protegia. (risos) Até hoje se precisar eu viro uma fera! (risos) (Mulher B).

Nas palavras da Mulher D é possível notar que a violência circulava no relacionamento como uma linguagem (GROSSI, 1998; GREGORI, 2003). Ele era calado. Tinha o dia do ‘ovo virado’, a situação do vício, era só não estressá-lo muito. Ela o amava e tinha a sua lealdade – porque ele não olhava para os lados, nunca paquerou suas vizinhas, nunca a trocou por ninguém, a desejava tanto que batia – ambos se pertenciam. A intensidade do relacionamento era medida pela paixão e pelo confronto. Com o decorrer dos anos as estratégias de resistência vão se modificando, atravessadas por uma desistência/desinteresse do relacionamento: do confronto passaram ao silêncio.

Em muitos casos depara-se com uma situação limite – que inclui a exacerbação da violência, a preocupação com sua integridade física, ou com a integridade física e emocional dos seus filhos – que age como um dispositivo de energia necessária para romper o relacionamento (FERRER, 2011). Quando ela percebe que o parceiro não vai mudar, é a hora em que busca recursos externos para auxiliarem no processo de saída. No caso da Mulher D observa-se que apesar do desapego gradual, os sentimentos de culpa, pressão dos familiares, o peso da história (19 anos desde a adolescência), combinados com a ideia de um possível homicídio, mantiveram-na no relacionamento, que só findou-se com o assassinato do parceiro.

Não lembro a primeira vez que bateu, mas foi nova, bem antes do primeiro filho. Eu encarava ele também. Muito! Eu caía pra dentro dele, ele caía pra dentro de mim (Mulher D).

Em mim ele batia, me deixava roxa, me deixava marca. Ele tava drogado, ele batia, uma vez ele viu um homem em cima de mim e eu dormindo. Ele apertou o meu pescoço, quando eu olhei no espelho, eu disse: “olha o que você fez comigo!” “Infelizmente, eu vi um cara em cima de você!” Não tinha cara nenhum. Ele pegou a pomada. Eu compreendia, porque a droga que fazia isso, entendeu? Eu ficava triste! Portanto que quando ele morreu eu vou ser sincera, eu não amava mais ele (Mulher D).

(...) brigava mais depois do nascimento dessa última menina. Eu já tava assim cansada de tanto apanhar. Eu não queria mais ter relação. A gente tinha uma

historia, três filhos, ele achava que eu iria me separar dele, que eu tava muito gorda. Ele me botava pra baixo, dizia “você ta gorda, ninguém te quer”. Eu ficava chorando. Rezando e pedindo a Deus que me tirasse daquela situação. Vou te dizer assim: eu chorei muito quando ele morreu, eu não queria perder ele assim, não queria que fosse dessa forma, queria que a gente separasse e fosse amigo. Ele pra lá eu pra cá. Senti muita falta dele como marido e como pai, mas pra morar não queria mais. Queria que fosse amigável. Mas ele nunca iria aceitar. Eu queria que cada um fosse pro seu lado, deixar pra lá. Ele queria baixar o meu astral. E ele dizia que o dia que eu largasse ele, ele me matava, e matava mesmo (Mulher D).

Eu tenho família pra pedir socorro, só não mora aqui perto, mas a minha mãe amava ele. Admirava ele! Amava ele como genro. Dizia que ele era ótimo pai, ótimo genro, que o que estragava ele era só o vício. No dia que ele tava de ovo virado não tinha ninguém pra recorrer, todo mundo tinha medo dele. Ficava no silêncio, aguentando tudo no silêncio, pedindo a Deus que me libertasse daquilo tudo, mas não dessa forma. Eu boto na minha cabeça que ele procurou a morte dele. Se tu sabe que aqui é uma favela, como tu vai agir daquela forma? (Mulher D).

As histórias narradas pela Mulher B nos seus dois relacionamentos, apresentam traços em comum, indicando um padrão. Ambos os relacionamentos contavam com 11 anos de duração quando experimentaram uma situação limite de violência física exacerbada. Em suas afirmações, B apresenta a violência com um tom naturalizado que remete ao conceito da dominação masculina. Ou seja, uma percepção inconsciente e inerente dos esquemas de apreciação das estruturas. “O primeiro batia. O segundo batia. O terceiro batia. Se eu arrumar o quarto, vai ser a mesma coisa. Então, é melhor ficar do jeito que está.” Esta narrativa representa uma forma de apreensão feminina acerca da violência, um habitus manifestado. Por outro lado a aparente normalidade perante as situações abusivas também corresponde a uma estratégia de resistência, visto que consiste num ato perene de resistir constituído de um esforço constante, porque no fundo ela sabe que sofrer violência não é normal, nem generalizado. Houve momentos em que mobilizou recursos externos.

No primeiro relacionamento:

Pra me defender, no começo, eu corria pra casa do pai dele. A mãe dele me defendia que ela era doente mental, mas gostava muito de mim. Tanto que uma vez, ele foi pra me bater e ela bateu nele. Ou então, eu não deixava nem ele entrar, ele tinha que dormir na casa do lado. Na casa dos pais dele (Mulher B).

Numa situação de agressão com uma faca, que caracterizou clara tentativa de homicídio, B recorreu novamente à ajuda externa:

Era meu aniversário, eu queimando em febre e fiquei deitada o dia todo e ele na barraca, bebendo e jogando baralho e purrinha. Tinha uma menina com aparência

de corpo comigo. Rosto não, que ela era mais bonita. A mulher da barraca viu ela passando de costas e falou, lá vai sua mulher, largou os filhos em casa e já ta indo pra rua. E eu em casa dormindo um sono gostoso que eu tinha tomado um remédio. Tava eu e as crianças. Ele chegou e falou: “você foi pra onde?” “Eu tô acordando agora, você chegou me acordando.” “Você foi e voltou.” “Eu não fui, nem voltei!” Começou a briga... “É hoje que eu te mato.” Saiu de novo, quando voltou bêbado, pegou a faca e eu corri tanto. Acho que eu fui no centro de Caxias e voltei correndo duas vezes naquele dia. Eu corri pra rua, mas ele foi para casa com a faca me esperar. Tinha uns parentes meus dentro do baile, eu cheguei com 5 homens para bater nele. Na hora ele já... (não terminou a frase) “Faz mais isso não hein?!” (Mulher B).

Até o dia em que reagiu com seus próprios recursos e agrediu fisicamente o companheiro:

Aí voltando do serviço ele brigou porque eu tinha que ter comprado um (marca de cigarro) para ele. Eu falei que ia pagar a cerveja porque eu também tava com vontade de beber, mas eu não tenho obrigação. Ele achou que estava me sentindo melhor do que ele e começou a me bater no meio da rua. Fizeram rodinha para ver ele me bater. Aquilo foi me dando uma agonia. Me deu nervoso. Eu tava de saia, ele me deu uma banda para eu cair. Todo mundo viu meus fundos. Para mim foi o fim do mundo. Eu levantei com dois tamancos na mão. Eu dei tanto no ouvido dele que ficou purgando. No fim, dei um empurrão nele, ele caiu no asfalto. Era para ele ter sido atropelado. Era para ele morrer mesmo. Que na raiva, você não quer saber. Você faz o que der para fazer mesmo. Depois desse dia ele não me batia mais, porque quando ele vinha, eu também batia nele. Aí, eu vi que eu tinha força para enfrentar ele, ainda mais ele bêbado. Ele batia mas eu dava. Às vezes, eu saía na desvantagem, às vezes, ele saía na desvantagem. Porque homem tem mais força. Às vezes, não dava. Mas olha, eu sofri muito (Mulher B).

No segundo relacionamento observa-se novamente um conjunto de comportamentos à guisa de um padrão: tom naturalizado às situações de violência que novamente podem significar resistência (FERRER, 2011) e incorporação de um habitus (BOURDIEU, 1989). Ao mesmo tempo caminha para o enfrentamento.

Eu já aprendi o macete. Eu deixei ele falando sozinho. Ele grita e eu fico na minha. Quanto mais você falar mais ele vai pegar no seu pé. Então, eu canto, fico jogando um monte de joguinho legal no meu celular, finjo que não é comigo. Vou para cozinha fazer a minha janta. A pressão dele vai a 20, vai a 18. A minha está normal, eu não vou enfartar por causa de ninguém. Não falo nada, porque se eu falar é pior. Uma vez eu quase enfiei a faca nele. Eu tenho mais medo de mim do que dele. Se eu quisesse matar eu já tinha matado. Porque uma vez eu botei a arma na cabeça dele, e ele dormindo. Tambor cheinho. Engatilhei e botei. E se eu quisesse? (Mulher B).

Curiosamente, durante a realização da entrevista, seu companheiro ligou duas vezes para saber onde ela estava e o que estaria fazendo. Ela omitiu as informações, administrando o tempo e alegando que estava nos lugares de

costume do seu cotidiano. Indaguei se ela queria interromper, se ele poderia chegar de repente, se tudo isso não poderia prejudicá-la. Ela respondeu que estava tudo tranquilo. “Ih, nem tudo se fala pra marido não garota!”

Algumas semanas antes da realização desta entrevista B havia sofrido nova agressão com um pedaço de madeira no seu ombro, formando um edema que necessitava de cirurgia para remoção. No momento da briga, que se deu em casa, os vizinhos acionaram o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e incentivaram que ela registrasse boletim de ocorrência contra o seu parceiro. Diante da sua negativa ela tem experimentado represálias da vizinhança na forma de comentários pejorativos e distanciamento.

Segundo suas próprias palavras, existe o momento em que ela desiste. Reúne suas forças e sai. No final do primeiro relacionamento, com seus filhos ainda pequenos, ela foi morar com a mãe e trabalhar como diarista. Rompeu com o parceiro, mas permanece na vivência de situações de opressão nos relacionamentos conjugais. E se pergunta qual seria a sua participação nessas situações.

Eu sei que tem uma época que eu vou enjoando, vou enjoando, junto meus panos de ‘bunda’... e vou embora, que nem eu fiz com o pai dos meus filhos. Peguei minha roupa, ‘garrei’ meus filhos. Olha como eu saí, as bolsas de roupa, quatro filhos e pendurei tudo na bicicleta (Mulher B).

Ele me traía muito e eu pra me vingar traía também, virou!, eu sabia dele e ele acabou sabendo de mim também. Eu já não tinha mais respeito nenhum, quando ele vinha falar na minha cara, eu falava assim: você é corno! Se tornou uma falta de respeito. Quando acaba respeito acaba tudo! No final de tudo ele até achou de me pedir pra continuar com ele. Até me aceitava até traindo ele. Acho que foi a gota d’água! Porque eu achei que ele não era mais homem! Como é que um homem vai ficar com uma mulher, que ele aceita ela fazendo aquilo... sei lá! (tom indignado) eu não aceitaria. Se meu marido vem pedir a separação e eu aceito ele saindo com a fulana, cicrana e beltrana. Ele queria que continuasse nós dois casados, mas se eu quisesse sair com alguém poderia... ele também né? Deve ter pensado isso, só não falou (Mulher B).

Evidencia-se no trecho acima, o papel de gênero designado ao masculino. Pautado no conceito de habitus e dominação masculina naquele contexto da favela da Mangueirinha, a suposta proposta de um relacionamento aberto, configurou-se uma falta de respeito, ao contrário da traição ‘bem feita’ e discreta, ferindo o habitus de classe (BOURDIEU, 1979 In: PREUSS, 1995).

Referindo-se ao primeiro companheiro:

Pra mim é um estranho. Da última vez que eu vi ele, é como se tivesse passando alguém ali. (faz gesto apontando o outro lado da rua) Fiquei assim olhando... Gente, eu tive quatro filhos com esse homem? É verdade mesmo? A pessoa se torna insignificante na sua vida. E você conhecia ele há 300 anos, porque ele era o seu vizinho. Não tem aquele vizinho que você mal dá um bom dia ou boa tarde? Se eu ver ele, é isso (Mulher B).

De vez em quando eu me pergunto, eu me pego falando sozinha. “Gente, será que é minha sina? Eu que gosto?” Não sei (risos) (Mulher B).

A dinâmica do relacionamento da Mulher E, constituiu-se a partir da sua iniciativa. Na forma de sociabilidade de um bar, apresentados pelo garçom que o confundiu com um estrangeiro devido a sua aparência física, ela ‘habituée’, ele tentando marcar sua presença no local, observando o movimento das pessoas, oferecendo bebidas, assim se conheceram, em princípio, despreziosamente. “Foi amor de carnaval!”

Para uma jovem mulher dotada de beleza e ‘savoir faire’ que já acumulava algumas experiências no campo dos relacionamentos afetivos-sexuais, B narra sua história com o tom de quem ocupa um lugar de dominação. Contudo, o decorrer da sua entrevista apresenta também uma jovem romântica que desejava construir uma família para seu filho. A sedução se fazia presente em ambas as partes, pois ela não correspondia ao estereótipo da mulher passiva, e ele representava uma oportunidade de suporte moral e econômico.

Aí, eu fiquei grávida, aí fomos avisar aos pais dele. (...) E a minha sogra falou que era para tirar, que ela não aceitaria porque eu já tinha dois filhos. Porque o filho dela merecia uma mulher que não tivesse filho. Aí, ele falou: “Não! É dela que eu gosto. É com ela que eu quero ficar!”

Só que uma coisa que eu não entendo até hoje, ele teve já várias namoradas, e ele teve quatro mulheres que engravidaram dele e ele pagou para tirar. A mim ele não ofereceu (Mulher E).

Ele alugou uma casa. Ele só tinha o rack e a televisão. Aí, a gente foi e comprou uma geladeira. Me lembro como se fosse hoje. Comprei uma cama de casal. A mãe dele deu a cômoda que era dele. E o armário também que eu descobri que ele tinha. Era uma casa desse tamanho com pouca coisa. Aí, dali a gente se mudou mais pra cima, aí eu tive a Ana Clara, fiquei amiga da minha sogra. Mal sabia que ela era. Aí, o Nelson arrumou um serviço. A gente tinha que comprar o enxoval da (pronuncia o nome da filha do casal) Aí, compramos um vestido para ela. Ela é o xodó. Ela vestida de princesa (Mulher E).

Quando a violência se instaura a partir do desentendimento com a sogra, tendo uma amiga como pivô, é possível perceber que as cenas seguem um roteiro. São disparadas por motivo de desconfiança e ciúmes, ele acredita que as duas

jovens juntas estão se relacionando com outros rapazes da localidade. Alude ao período em que ela trabalhou como garota de programa e ela revida com agressões verbais e físicas.

Nelson bebeu e disse que eu estava falando com ela (a amiga). Aí, ele me deu uma surra. Ele nunca me bateu. Ele pisou na minha garganta. Eu estava grávida de novo e ele fez eu perder o bebê. Pode me bater que eu não vou ficar sem ela. Entre ela e você, eu escolho ela!”

Depois disso, eu parei de falar com a minha sogra por causa da (nome da amiga). E eu vou te falar de novo, se eu tiver que escolher entre você e a (amiga), eu escolho ela, pois estava comigo nos piores momentos da minha vida. Minha relação com ela é igual a um casamento, só que eu não tenho pinto e não vejo ela como homem. Você sempre vai perder para a (amiga). Primeiro meus filhos depois ela (Mulher E).

A situação entre os dois se prolonga sempre tendo o mesmo motivo porque o companheiro a ameaça com a ideia de que se ela for embora perderá a guarda dos filhos. Argumento este que tem forte influência sobre a Mulher E. Seu primeiro filho passou a residir com o pai, muito recentemente. A casa é da família do companheiro. Juntos tiveram mais dois filhos e ainda existe a história da filha que ela permitiu ser adotada pela madrinha. A trajetória da Mulher E com seus filhos encontra ressonância nos estudos de Badinter (1985) em sua obra “Um amor conquistado: o mito do amor materno”. A Mulher E experimenta diferentes sentimentos em relação aos seus quatro filhos. O primeiro é o filho do homem que representa o amor da sua vida. A segunda filha, nascida do relacionamento com o um homem mais velho foi entregue aos cuidados “de papel passado” para a madrinha. A criança vive bem, sob os cuidados dedicados de uma mulher que não pode gerar filhos, mas para a Mulher E sua figura de mãe, ficou abalada, pois seu comportamento foi equiparado ao abandono. Sua busca por um casamento dentro dos padrões sociais que o entendem como o lugar da felicidade e da ternura (BADINTER, 1985) se deu no sentido de construir uma família idealizada (ou pensada nos termos de SZYMANSKI, 1998) para seu filho mais velho. Com o atual companheiro, chegou mais um casal de filhos. O roteiro das agressões físicas e psicológicas se alimenta da forte crença para ambos, de que a Mulher E não terá competência material e moral para criar os filhos.

Porque o (nome do companheiro) sempre falou que eu posso ir embora, mas no dia que eu for, o (filho mais velho desta união) e a (filha mais nova desta união) ficam! A casa é da minha sogra, meu cunhado trabalha de carteira assinada, minha sogra tem casa própria no morro. O (nome do companheiro) vai alegar que mora com a mãe dele. E eu vou alegar o quê? (Mulher E).

Agora ele não vem não, é mais agressão verbal. Só que palavras doem mais do que um soco. Quando ele vem muito agressivo, eu grito mais alto do que ele. Ele detesta que fale alto. Eu sou estressada. Eu sou brava. Aí, ele pára. A pessoa para ficar comigo tem que relevar muito. Eu fico com raiva. Ele diz: “se as coisas não estão do jeito que ela quer, ela faz um escândalo”.

Eu joga as coisas na cara dele. Eu enfiei um espelho nele. Para chorar a minha mãe, chora a mãe dele primeiro (Mulher E).

E teve uma vez que eu quase matei. Ele me traiu. A mãe dele viu e não me falou nada. Eu fiquei sabendo. Quando ele foi dormir, bêbado, e bêbado não sente nada, eu amarrei ele, coloquei a meia na boca dele, igual aqueles porquinhos e taquei fogo no quarto. A (nome da amiga que interrompeu a situação) sentiu cheiro de queimado e chamou três vezes. Como eu não atendi, ela abriu a porta. Ele ia morrer. Ele fez de novo (referindo-se a nova traição) Aí, eu fui, esperei ele dormir, tranquei a porta, amarrei ele e botei a mesma meia na boca dele e furei as costas dele com uma tesourinha e um alicate (Mulher E).

Baseada nos estudos de Gregori (1992) é interessante observar que as cenas de brigas entre os dois não remete a busca de um entendimento, de um equacionamento das tensões existentes. Existem motivos-chaves da parte dele: desconfiança e ciúme, que ele combate incidindo diretamente na concretização da sua fragilidade, os filhos. Estes motivos são panos de fundo das réplicas e trélicas de ambas as partes. Por sua vez, E não se assume como uma vítima, ao contrário, apresenta suas formas de enfrentamento. Não há lugares essencializados (SANTOS e IZUMINO, 2005) neste relacionamento.

Agora quem manda naquela casa sou eu, porque eu trabalho, eu sustento, então quem manda sou eu. Consegui o bolsa família. O (nome do companheiro) abandonou os estudos. Ele podia ser mecânico da Marinha. Hoje, ele é quebragalha lá no morro. E agora ele é alcoólatra mesmo.

A última briga que nós tivemos, mandei amarrar ele. E foi por causa da (amiga). A mulher quando não tem carinho em casa, ela busca na rua.

Eu me apeguei a um cara aí. Eu cheguei à conclusão de que homem não presta. Mas desse eu recebo carinho, ele me dá atenção. É o meu mototaxi. Eu não tenho nada com ele. Nunca transei. Nem beijei. Mas é o jeito de tratar. E esse cara me trata feito um bibelô e em casa mete a porrada na mulher (Mulher E).

No trecho acima também é possível analisar que o trabalho para as mulheres pobres situa-se na necessidade de sobrevivência, mais do que uma expressão da emancipação feminina. Ao assumir tal responsabilidade, há deslocamentos no lugar da autoridade conferindo uma desmoralização para o homem (SARTI, 2005).

Percebe-se ainda que a Mulher E, embora não tenha sofrido violência física por parte do mototáxi, não se opõe ao flerte com um homem que agride a sua

companheira em casa, atestando novamente a naturalização da violência de gênero como habitus (BOURDIEU, 1989). Com um discurso semelhante, a Mulher A, também faz referência ao fato de nunca ter sofrido violência física por parte do marido⁶⁶, ao passo que sua falecida esposa sofria frequentemente, indicando o aspecto relacional da violência de gênero (SANTOS e IZUMINO, 2005).

3.7 Sobre o ato de denunciar

Quando o movimento feminista, representado por advogadas, profissionais do campo da saúde e das ciências sociais, se encontra pessoalmente com mulheres em situação de violência, por meio dos atendimentos em serviços como o SOS Corpo e o SOS Mulher e posteriormente com as DEAMs, inicia-se uma prática que se deu ao longo dos anos 1980 e 1990 de prestação de serviço no âmbito do apoio, do acompanhamento e da conscientização.

Não obstante a importância desta atuação à época, inaugurando um campo de reconhecimento e enfrentamento da violência contra a mulher (neste sentido cabe mais uma vez o ‘campo’ nos termos bourdieusianos, com visíveis relações históricas estabelecidas entre os agentes), existe um legado compartilhado por parte dos profissionais que atuam nas situações de violência que ainda orbita na ideia da conscientização como um veículo de libertação da opressão masculina.

A denúncia contra um parceiro violento corresponde ao dispositivo que dá início a este movimento de saída. Entretanto o ato de denunciar o companheiro pode carregar outras motivações. No grupo de mulheres entrevistadas, duas delas se pronunciaram a respeito.

Eu assim, não dei parte, porque não adianta! Você vai lá, dá parte, faz BO, exame de corpo e delito. Tu sai de lá o cara te mata! **Isso porque ele não pode chegar nem, vamos supor... 500 metros perto de você. Adianta? Ele vai na sua casa, ele te mata.** Ele não vai preso. Agora se tivesse uma medida que o cara fosse preso... ficasse lá por aquilo que fez. **Quantas mulheres tão morrendo? A já tinha um BO, dois BO...e morreu.** Eu também não vou dar parte porque não vai adiantar. Da minha parte eu acho que se você dá parte, tem que ser uma vez. Se você fica indo, aí mesmo que dá força para ele. Você tem que sair de lá e fazer

⁶⁶ O trecho correspondente a esta afirmação é apresentado no eixo de análise do item 3.6 sobre Relacionamentos: dinâmica, enfrentamentos e resistências, mas repetido aqui: “Ele (o marido) batia muito na mãe dele, ele virava o filho, pegava a correia e batia nela. O menino é calado, assistia tudo. Mas comigo quando ele tentou... nunca me bateu” (Mulher A).

diferente. Você tem que saber muito bem o que você quer. Se não ele vai te bater de novo (Mulher C).

As pessoas me encorajam a denunciar, mas não vai dar nada. **Uma outra mulher dele já fez registro uma vez, não vai mudar nada na minha vida.** Para dar queixa, você tem que ter uma atitude de vez na sua vida. Eu já tô como sem vergonha mesmo nessa história (gargalhadas).

Não sei se vale à pena denunciar, tem a medida protetiva, mas como é que vão saber se o cara vai ficar longe mesmo 200m? Vai ficar alguém com ela o tempo todo? Se o cara se aproximar e matar, eles vão saber? Só se ela falar né? E ela tem que tá viva pra falar, pra ir lá contar. Se eles não tomarem uma medida séria, não vai pra frente, não funciona. Pra mim a única coisa que funciona é a pensão alimentícia, se o cara não pagar ele vai preso, outras coisas não funcionam, um monte de mulher morrendo por aí, estão matando também (risos) (Mulher B).

Ambas as declarações convergem na ideia de que a medida protetiva do afastamento precisa de fato, garantir a sua proposta. E neste sentido observa-se uma demanda por uma interferência direta de um agente externo que ofereça a efetividade da medida. Anterior à criação da Lei 11.340, a busca pelas delegacias especializadas poderia estar revestida de um caráter multifacetado (ROMEIRO, 2009). Muitas são as formas de apropriação de uma lei (MORAES e SORJ, 2009). Conforme exposto no primeiro capítulo, a queixa poderia representar o gerenciamento de uma crise, uma forma de negociação na correlação de forças entre um casal em situação de violência. Ou ainda, uma expressão do quantum, do capital de cada agente no campo de disputas das relações objetivas (BOURDIEU, 1989).

Recorrendo ao pensamento de Bourdieu (1989) pode-se entender que depreende da Lei Maria da Penha uma dimensão estruturante, visto que ela ofereceu algum nível de reorganização do campo das relações de gênero e violência, constituindo-se um recurso para as mulheres que recorrerem à lei. Concomitantemente, ao criminalizar a violência, muitas situações que decorrem da densidade e das contradições das relações sociais e de gênero ficam esquecidas no tratamento judicializante puro e simples (RIFIOTIS, 2008). Medidas como a retirada da queixa somente na presença do juiz e a denúncia de uma situação de violência contra uma mulher efetuada por qualquer pessoa, concorrem para ampliar o acesso ao sistema judiciário e enfraquecer o exercício e o poder de

decisão das partes envolvidas. O que está se discutindo aqui é a generalização, é a inobservância da singularidade de cada caso.

Os trechos transcritos acima também convergem na ideia de que a denúncia seria a oportunidade da ruptura, quando elas decidissem pelo fim daquela relação, mas percebem que os dispositivos judiciarizantes ainda não garantiram a proteção. Quando a mulher B se autodeclara uma sem vergonha na história, porque a encorajam a registrar ocorrência contra o parceiro e ela não procede como esperam, proponho refletir que ao contrário da falta de coragem, estaria implícita a mensagem de que este relacionamento ainda não acabou para ela. Foi uma das entrevistas mais longas, permeadas por muitas emoções e pela constatação de que se tratava da primeira vez em que ela falava com alguém – fora das suas relações pessoais – sobre suas escolhas e a forma como vivencia seus relacionamentos conjugais. Avalio que está posta uma demanda por espaços de diálogo e fortalecimento (SOARES, 2012).

3.8 Por que permanecer?

A narrativa abaixo está repleta das complexidades e contradições dos sentimentos humanos. A despeito dos episódios de agressão física expressados em alto grau, ela não cita o medo, a vergonha e o não ter para onde ir, como responsáveis pela sua permanência na relação – embora sejam estes os motivos para muitas outras mulheres.

Eu gosto muito dele! Às vezes, a gente dorme junto. Eu durmo na cama, ele dorme no chão. Às vezes, rola um clima bom. Ele diz que eu sou o amor da vida dele. A gente não transa sempre. Eu podia procurar coisa na rua. Você tá com aquela pessoa, podia estar traindo. O outro eu traía, eu não escondo as minhas coisas. Ele, eu nunca, nunca, nunca traí. A gente não tem mais aquele relacionamento de homem e mulher, eu poderia arrumar outro na rua. Mas não tenho. Eu não olho para o lado. Passa bonitão, passa feião, passa engraçadão, às vezes, esbarram em mim eu nem noto. Eu não tenho mais aquele negócio de ficar agarrada, abraçando, beijando. **Eu acho que é mais o costume**, a convivência. **Eu devo gostar dele um pouco**. Mas eu não quero mais começar de novo. Eu não sei se é porque a gente fica numa disputa por causa desse negócio da casa ou se é porque eu não quero me relacionar mais com outra pessoa. Para bater cabeça com outra pessoa, eu continuo com ele (Mulher B).

Ela menciona o desejo, a convivência, a incerteza sobre seus sentimentos, o patrimônio construído juntos, bem como a constatação que sempre viveu relacionamentos atravessados pela violência. Há uma conjunção entre fatores

individuais e coletivos na manutenção do relacionamento (FERRER, 2011), já que ele a respeita perante a comunidade.

Atenta para o fato de não incorrer em produzir uma análise da subjetividade – não caberia – apenas destaque que o olhar para a questão precisa evitar uma atribuição unilateral das causalidades da permanência.

As transcrições abaixo ratificam a importância de ter uma família. A família pensada (SZYMANSKI, 1992), com todos os integrantes, desempenhando os papéis esperados, o lócus da realização e o suprimento de faltas do passado.

Até onde eu pude aguentar ele, com toda droga, ele era um ótimo pai. Brincar, tinha os momentos de brincadeira, se eu saísse, quando voltava, tava de banho tomado, dava comida.

Isso que prendia por quê? Aí eu volto no passado: eu não tinha carinho de mãe. Então toda a minha história da minha mãe ter morrido no parto, de ter sido criada por outra família, apanhava, minha mãe (adotiva) não gostava de mim, só o meu pai era um amor comigo. Eu olhava aquilo, ele (o companheiro) com as crianças, pensava, vou me anular, mas vou aguentar mais um pouquinho pelas crianças, elas naquela agarrão de pai, pai, pai. **Principalmente por eles permaneci e saí. Meu sonho é ter uma família** (Mulher C).

Ou eu compro comida ou material de construção. Eu falo para o (pronuncia o nome do companheiro): Eu não te amo. Eu estou aqui por causa dessa casa! Onde eu vou morar? O juiz vai tirar os meus filhos. Se eu já dei uma de papel passado. É fácil tirar os outros. Um colega disse que não tira não, mas tira sim, cara! Aí, eu não tenho casa. Não tenho moradia certa. **Para ter filho tem que ter uma estrutura boa** (Mulher E).

Mais adiante acrescenta:

Eu queria dar uma família para ele (referindo-se ao filho mais velho, do primeiro relacionamento). Eu entrei num casamento que não tinha amor, mas eu queria dar uma família para ele. Uma casa mais organizada. Um pai. Porque eu não tive pai. A minha mãe se casou com o meu padrasto quando eu tinha 1 ano. Quando eu tinha 5 anos, ele me estuprou. Ela não acreditou. (Mulher E)

As afirmativas transcritas neste último capítulo oferecem um painel da multiplicidade das questões e seus respectivos desdobramentos no que se refere à violência de gênero para o grupo de mulheres sujeitos da pesquisa. Suas respostas, nem sempre inéditas para quem trabalha com a temática, ainda assim surpreendem e, concomitantemente, proporcionam o interesse em novas pesquisas e análises, que nos permitam entender as razões pelas quais existem sujeitos que vivem a violência em suas vidas transitando no lugar de quem pratica e no lugar de quem a suporta.

Considerações finais

Desde a segunda metade do século XX, com a retomada do movimento feminista no decurso da sua segunda onda, a questão da violência de gênero – entre outras frentes de discussão e de luta – ganhou visibilidade para além do mundo privado e conquistou merecido lugar de destaque, visto que reflete o significado primordial no sentido da garantia dos direitos humanos e das mulheres.

Não obstante a importância em alcançar e firmar direitos políticos, civis e sociais, alvo das primeiras reivindicações, pautados na premissa da igualdade ainda no contexto da primeira onda do movimento feminista, vale dizer que o direito à vida, à saúde física e psíquica, à segurança e proteção, à integridade e à dignidade, são as bases para a revisão dos moldes primais de subordinação feminina, ainda calcados na lógica patriarcal. Isto é, a busca pela superação de uma violência motivada e expressada por uma hierarquização estruturada em posições de dominação (masculina) versus subordinação (feminina). Portanto uma vida sem violência associada à condição feminina é o mínimo esperado quando se pensa na construção de uma nova relação entre os gêneros.

Na trajetória da vida em sociedade, muitos foram e são os paradigmas permeados por valores culturais, que vêm regendo práticas sociais distintas, inclusive as (práticas) discriminatórias, seja no mundo do trabalho, no público, na lógica da produção; seja nas relações familiares, no âmbito privado, no campo da reprodução e nas diversas instituições. Do mesmo modo, também se observa a busca de dispositivos que estabeleçam propostas mais igualitárias, tecendo e engendrando a vida social, entre rupturas e permanências.

Os estudos de gênero, tão valiosos na elaboração desta pesquisa, possibilitaram a análise dos aspectos historicamente constitutivos acerca das diferenças (entre os sexos) que contribuem para gerar desigualdades (entre os gêneros). Permitiram problematizar ‘nós’ culturalmente estabelecidos que reafirmam, ainda hoje, discursos naturalizados que oprimem. Discursos restritos

ao senso-comum, como por exemplo, sobre lugares e papéis de homens e mulheres no campo das tarefas cotidianas, quando é preciso também ampliar o debate para a esfera política, jurídica e social. A partir das dimensões macrossociais, é que políticas públicas de saúde, de educação de qualidade, de alimentação e moradia saudáveis, de trabalho para todos e com direitos trabalhistas garantidos, inauguram e/ou regulam novas bases para as relações de gênero também no cotidiano.

Neste sentido, pensar em relações mais equânimes mostra-se fecundo, visto que não se trata de estabelecer legalidades igualitárias e na prática as diferenças continuarem discriminando e gerando violência, mas pensar na dialética entre a igualdade e a diferença onde, “temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2006, p. 462). É deste raciocínio que depreende a Lei Maria da Penha, posto que a sua maior contribuição e relevância situa-se em criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Uma legislação específica baseada numa iniciativa equânime, pois caso contrário, a igualdade entre homens e mulheres já estaria garantida no artigo 5º da Constituição Federal de 1988⁶⁷. Porém é importante salientar que o mote central da Lei Maria da Penha, acaba por ser interpretado principalmente no viés criminalizador, transferindo assim de um recurso protetivo para um instrumento judicializante.

Perante o desejo punitivo sustentado por muitas vítimas de violência⁶⁸, por profissionais (da assistência, do judiciário, da saúde), por militantes, pela mídia, confunde-se justiça com vingança, responsabilização com punição, e reduz o potencial autônomo dos envolvidos para encontrar recursos outros para superar situações de violência. Não se pretende aqui, de forma alguma, minimizar os graves efeitos da violência de gênero, esvaziando a importância da responsabilização e/ou a necessidade de intervenção para quem a pratica, mas sim de refletir que existem elementos como a intensidade, a forma e o contexto, que

⁶⁷ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em outubro de 1988, São Paulo, Saraiva, 1996.

⁶⁸ Neste caso é justificável, pois a violência é constituída de um vetor para um grupo mais vulnerabilizado, que historicamente experimenta na própria pele.

interferem no grau das violações e que deveriam ser considerados na resposta ao enfrentamento da violência praticada.

Nas medidas⁶⁹ contidas na Lei 11.340 já exemplificadas no capítulo 1, a mulher em situação de violência acaba por ficar tutelada pelos agentes do Estado, reproduzindo assim lógica patriarcal. Colocar a punição em questão não significa assinar embaixo da violência de gênero, mas avaliar até que ponto ela dá conta dos prejuízos gerados aos envolvidos diretos, como também numa escala comunitária e social, não só no imediato como também a longo prazo. A proposta reeducativa não confere com a experiência prática, para aqueles que experimentam a danosa rotina do sistema carcerário. Precisa-se pensar em linhas de atuação que incluam questionar a desigualdade de gênero, dialogar sem moralismos sobre relações hierarquizadas, sobre as especificidades contidas nas categorias masculino e feminino.

Sem a pretensão de apresentar respostas conclusivas, mas motivada em levantar questões para futuros estudos, proponho refletir que as estratégias de resistência desenvolvidas pelas mulheres, sujeitos da presente pesquisa, se insiram

⁶⁹ O registro de uma queixa realizada por qualquer pessoa, independente da vontade da vítima; a possibilidade do encarceramento do autor da violência; a proibição da retirada da queixa até o momento da audiência perante o juiz, conforme os artigos abaixo:

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º **Cabe à família, à sociedade e ao poder público** criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial. Ver Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm acessado em 18 de maio de 2015.

E a notícia a seguir: Por 10 votos a 1, o plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu nesta quinta-feira (9) que, a partir de agora, o Ministério Público pode denunciar o agressor nos casos de violência doméstica contra a mulher, mesmo que a mulher não apresente queixa contra quem a agrediu. Fonte: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/02/lei-maria-da-penha-vale-mesmo-sem-queixa-da-agredida-decide-stf.html> 09/02/2012 20h22 - Atualizado em 09/02/2012 21h41, acessado em 18 de maio de 2015.

na lacuna da ausência de representatividade da Lei Maria da Penha por todos os motivos elencados nos capítulos anteriores, mas que podem ser principalmente traduzidos nas especificidades da população de um campo com agentes que demonstram *habitus* de classe e maior acúmulo de capital (BOURDIEU, 1989) que os representantes dos equipamentos de proteção do Estado.

Outro aspecto importante, que pode ser observado nas declarações das entrevistadas, é a naturalização da violência em articulação com a questão de gênero como premissa de que ser alvo de violência é parte integrante do mundo feminino e uma lei não tem condições de resguardá-las dessa possibilidade. Seja por influência de fatores culturais ou psicológicos, existem aquelas que não acreditam na mudança do cenário. A situação de opressão feminina não se modifica apenas pela tomada de consciência (GREGORI, 1992), não se constrói um novo comportamento da noite para o dia, as diferenças não as inferiorizam, apenas reforçam a necessidade de uma convivência, pautada no respeito e na tolerância. As mulheres nas suas especificidades desenvolvem maneiras distintas de lidar com a situação de violência.

As mulheres sujeitos desta pesquisa, não agem aleatoriamente. Foi possível observar que as estratégias de resistência por elas acionadas, compõem um conjunto adequado ao momento. A hora de ficar calada, de colocar um limite, de evadir ou sugerir/impor que o parceiro/companheiro volte para rua, o enfrentamento corpo a corpo em defesa da sua integridade ou dos filhos, e ainda, situações planejadas para um revide, até que possa ser chegada a hora da ruptura ou da redefinição da dinâmica do relacionamento no qual se encontram. Os relatos indicam que a cada evento, situação ou etapa da relação conjugal surgem novas indagações: a) se perguntam sobre suas participações no episódios de violência, b) avaliam a manutenção da relação em prol dos filhos, ou como garantia da sua proteção e respeito diante da comunidade, c) reconhecem sentimentos como amor, dependência, medo, como elementos presentes na (in)decisão pelo fim do relacionamento, d) ponderam a relevância de uma denúncia, demonstrando algum nível de conhecimento e de avaliação sobre a legislação vigente. Desta forma, perante tantos recursos próprios para negociar e administrar conflitos, é necessário questionar se o termo ‘mulher passiva’ corresponde à realidade das mulheres entrevistadas.

Como já foi argumentado, é necessário ampliar as linhas de investigação interessadas em aprofundar as transformações no nível macro que operam mudanças no nível micro. Assim como das inúmeras motivações – com a contribuição dos diferentes campos do saber – que envolvem duas pessoas numa relação de violência.

As relações sociais de gênero se dão entre homens e mulheres e entre mulheres com outras mulheres, que por sua vez geram uma sucessão com muitos matizes do que é ser mulher, não se restringindo portanto, em características unificadas, ou ainda binárias (tradicionalistas ou ‘modernas’), evidenciando a impossibilidade de uma única interpretação sobre suas experiências. Neste processo, os homens também não podem ser vistos como únicos, finalizados, integrantes de um bloco homogêneo, pois assim eles também estão aprisionados num estereótipo dominador, impedido de manifestar sensibilidade, e que só expressa sua insatisfação por meio da violência, configurando assim uma armadilha que pode gerar conflitos e sofrimento para eles também.

O profissional do Serviço Social, que atua na mediação das relações sociais, bem como as demais áreas que exercitam sua atuação profissional junto à temática da violência, muito têm a ganhar ao agregar tais preocupações à sua escuta, sua observação, sua prática e suas pesquisas, a fim de superar um olhar estigmatizante, censurador, que culpabiliza uma mulher que não denuncia um parceiro violento ou ainda a vitimiza, não reconhecendo suas potencialidades para lidar com a situação de violência. Valorizar as experiências de quem vive a violência é um primeiro passo para fortalecer as mulheres nesta situação, reconhecer e ressaltar suas potencialidades, identificar em conjunto alternativas, saídas inteligentes, estratégias criativas, a força para resistir ao contrário poderiam nem estar vivas para contar.

As mulheres se fortalecem entre si, então reuni-las para trocas de experiências pode ser mais que um desabafo. Valorizar suas estratégias (FERRER, 2011) e ao mesmo tempo questionar determinados valores, habitus reproduzidos, estabelecendo uma relação com a dimensão cultural cotidiana das relações pessoais, interpessoais e sociopolíticas num contexto mais amplo, possibilitando na conjuntura apropriada, a movimentação das posições dos agentes no campo e novos habitus no sentido de relações mais equânimes.

5 Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: Um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. X, nº 2, jul/dez, 1995: 299-342.

_____, Sérgio. **Violência**. SCFBS/SP, Mimeo. 1993.

ALMEIDA, Sueli Souza de. **Femicídio** – algemas (in)visíveis do público-privado. Rio de Janeiro. Revinter, 1998.

_____, Sueli Souza de. (Org). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007

ÁVILA, Maria Betânia. A participação das mulheres e a Reforma Política. **Cadernos de Crítica Feminista**, Ano II, nº1, 2008: 50-60.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres Espancadas: A Violência Denunciada**. São Paulo, Cortez Editora, 1985.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: II a experiência vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BENEVIDES, Maria Victoria. Democracia de Iguais, mas Diferentes. In BORBA Angela; FARIA Nalu; GODINHO Tatau. **Mulher e Política: Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____, Maria Victoria. Cidadania e Direitos Humanos. In: CARVALHO, Jose Sérgio (Org.). **Educação, Cidadania e Direitos Humanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 56-65.

BILAC, Elisabete Dória. Sobre as transformações nas estruturas familiares. Notas muito preliminares. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. (Org.). **Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995:43-61.

BRANCO, Patrícia. Do gênero à interseccionalidade: considerações sobre mulheres, hoje e em contexto europeu, **Revista JULGAR** - N.º 4, 2008.

BRANDÃO, Elaine Reis. Violência Conjugal e o recurso Feminino à polícia. In: BRUSCHINI, C.; HOLLANDA C.B (orgs). **Horizontes plurais:**

Novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998: 51-84.

_____, Elaine Reis. Renunciantes de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da delegacia da mulher. **Physis**, v.16, nº 2, 2006: 207-231.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm> Acesso em 25 mar. 2015

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em outubro de 1988, São Paulo, Saraiva, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d'une théorie de La pratique**. Geneve-Paris, Librairie DROZ, 1972, 269p.

_____, Pierre. **La Distinction, critique sociale Du jugement**. Paris, Éditions de Minuit, 1979, 663p.

_____, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.) **Coleção grandes cientistas sociais**: Pierre Bourdieu. São Paulo. Ática, 1983, p. 46-81.

_____, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomás. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____, Pierre & WACQUANT, Löic J. D. **Réponses**: pour une anthropologie réflexive, Paris, Éditions du Seuil, 1992.

_____, Pierre. **A Dominação Masculina**. Trad. Maria Helena Kühner– 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. Cap. I.

_____, Judith. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgresoras**. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icaria editorial, 2002, p. 55 a 81

CARUSO, Igor. **Separação dos Amantes**: Uma Fenomenologia da Morte. São Paulo, Diadorim/Cortez, 1981.

CHAUÍ, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: FRANCHETTO, Bruna, CAVALCANTI, Maria Laura V. C. e HEILBORN, Maria Luiza (org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. São Paulo: Zahar, 1985, p. 23-62.

_____, Marilena. Ética e Violência. Colóquio e Interloquções com Marilena Chauí. Londrina, 1998. In: **Revista Teoria e Debate** Disponível em: www.teoriaedebate.org.br/materias/sociedade/etica-e-violencia_em_01/10/1998. acessado em 09 dez.2014.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

CARRARA, Sérgio et al (Orgs.). **Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade**. Rio de Janeiro: CEPESC / Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, v.2, 2010b.

CONCEIÇÃO, Antonio Carlos Lima da. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero, In: **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 8, nº 24, p. 738-757, 2009 .

CORREA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**. Campinas, Unicamp, n.16, p. 13-30, 2001

CÔRTEZ, Gisele. Rocha. Violência doméstica: centro de referência da mulher “Heleieth Saffioti”. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 17, nº 32, p. 149-168, 2012.

CORTIZO Maria Del Carmen. GOYENECHÉ Priscila Larratea. Judicialização do privado e violência contra a mulher. **Revista Katálisis**. v. 13 n. 1p. 102-109 jan./jun. 2010.

CUNHA, Ana Márcia Gomes Mendes da. **Por que não denunciar?** Reflexões acerca da violência contra a mulher: Uma experiência na CODIM/NIT. Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2010.

DEBERT Guita Grin; GREGORI Maria Filomena. Violência e Gênero: Novas Propostas, velhos dilemas. **RBCS** Vol. 23 nº 66 / fevereiro 2008.

DEMO Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa:** aportes metodológicos. Campinas, SP: Papius, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS (RJ). Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. **Georreferenciamento dos equipamentos públicos relacionados à segurança alimentar e nutricional do Município de Duque de Caxias** / Departamento Geral de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. – Duque de Caxias, RJ : DESANS, 2012. Disponível em

www.duquedecaxias.rj.gov.br/portal/midia/DESANS/georreferenciamento.pdf acessado em 18 mai.2015.

FALEIROS Eva. Violência de gênero. In: TAQUETTE, Stella R. (org.). **Violência contra a mulher adolescente/jovem**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007

FERRER, Diana Valle. **Espacios de Libertad: mujeres, violencia domestica y resistencia**. 1ªed. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2011.

FLICK Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Sandra Netz. 2ªed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. **Famílias, violência contra as mulheres, gênero e Proteção Social**. Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Serviço Social, 2013.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971

GIFFIN, K. Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. In: **Cadernos de Saúde Pública**. 2002; v.18 (Supl.): p. 103-112

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, **Violência contra a Mulher**. FAPERJ 3ª Ed. (sd).

GREGORI Maria Filomena. **Cenas e Queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GREGORI, Maria Filomena. Relações de violência e erotismo. In: **Cadernos Pagu** v.20, Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2003, pp.87-120

GROSSI, Mirian Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. Disponível em http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/grossi_miriam_identidade_de_genero_e_sexualidade.pdf. acessado em 23 jan.2015

_____, Mirian Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência. In: GROSSI, Mirian; PEDRO, Joana (orgs). **Masculino, feminino e plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 293 – 314.

IANNI, Octávio. Violência na sociedade contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.7 nº.12, p. 7-28, 2002

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

KOFES, Suely. Categorias analíticas e empíricas: gênero e mulher; disjunções, conjunções e mediações. **Cadernos Pagu** – de Trajetórias e Sentimentos, Núcleo Pagu Unicamp, nº. 1, 1993.

KUHN, Thomas. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 10ªed. São Paulo: Perspectiva. 2010.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, Feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. In: **Revista. Katálysis**, Florianópolis v. 13 nº. 1 p. 66-75. 2010

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo estranho**. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

MARX, Karl. **Os Economistas**. Para a crítica da economia política/Salário, preço e lucro/ O rendimento e suas fontes (A economia vulgar). São Paulo: Abril Cultural. 1982. 242p.

MEDEIROS, Luciene Alcinda de. **“Quem Ama Não Mata”**: A atuação do movimento feminista fluminense no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.

_____, Luciene Alcinda de. **Políticas públicas de enfrentamento da violência doméstica contra a mulher**: o processo de formulação para a agenda governamental no estado do Rio de Janeiro (1986-2006). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, 2012.

MICHAUD, Yves. **A violência**. Tradução L. Garcia. 1ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Ática, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Caderno Saúde Pública**, v. 10, suppl. 1 Rio de Janeiro, 1994: 7-18.

_____, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 10ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

_____, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias**: funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982. Original inglês, 1974.

MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

_____, Aparecida Fonseca; GOMES, Carla de Castro. O caleidoscópio da violência conjugal: instituições, atores e políticas no Rio de Janeiro. In MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

OLIVEIRA, Antonio Carlos de. **(Des)Caminhos na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC. Departamento de Psicologia, 1999.

_____, Antonio Carlos de. **Abuso sexual intrafamiliar de crianças ruptura do segredo: consequências para as famílias**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, 2011.

Organização Mundial de Saúde - OMS. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas/SP: Unicamp, 2007.

ORTIZ, Renato (org.) **Coleção grandes cientistas sociais: Pierre Bourdieu**. São Paulo. Ática, 1983.

PINTO, Celi Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____, Celi Regina. **Teorias da democracia: diferenças e identidades na contemporaneidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

PONTES, R. N. A propósito da categoria de mediação. In: **Serviço Social e Sociedade**. nº 31, 1989.

POUGY, L.G. Desafios políticos em tempos de Lei Maria da Penha. In: **Revista Katálysis**. Florianópolis: UFSC-PPGSS, v.13, nº.1, jan./jul. p.76-85 2010.

PREUSS, Miriam Raja Gabaglia. **Emprego doméstico e domínio simbólico**, tese de doutorado em Psicologia, Departamento de Psicologia da PUC/RJ, 1995, 337p.

RIFIOTIS, Theophilos. Direitos humanos: sujeito de direitos e direitos dos sujeitos. In: SILVEIRA, M. R. G. et al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007b, p. 231-244.

_____, Theophilos. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a ‘violência conjugal’ e a ‘violência intrafamiliar’. In: **Revista Katálysis**. Florianópolis v. 11 n.º. 2 p. 225-236 jul./dez. 2008.

ROMEIRO, Julieta. A Lei Maria da Penha e os desafios da “violência conjugal” no Brasil. In: MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Petrópolis, Editora Vozes, 1976.

_____, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo, Moderna, 1987

_____, Heleieth I.B. e ALMEIDA, Suely de Souza. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro, Revinter, 1995.

_____, Heleieth I. B. Violência Doméstica ou a Lógica do galinheiro. In: Kupstas, Márcia (org.). **Violência em Debate**. São Paulo: Moderna, 1997. p. 39-57.

_____, Heleieth I.B. Violência contra a mulher e violência de doméstica. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G (org.) **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1º ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **Revista Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**. E.I.A.L., Universidade de Tel Aviv, 2005.

SANTOS, Hermínio. **Relatório Síntese. Infância e Violência: Cotidiano de crianças pequenas em favelas do Rio de Janeiro**. Morro da Formiga, Morro dos Macacos, Parque Maré, Vila Cruzeiro, Minha Deusa e Mangueirinha (Duque de Caxias). Financiado por Fundação Bernard van Leer, Núcleo de Estudos e Projetos da Cidade (Central/PUC-Rio). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Centro de Análises Econômicas e Sociais (CAES-PUCRS), 2013.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Novos movimentos sociais: feminismo e a luta pela igualdade de gênero. In: **Revista Internacional de Direito e Cidadania**. REID, nº9, p.81-91, 2011

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2004.

_____, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 3ªed. São Paulo: Editora Cortez, 2005. (1ª ed.1996).

_____, Cynthia Andersen. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, nº.61, p. 51- 61, jan-abr 2011.

SCHRAIBER, Lilia. Blima. et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Saúde Pública**, v. 41, nº5, p. 797-807, 2007.

SINGER, P.; BRANT, V.C. (orgs) **São Paulo**: o povo em movimento. Petrópolis. Ed. Vozes, 1980.p.109-141.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 16, nº 2, jul./dez. 1990.

_____, Joan. Prefácio a gender and politics of history. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, nº 3, 1994.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Violência e Serviço Social: Notas críticas. In: **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.11, nº2, p 265-273, 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. In: **Revista de Políticas Públicas**, v. 6, n. 2, p. 65-102, 2002.

SOARES, Barbara Musumeci. Violência entre parceiros íntimos e criminalização da vida privada: onde nos leva esse caminho?, In Aparecida F. Moraes e Bila Sorj (Orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2009.

_____, Barbara Musumeci. A ‘conflitualidade’ conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. In: **Dilemas**, v.5 nº 193, p.191-210, 2012.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009

SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, Cristina; Unbehau, Sandra G (org.) **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002.

SZYMANSKI, H. **Trabalhando com famílias**. São Paulo: CBIA/SP e IEE-PUC/SP, 1992.

_____, H. Significados de família. In: LOCH, G. e YUNES, M.A. (org.) **A família que se pensa e a família que se vive**. Rio Grande, Fundação Universidade do Rio Grande, 1998, p. 9-17.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. **Cadernos CHR**, n. 19. Salvador, p. 8-21, jul./dez. 1992

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES E. O. (org.) **A aventura sociológica**, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**: Florianópolis, v. 9, nº. 2, 2001.

Sites consultados

<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/02/lei-maria-da-penha-vale-mesmo-sem-queixa-da-agredida-decide-stf.html> 09/02/2012 20h22 - Atualizado em 09/02/2012 21h41, acessado em 18 de maio de 2015.

<http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-selecionado/upp-mangueirinha/Mangueirinha>

<http://psicologiaautoestimaebeleza.blogspot.com.br/2012/02/o-ciclo-da-violencia-contramulher.html>, acessado 20/05/2015

Termo de consentimento livre e esclarecido**Pesquisa: Violência de gênero: estratégias de resistência por parte de mulheres de uma favela da Baixada Fluminense**

Você está sendo convidada para participar da pesquisa intitulada “Violência de gênero e cidadania: manejos possíveis por parte de mulheres de uma favela da Baixada Fluminense”.

A pesquisa tem como objetivo analisar as formas de lidar com relações em que há violência entre o casal. As informações serão obtidas através de uma entrevista individual, em local reservado e os seus dados pessoais serão mantidos totalmente sob sigilo.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Os resultados serão apresentados em conjunto, não sendo possível identificar quem participou da pesquisa. As pessoas de quem, por acaso, você falar durante a entrevista também terão suas identidades mantidas em sigilo. As informações que você der serão utilizadas apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e revistas científicas.

A sua participação é voluntária e a qualquer momento você pode se recusar a responder qualquer pergunta ou desistir de participar. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

As entrevistas serão gravadas, e posteriormente, será realizada a transcrição das mesmas. O conteúdo das entrevistas ficará guardado em arquivo sob minha responsabilidade e será destruído após 5 anos do término da pesquisa. Sua participação não lhe trará nenhum ganho direto, mas poderá contribuir para a melhoria no atendimento a mulheres vítimas de violência. Quanto aos possíveis riscos que toda pesquisa possui nas diversas áreas da vida (física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual), a participação na entrevista pode apresentar uma dimensão de risco mínima (desconforto emocional, choros). Assim, eu me comprometo a interromper a entrevista caso perceba algum tipo de desconforto emocional e, se necessário, também a fazer o encaminhamento adequado para atendimento na rede pública de saúde.

Quando a pesquisa estiver concluída, você terá livre acesso aos seus resultados. Uma cópia deste documento, devidamente assinada, ficará com você e outra comigo.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone/ e-mail e o endereço do pesquisador principal, e demais membros da equipe, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Eu _____, abaixo assinada, concordo em participar voluntariamente desta pesquisa. Declaro que li e entendi todas as informações referentes a este estudo e que todas as minhas perguntas foram adequadamente respondidas pela equipe da pesquisa.

(Assinatura da entrevistada)

(data)

(Nome da pesquisadora)

(data)

Telefone da mestranda do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Luciana Moreira de Araujo (21) 98733-7722. E-mail: lma17rj@gmail.com

Telefone do orientador Prof. Dr. da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Antonio Carlos de Oliveira: 21/3527-1290 (ramal 212). E-mail: antoniocarlos@puc-rio.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro:



Câmara de Ética em Pesquisa da PUC – Rio

PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-RIO (2014-25)

A Comissão de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

Identificação:

Título: “Violência de gênero: manejos possíveis por parte de mulheres de uma favela da Baixada Fluminense” (Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Autora: Luciana Moreira de Araújo (Mestranda do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Orientador: Antônio Carlos de Oliveira (Professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio).

Apresentação: Pesquisa qualitativa cujo objetivo é analisar as formas de lidar com relações em que há violência entre o casal, em termos de gênero, junto a um grupo de mulheres moradoras de uma favela do município de Duque de Caxias. Utilizará entrevistas narrativas e conta com o suporte teórico metodológico de Pierre Bourdieu (1989).

Aspectos éticos: O projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido explica com clareza os objetivos da pesquisa, os procedimentos a serem adotados, garante o sigilo sobre a identidade da participante e a possibilidade desta de deixar a pesquisa a qualquer momento sem sofrer por isso nenhum prejuízo ou penalidade.

Parecer: Considerando os elementos expostos acima somos de parecer **Favorável** à aprovação do projeto quanto aos princípios e critérios estabelecidos pela Comissão de Ética em Pesquisa da PUC-Rio.


Prof. José Ricardo Bergmann
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2014.